

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA-
PPGE
CURSO DE MESTRADO**

ELZA MAGELA DINIZ

**EVASÃO NO CURSO TÉCNICO
SUBSEQUENTE EM MINERAÇÃO DO
IFMG – CAMPUS CONGONHAS.**

FAE/CBH/UEMG

Belo Horizonte

2019

D585e Diniz, Elza Magela
Evasão no curso técnico subsequente em mineração do IFMG –
Campus Congonhas. [manuscrito] / Elza Magela Diniz. 2019.

151 f.; il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Nogueira
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Adélia da Costa

Dissertação (Mestrado) –Faculdade de Educação da Universidade do
Estado de Minas Gerais – Programa de Pós-Graduação em Educação,
Linha de Pesquisa - Pesquisa Trabalho, História da Educação e Políticas
Eduacionais. Mestrado em Educação.

1. Ensino profissional. 2. Evasão escolar. 3. Ensino técnico. 4. Institutos
federais de educação, ciência e tecnologia. I. Nogueira, Vera Lúcia. II.
Costa, Maria Adélia de. III. Universidade do Estado de Minas Gerais.
IV. Título.

CDU 378.141

Catálogo: Biblioteca Bernardo Guimarães - IFMG – Campus Congonhas

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA –
PPGE
CURSO DE MESTRADO**

**EVASÃO NO CURSO TÉCNICO
SUBSEQUENTE EM MINERAÇÃO DO
IFMG – CAMPUS CONGONHAS.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Faculdade de Educação da Universidade do Estado de
Minas Gerais para exame de defesa.

Linha de Pesquisa: Educação, Trabalho e Formação
Humana.

Aluna: Elza Magela Diniz
Orientadora: Prof^ª. Dra. Vera Lúcia Nogueira
Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Adélia da Costa

**FAE/CBH/UEMG
Belo Horizonte**

2019

Dissertação defendida e aprovada em 28 de fevereiro de 2019, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Vera Lúcia Nogueira – Orientadora
Universidade do Estado de Minas Gerais

Profa. Dra. Maria Adélia da Costa – Coorientadora
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Profa. Dra. Rita de Cássia Oliveira – Avaliadora interna
Universidade do Estado de Minas Gerais

Profa. Dra. Cirlene Cristina de Souza – Suplente interna
Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof. Dr. Matusalém Brito Duarte – Avaliador externo
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. Sandro Coelho Costa - Suplente externo
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que ainda acreditam na Educação Brasileira de Qualidade e acessível a todos.

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo que tem realizado em minha vida.

À minha família, por estarem sempre na torcida pelo meu sucesso. Meu pai (em memória), homem simples e extremamente sábio. Minha mãe, que mesmo sem estudos, foi sempre uma incentivadora. Meus irmãos Aparecida, Antonio, José Carlos e Ana, pelo companheirismo. Meus sobrinhos que sempre ficaram na torcida por mim. Meus cunhados e cunhadas, grandes motivadores.

Um agradecimento especial aos meus filhos, Cleiderson e Thaís, companheiros inseparáveis, a quem devo o propósito de todo este esforço.

À Professora Dr^a Vera Lucia Nogueira, por toda dedicação e compreensão, apoiando e incentivando nas horas difíceis. Mais que uma orientadora, uma amiga que levo comigo para a vida toda.

À Professora Dr^a Maria Adélia Costa que se prontificou de imediato a ser minha coorientadora e sempre trazia alguma ideia fundamental para o enriquecimento do trabalho.

Agradecimentos à banca de qualificação: Prof. Dr. Matusalém de Brito Duarte e Prof. Dr^a Simone Grace de Paula, pelas contribuições acerca da pesquisa. Sinto-me honrada por terem aceitado o convite de fazerem parte deste momento de construção do conhecimento.

Agradeço ao amigo Prof. Dr. Sandro Coelho Costa, que de pronto aceitou o convite para compor a Banca de Defesa do mestrado.

À Prof.^a Dr^a Rita de Cássia Oliveira e Prof.^a Dr^a Cirlene Cristina de Souza, por se prontificarem em dispor de seu tempo para participação na Banca de Defesa.

Agradecimento aos funcionários da UEMG, sempre solícitos e ágeis no atendimento.

Aos colegas da turma IX, todos foram de extrema importância durante nosso convívio no mestrado, a diversidade de ideias e opiniões ali geradas, me enriqueceram como pessoa e como profissional.

A toda gestão do IFMG - Campus Congonhas, pelo pronto atendimento a solicitações. Um agradecimento especial para os servidores do Registro Acadêmico, da Área Pedagógica e da Gerência de Extensão, pelo apoio e comprometimento com este estudo.

A todos os professores do Programa do Mestrado em Educação da UEMG, pelas contribuições que foram fundamentais na evolução da pesquisa.

Aos amigos Sândalo, Talitha Araújo, Hosana Helena e Jeanne Cristina, obrigada pelo apoio.

Enfim... A todos que participaram de forma direta ou indireta desta conquista, deixo aqui o meu agradecimento e reconhecimento pelo apoio dedicado.

RESUMO

Diniz, Elza Magela. Evasão no Curso Técnico Subsequente em Mineração do IFMG – Campus Congonhas.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os fatores que influenciam na evasão dos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Mineração no IFMG - Campus Congonhas. A opção por esse Curso se justifica em função das altas taxas de evasão que ele tem apresentado num contexto de demandas regionais favoráveis à busca de qualificação profissional na área de formação oferecida pela Instituição. Evasão e retenção são problemas que se destacam na educação brasileira há muitas décadas e, atualmente, no âmbito dos Institutos Federais, tem mobilizado o Governo federal a implementar medidas com vistas a diagnosticar suas causas e, bem assim, buscar soluções. Consoante a tais preocupações, nesta pesquisa, realizou-se uma investigação de natureza qualitativa que contou com a aplicação de questionários, entrevistas e pesquisa documental. Os sujeitos da investigação foram os estudantes que se encontravam em situação de evasão escolar no Curso Técnico Subsequente. Os dados foram analisados com base no modelo conceitual proposto por Rumberger e Lim (2008) que destacam a influência de fatores individuais e Institucionais. Os resultados nos levam a inferir que, a evasão ocorreu por um somatório de fatores individuais e institucionais. Nos fatores individuais destacamos o acesso ao campus, as dificuldades de aprendizagem e dificuldades financeiras que leva o estudante a optar pelo trabalho em detrimento da formação. Nos fatores institucionais, destacamos a rigidez do currículo, dificuldades de acesso ao auxílio estudantil, falta de acompanhamento junto ao estudante, ausência de aulas práticas e visitas técnicas.

Palavras-chave: Educação Profissional; Ensino Técnico de Nível Médio; Evasão.

ABSTRACT

Diniz, Elza Magela. Evasion in the Subsequent Technical Course in Mining of the IFMG - Congonhas Campus.

This research aims to analyze the factors that influence the students' avoidance of the Subsequent Technical Course in Mining at the IFMG – Congonhas Campus. The option for this course is justified due to the high dropout rates that it has presented in a context of regional demands favorable to the search for professional qualification in the area of training offered by the Institution. Evasion and retention are problems that have stood out in Brazilian education for many decades, and currently, within the Federal Institutes, it has mobilized the Federal Government to implement measures to diagnose its causes, and as well as seek solutions. According to these concerns, in this research, a qualitative investigation was carried out, with the application of questionnaires, interviews and documentary research. The subjects of the investigation were the students who were in situation of school evasion in the Subsequent Technical Course. The data were analyzed based on the conceptual model proposed by Rumberger and Lim (2008) that highlight the influence of individual and Institutional factors. The results lead us to infer that evasion occurred by a sum of individual and institutional factors. In the individual factors we highlight the access to the campus, the difficulties of learning and financial difficulties that leads the student to choose the work to the detriment of the training. In the institutional factors, we highlight the rigidity of the curriculum, difficulties of access to student aid, lack of accompaniment with the student, absence of practical classes and technical visits.

Key-words: Professional Education; Secondary Technical Education; Evasion.

QUADROS

QUADRO 1 – Características dos estudantes da pesquisa.....	51
QUADRO 2 – Fatores Individuais no Modelo Conceitual de Performance Escolar.....	55
QUADRO 3 - Fatores Institucionais no Modelo Conceitual de Performance Escolar..	56
QUADRO 4 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Mineração 2014.2.....	60
QUADRO 5 - Fatores Individuais Categoria Atitude.....	79
QUADRO 6 - Fatores Individuais Categoria Comportamento.....	85
QUADRO 7 - Fatores Individuais Categoria Background.....	88
QUADRO 8 - Fatores Individuais Categoria Performance Escolar.....	89
QUADRO 9 - Fatores Institucionais Categoria Escola.....	92
QUADRO 10 - Fatores Institucionais Categoria Família.....	100
QUADRO 11 – Criticas e Sugestões apresentadas pelos estudantes.....	106

GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Estudantes do Curso Técnico em Mineração por área de atuação.....	66
GRÁFICO 02: Reprovação por disciplinas no Curso Técnico em Mineração.....	67
GRÁFICO 03: Faixa etária dos estudantes do Curso Técnico em Mineração.....	70
GRÁFICO 04: Cidade de residência dos estudantes.....	72
GRÁFICO 05: Grau de instrução dos pais dos estudantes	79
GRÁFICO 06: Reprovação por Módulos no Curso Técnico em Mineração.....	90
GRÁFICO 07: Expectativas dos estudantes ao ingressaram no curso.....	103

TABELAS

TABELA 1 – Produções sobre o tema por base de dados (2011-2016).....	32
TABELA 2 – Estudantes considerados como evadidos, por tipos de cursos, de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011.....	37
TABELA 3: Reprovação nos Módulos do Curso Técnico Subsequente em Mineração	68
TABELA 4: Raça/etnia dos estudantes	72
TABELA 5: Com quem residem os estudantes.....	73
TABELA 6: Tipo de residência dos estudantes	74
TABELA 7: Área de residência dos estudantes	74
TABELA 8: Numero de residentes por moradia dos estudantes	74
TABELA 9: Escolaridade dos pais dos estudantes	77
TABELA 10: Ações da Instituição que poderiam influenciar a decisão.....	105

FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica até o ano de 2016.....	29
FIGURA 2 - Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica até o ano de 2016.....	30
FIGURA 3 – Linha do Tempo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG.....	40
FIGURA 4 – Foto aérea do IFMG <i>Campus</i> Congonhas.....	44

ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPAD	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APL	Arranjos Produtivos Locais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS	Centro de Atenção a Saúde
CBO	Código Brasileiro de Ocupações
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica
CF	Constituição Federal
CFM	Companhia de Fomento Mineral
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSUP	Conselho Superior
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
EE	Estudante Evadido
EJA	Educação para Jovens e Adultos
ETV	Escola Técnica Vinculada
EPT	Educação Profissional Tecnológica
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEP	Programa de Educação Profissional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RIMEPES	Rede Ibero-Americana de Trabalho e Estudos Sobre Educação Profissional e Evasão Escolar
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC	Secretaria de Educação Tecnológica
SISTEC	Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento e Livre Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
VSB	Vallourec Sumitomo Tubos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EVASÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	24
1.1 Educação Profissional e suas principais Políticas Públicas no Brasil.....	24
1.2 A problemática da Evasão na produção científica do campo.....	32
1.3 Conceito de Evasão.....	35
1.4 Evasão na Educação Profissional.....	37
CAPÍTULO 2 – PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO	40
2.1 Apresentando o IFMG	40
2.1.1 O IFMG Campus Congonhas e sua inserção local.....	42
2.2 Perspectivas Metodológicas	45
2.2.1 Pesquisa documental.....	47
2.2.2 Questionário para os sujeitos da pesquisa	49
2.2.3 Entrevista Semiestruturada.....	52
2.3 Campo Teórico da Pesquisa.....	53
2.4 Modelo Teórico Conceitual adotado na pesquisa.....	54
CAPÍTULO 3 – A EVASÃO NO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM MINERAÇÃO	58
3.1 O Curso Técnico Subsequente em Mineração	58
3.2 O perfil do aluno do Curso Técnico em Mineração	64
3.3 O Perfil acadêmico dos estudantes	67
3.4 Perfil socioeconômico dos estudantes	69
3.4.1 Características da faixa etária dos estudantes	70
3.4.2 Características quanto à raça/etnia dos estudantes	71
3.4.3 Sexo dos estudantes.....	72
3.4.4 Estado civil dos estudantes.....	72
3.4.5 Características da residência dos estudantes.....	73
3.4.6 Trabalho e renda dos estudantes.....	76
3.4.7 Renda Familiar Per Capita dos estudantes	77
3.4.8 Escolaridade dos estudantes	76
3.4.9 Escolaridade dos pais dos estudantes	78
3.5 A evasão no Modelo conceitual de Performance Escolar.....	80
3.5.1 Análise dos Fatores Individuais	80
3.5.1.1 Análise dos Fatores Individuais Categoria Atitude Objetivos	81
3.5.1.2 Análise dos Fatores Individuais Categoria Atitude Valores	82
3.5.1.3 Análise dos Fatores Individuais Categoria Atitude Autopercepção.....	83
3.5.2 Análise dos Fatores Individuais Categoria Comportamento	85
3.5.3 Análise dos Fatores Individuais Categoria Background.....	88
3.5.4 Análise dos Fatores Individuais Categoria Performance Escolar	89
3.6 Análise dos Fatores Institucionais.....	92

3.6.1 Análise dos Fatores Institucionais Categoria Escola	92
3.6.1.1 Análise dos Fatores Institucionais Categoria Escola Práticas	92
3.6.1.2 Análise dos Fatores Institucionais Categoria Escola Estrutura	97
3.6.1.3 Análise dos Fatores Institucionais Categoria Escola Recursos	99
3.7 Análise dos Fatores Institucionais Categoria Família	100
3.8 Análise dos Fatores Institucionais Categoria Comunidade	101
3.9 Expectativas dos estudantes evadidos quanto ao curso escolhido	103
3.10 A evasão na perspectiva dos estudantes evadidos	105
3.11 Estratégias da Instituição para redução da evasão	108
3.12 Sugestões apontadas pela Instituição	109
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICES	131
ANEXOS	149

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é a evasão escolar no âmbito dos Cursos Técnicos Subsequentes da Educação Profissional, de um Instituto Federal em Minas Gerais. Esse curso é uma modalidade de ensino ofertada após a conclusão do Ensino Médio, com duração de dois anos, com objetivo de possibilitar o jovem ou adulto no mercado de trabalho de forma mais rápida. A Educação profissional está inscrita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/96¹, que estabelece as condições para a implantação e funcionamento das diferentes modalidades de ensino². A Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), tem por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico, tecnológico, sócio histórico e cultural (BRASIL, 2014).

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica vem sendo constituída desde 1909 com a criação, por meio do decreto nº 7.566/1909³, que criou as Escolas de Aprendizes Artífices. Ao longo desses mais de 100 anos, vem se transformando para atendimento às demandas de democratização do ensino. Por meio da Lei 11.892⁴, de 29 de dezembro de 2008, (BRASIL, 2008), foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), composta por 38 Institutos Federais de Educação (IFes), 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e 24 escolas vinculadas as Universidades Federais (ETV), e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II.

A criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), integrou a Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista e os Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e Bambuí, a então Unidade de Ensino Descentralizada

¹ Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Complementada pela lei 11.741/2008 que Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.html

² A LDBEN prevê no Artigo 36-A que: “a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: I – articulada com o ensino médio; II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio”.

³ Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf

⁴ Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

UNED⁵ Congonhas, pertencente ao campus do CEFET Ouro Preto, esta última, assumindo posteriormente, o *status* de campus do IFMG, local em que esta pesquisa foi realizada.

Após uma década de criação dos Institutos Federais, ainda são muitos os desafios da formação para o trabalho e a melhoria da qualidade da educação. As divergências locais e regionais encontradas entre os *campi* que são localizados nas mais diversas áreas do Estado, como em regiões industrializadas e regiões de vocação agrícola, por exemplo, bem como a diversidade do público atendido nestes, fazem esse desafio ainda maior (BRASIL, 2014). Um dos principais problemas que vem se constituindo em grande desafio para a Rede Federal é evasão escolar que é, sem dúvida, um dos mais graves problemas com o qual a realidade educacional brasileira vem convivendo ao longo dos anos, concomitantemente com outros problemas, como o analfabetismo.

A preocupação com essa situação fez com que o Tribunal de Contas da União (TCU) emitisse um Relatório, em junho de 2012, sobre a retenção e evasão nos Institutos Federais⁶ e encaminhasse medidas para o enfrentamento desse problema⁷. Também o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) envolveu toda a RFEPT na elaboração de um Documento⁸, no ano de 2014, visando a orientar os Institutos Federais a construírem um planejamento estratégico com vistas à superação da retenção e da evasão escolar. Na época, apresentou subsídios para determinação de indicadores para o desenvolvimento de ações para ampliação de possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo formativo.

A Evasão é um tema recorrente na educação brasileira e internacional. Conforme afirma Silva Filho et al. (2007), esse fenômeno afeta o resultado dos sistemas educacionais trazendo perdas para os estudantes e instituições de ensino públicas e privadas. A instituição pública perde ao não obter retorno de seus investimentos, o setor privado perde com queda de receita e, além disto, conforme Vasconcelos (2001, p. 27), a saída da escola retira do aluno possibilidades de

⁵ Instituição educacional vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, técnica e disciplinar, caracterizada por situar-se no interior das Unidades da Federação com o propósito de viabilizar a interiorização do ensino técnico, atendendo os vários pólos geoeconômicos dos Estados, ministrando cursos técnicos em nível médio, nas áreas industrial e de serviços. Os cursos e currículos desses estabelecimentos visam atender às necessidades regionais e ao avanço tecnológico do País. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/uned-unidade-de-ensino-descentralizada>.

⁶ Levantamento realizado pela Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - TC 026.062/2011-9 - Fiscalis: 752/2011.

⁷ Por meio do Acórdão nº506/2013 (BRASIL, 2014).

⁸ Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (MEC/SETEC,2014).

“conhecer, interpretar, analisar, relacionar, comparar e sintetizar dados, fatos e situações do cotidiano”, ficando assim sem o conhecimento necessário para sua vida estudantil, profissional e social.

Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (BRASIL, 2013), o número de abandonos no ano de 2013 foi cerca de 1.240.951, sendo que, aproximadamente, 50% evadiram do Ensino Médio, indicando a necessidade de se definir estratégias urgentes para conter a evasão escolar.

De acordo com relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD (2013), a evasão é um fenômeno que vem crescendo em grande parte das instituições brasileiras de ensino. Neri (2009) ratifica esse dado em sua pesquisa “motivos da Evasão Escolar”, afirmando que 40% (quarenta por cento) dos jovens, entre 15 e 17 anos, deixam de estudar por acharem a escola desinteressante. Para esse autor os jovens dessa faixa etária, quando pertencentes a classes econômicas desfavorecidas, se veem obrigados a optarem por trabalhar, como forma de colaborar no sustento da família ou garantir seu próprio sustento. Reforçando isto, de acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil - PNUD⁹ (2016), o Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar (24,3%), entre 100 países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ficando atrás da Bósnia com 26,8% e das Ilhas São Cristovam e Névis, no Caribe, com 26,5%.

Patto (1990) em sua obra “a produção do fracasso escolar”, ressalta que as explicações sobre o fracasso escolar, permanecem as mesmas ao longo do último século, havendo apenas alteração no uso das palavras. Para a autora, no espaço escolar o que se vivencia é a prática e não práxis e que a alocação que persiste na literatura educacional brasileira, deve ser investigada ou questionada por meio de um discurso contextualizado sobre o papel que ele exerce na vida da escola, justificando esse fato por meio da discussão recorrente de culpabilização do estudante pelo fracasso escolar deixando de avaliar o contexto em que ele ocorre. Para Patto (1990, p. 349) a escola “é um espaço de contradições” e em função disto, é o espaço de transformação da sociedade.

⁹ O PNUD tem o objetivo de contribuir para o combate à pobreza e a desigualdade, o fortalecimento da governança democrática, o crescimento econômico e o desenvolvimento humano e sustentável, o PNUD Brasil - por intermédio da cooperação técnica e em parceria com o governo brasileiro, o setor privado e a sociedade civil - tem a constante missão de alinhar seu trabalho às necessidades de um país dinâmico, complexo, multifacetado e diversificado (PNUD, 2016).

Para Charlot (2010), a própria noção de fracasso escolar não é clara. Fracasso escolar pode ser o fato de um aluno não passar de ano. Geralmente é assim que se entende. Mas, fracasso escolar, muitas vezes, é o fato de o aluno não absorver conteúdos e assim mesmo passar de ano. Se deveria falar também do fracasso escolar dos bons estudantes que passam, que tiram boas notas, mas não têm uma formação que permita refletir sobre a vida e sobre o mundo. Esse é um problema a se refletir. A questão fundamental é que, nas escolas particulares, se trabalha para o aluno ser aprovado no vestibular e isso leva à memorização, a “decoreba”. Na escola pública, tenta-se mais trabalhar sobre o sentido da vida, mas tem o problema de formação dos professores, de recursos: “Não existe uma solução simples. Fracasso escolar remete a coisas muito diferentes” (CHARLOT, 2010, p.214). Ocorre aqui uma concordância desse autor de que a evasão é fenômeno complexo e multifacetado, conforme nos relata Dore (2011),

Minha atuação como Pedagoga dos Cursos Técnicos Subsequentes, Campus Congonhas¹⁰, tem me possibilitado participar de debates visando à compreensão da temática da evasão que, conforme os dados do Sistema Acadêmico - CONECTA IFMG¹¹ - dessa Instituição é uma realidade nos Cursos Técnicos desse Instituto. De acordo com o “Diagnóstico e Diretrizes da Política Institucional Para a Permanência e o Êxito Dos Estudantes” (IFMG, 2017, p. 12), os altos índices de evasão estão presentes em todos os níveis de ensino do IFMG, estando ainda acima da média nacional que para o Técnico subsequente é de 18,9%¹² e no IFMG, de acordo com diagnóstico realizado é de 37,5% (IFMG, 2017).

Estudos como o de Campus (2003) *apud* Fonseca (2002), Ferreira (2003) e Dore (2011), mostram que diferentes fatores podem favorecer o cenário de evasão, tais como: péssimas condições político-econômicas; programas de governo ineficazes; currículos descontextualizados; a estrutura das instituições de ensino; as práticas pedagógicas; a atuação docente; e a falta de sentido para estudar; dentre outros que foram analisados nesta pesquisa. Desse modo, entender o porquê dos jovens, que almejam uma inserção ou ascensão no mercado de trabalho, por intermédio do Curso Técnico Subsequente, e veem frustradas suas expectativas, é também poder contribuir com o enfrentamento dessa situação.

¹⁰ Criado através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

¹¹ Sistema desenvolvido pela empresa TOTVS para todo o IFMG, também chamado internamente por RM Educacional.

¹² Média Nacional, segundo dados do Relatório de auditoria operacional do TCU em ações da Rede Federal de Educação Profissional Técnica e Tecnológica. (2012).

Embora existam diferentes estudos, como Queiroz (2011), Digiácomo (2005), Arroyo (1997), Menezes (2011), Dias (2013), Souza (2011), que se dedicaram à compreensão da evasão escolar, no âmbito da educação profissional, a literatura embasada em pesquisas ainda são insuficientes para a compreensão desse fenômeno e possíveis contribuições com políticas de permanência escolar. De acordo com Ferreira (2016), “os estudos sobre evasão escolar enfocam em sua maioria os níveis fundamental e médio de ensino, necessitando de mais investigações para o campo da educação profissional técnica, em vista à proporção do problema”. (p. 22.636). Corroborando com essa ideia, Figueiredo (2015), diz que há escassez de pesquisas nessa área o que pode ser evidenciado pelas autoras Dore e Luscher (2011) e Meira (2015), dificultando, desse modo, a formação de um referencial teórico sólido.

No levantamento bibliográfico desta pesquisa, encontramos um número reduzido de trabalhos que tratam da temática, dentre eles cita-se: “Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais” (DORE & LÜSCHER, 2011); “Análise da Evasão de alunos dos cursos de profissionalização da área de enfermagem no Paraná” (NUNES et al., 2007); “Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio” (SILVA; PELISSARI; STEIMBACH, 2012); “A Evasão nos cursos de agropecuária e informática/nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes (MG, 2002 a 2006)” (MACHADO, 2009) “Fatores de Permanência e Evasão no Programa de Educação Profissional de Minas Gerais (PEP/MG): 2007 a 2010” (SILVA, 2013). Estes trabalhos buscavam responder aos questionamentos sobre os fatores motivacionais para abandono do curso e encontraram como respostas uma série de elementos que estão ligados a questão institucional, da família e do próprio aluno.

O tema Evasão na Rede Federal de Educação Profissional foi discutido por autores, como: “A evasão escolar no IFTO campi Araguaína e Porto Nacional: da estatística ao enfrentamento” (MATOS, VASCONCELOS e SANTOS, 2015); “Evasão escolar em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Instituto Federal de Brasília – campus Ceilândia” (VALVERDE e COUTINHO, 2015); “Evasão escolar: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – campus Porto Nacional” (FIGUEIREDO, 2015); “Análise da Evasão nos Cursos Técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Arinos: Exclusão da Escola ou Exclusão na Escola?” (NARCISO, 2015); “Evasão na educação profissional no Instituto Federal de Pernambuco: um olhar pedagógico” (LEITE E GUIMARÃES, 2015); “Evasão na educação profissional técnica de nível médio do CEFET-

MG: um estudo de caso” (ANDRADE *et al*, 2015); “Evasão no Instituto Federal do Tocantins – campus Gurupi” (SILVA, 2015); “Evasão nos cursos de licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais” (CASTRO E DORE, 2015); “Licenciaturas em química do IFG campus Uruaçu: a voz dos que optaram por evadir” (COSTA e SILVA, 2015); “Evasão escolar no Instituto Federal Sul – Rio - Grandense: um estudo de caso no campus Passo Fundo” (JOAHNN, 2012); “Evasão escolar nos cursos técnicos integrados do IFBA campus Eunápolis” (SILVA, 2011); “Educação de jovens e adultos e a evasão escolar: o caso do Instituto Federal do Ceará – campus de Fortaleza. 2011” (Rocha, 2011). Essas pesquisas realizaram um diagnóstico e buscaram conhecer os fatores relacionados à evasão, além da sua repercussão no processo educacional nos Institutos Federais espalhados pelo país.

Essas pesquisas apontam como resultados uma série de questões ligadas ao aluno, à escola e a comunidade. Dentre esses, ressaltamos a pouca correspondência entre expectativa dos estudantes e o que é oferecido em termos de currículo; o cansaço ocasionado pelo trabalho, as dificuldades de aprendizagem, a defasagem do ensino médio com que chegam a escola, o custeio com transporte e a necessidade de trabalharem e não conseguirem conciliar a escola com o trabalho.

O fenômeno da evasão tem se tornado um problema cada dia maior, não apenas na educação profissional técnica de nível médio, mas também em outras modalidades de ensino, tais como o ensino à distância (EaD) e as licenciaturas, sejam elas presenciais ou à distância. O Tribunal de Contas da União (TCU) (2011, p. 10) assegura que “a evasão representa problema que alcança diferentes modalidades de ensino em maior ou menor medida. No Brasil, a educação profissional não foge a essa regra”, de acordo com o TCU, estamos longe de alcançar as metas estabelecidas no PNE 2011-2020, principalmente quando analisamos as taxas de conclusão em nível nacional que se situam em 46,8% para o médio integrado, 37,5% para o Proeja, 25,4% para a Licenciatura, 27,5% para o Bacharelado e 42,8% para os cursos de tecnólogo (TCU, 2011, p. 10).

Conforme assegura Dore (2011) o aumento desse fenômeno é uma preocupação generalizada, em especial na educação profissional técnica de nível médio. Sobre a evasão e permanência na educação técnica de nível médio em Minas Gerais destaca-se:

A existência de evasão tão elevada em cursos técnicos organizados a partir de uma política pública, que busca expressamente privilegiar a formação profissional como recurso de inserção dos jovens no mercado de trabalho, remete nossas reflexões, mais uma vez, para o contexto da política educacional brasileira na organização da escola média e da escola técnica. É indispensável que a atual política educacional para o ensino técnico, ao desenvolver suas estratégias de expansão, considere a evasão escolar e suas principais causas, de forma a evitar o risco de decisões equivocadas e onerosas (DORE e LÜSCHER, 2011, p. 785).

Ainda de acordo com Dore (2011), essa modalidade de ensino é ainda pouco discutida no mundo acadêmico e, nesse sentido, pode-se afirmar que esta pesquisa, vem ao encontro das necessidades apontadas pela produção científica sobre o tema. Além da produção escassa, outro fator que nos levou à realização desta pesquisa, é o fato de a cidade em que está implantado o campus possuir relação econômica direta com a área do Curso Técnico Subsequente em Mineração.

Diante da análise de produções acadêmicas sobre o tema e da minha vivência profissional na área, o objetivo que se coloca para esta pesquisa é: Quais os fatores que levam estudantes do Curso Técnico Subsequente em Mineração, do Campus Congonhas, a abandonarem os estudos? Para tanto, o objetivo geral será analisar os fatores que influenciam na evasão dos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Mineração no IFMG - Campus Congonhas. Busca-se assim: identificar as políticas públicas que visem atenuar o fenômeno nessa modalidade de ensino; identificar o perfil dos estudantes matriculados no curso Técnico Subsequente em Mineração do Campus Congonhas; conhecer estratégias utilizadas pela Instituição para enfrentamento do problema da evasão e, por fim, analisar os motivos, sob o ponto de vista dos estudantes que evadiram, o que os levou a abandonarem o Curso.

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para o aprofundamento de estudos sobre o tema da evasão, que continua se reproduzindo na atualidade, bem como oferecer subsídios para uma reflexão no âmbito das políticas públicas para a educação profissional e, bem ainda, para a formulação de políticas no âmbito do IFMG campus Congonhas, no sentido de diminuir os índices de evasão escolar e promover a permanência escolar.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro, **Concepções Acerca da Evasão e Educação Profissional**, tem o objetivo de trazer os conceitos de evasão utilizados nesta pesquisa, identificar as produções existentes na academia sobre o tema e, por fim,

apresentar as principais políticas públicas voltadas para Educação Profissional no país. O segundo capítulo, **Percursos da Investigação**, objetiva esclarecer a forma como esta pesquisa foi construída, modelo teórico utilizado e o estabelecimento da análise dos dados. No terceiro Capítulo, **A Evasão no Curso Técnico Subsequente em Mineração**, o objetivo é analisar os dados para identificação dos fatores que contribuíram para a evasão no curso pesquisado, associando-os aos referenciais encontrados.

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EVASÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Este Capítulo tem o objetivo de apresentar o tema da evasão por meio de diferentes perspectivas: iniciamos com uma reflexão sobre as principais políticas públicas voltadas para a Educação Profissional no Brasil, em seguida apresentamos um estudo sobre a produção científica relativa ao tema da evasão, no período de 2011 a 2016. Conceituamos a evasão, segundo olhares de diferentes teóricos pesquisados como Brasil (1997), Dore (2011), Arroyo (2000) e a partir daí, entramos na problemática da evasão na educação profissional, em especial a técnica de nível médio.

1.1. Educação Profissional e suas principais políticas públicas no Brasil

A Educação Profissional vem ganhando gradativamente espaço no cenário educacional brasileiro e tem ocupado papel estratégico para a construção da cidadania e para inserção de jovens no mercado de trabalho (BRASIL, 2004).

As políticas públicas voltadas para Educação Profissional e Tecnológica (EPT) passaram por diferentes conceitos principalmente quanto a relação que deveria ter entre Educação Básica e formação para o trabalho, educação da classe dominante (elite) e educação para o trabalho (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2011). Na Sociedade moderna, esta educação ainda sofre com o dualismo e com a falta de acesso e permanência. Frigotto e Ciavatta (2011, p. 620) afirmam que “não apenas o Brasil, mas também na América Latina, estamos longe de oferecer à massa das crianças e jovens condições educativas para aprendizado intelectual”.

No governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) que perdurou de 1995 a 2003, a EPT foi concebida como alternativa para atendimento ao mercado de trabalho (NASCIMENTO, 2002, p. 18). A Lei 9394/96 (LBD), não tratava da questão da EPT, sendo esta regulamentada pelo Decreto 2208/97¹³, que estabelecia claramente esta separação entre a Educação Básica e a Educação Profissional, no qual podemos perceber em seu texto: “A Educação o Profissional de Nível Técnico terá organização curricular própria independente do

¹³ Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (Revogado pelo Decreto 5.154/04)

ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a esta”. (BRASIL, 1997).

Arruda (2000) ao se referir ao Decreto 2208/97, afirma que esta reforma do ensino técnico ou profissional, parece ser a fórmula encontrada pelo governo FHC para que o trabalhador vá ajustando sua qualificação ao mercado de trabalho. Também Pacheco (2012) afirma que este Decreto foi amplamente criticado e “produziu efeitos graves sobre a educação pública brasileira em todos os níveis” (PACHECO, 2012, p. 24-25), entre eles podemos citar a supervalorização do diploma de nível superior, ampliação da privatização e o fortalecimento de “um mercado educacional”, este autor considera que houve um aumento expressivo das instituições privadas, após a aprovação deste Decreto.

No governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), o cenário político brasileiro se altera com impactos na política educacional. Com a abertura econômica e condições favoráveis à exportação, o país se abre para expansão do mercado interno e uma melhor distribuição de renda, o Estado, assume o papel de “protagonista do desenvolvimento” (WINCKLER, SANTAGADA, 2012, p. 102). Esses autores apontam uma série de ações que foram implementadas na educação brasileira nesse período, como por exemplo: o Programa Universidade para Todos; criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é relacionado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁴.

Com a edição do Decreto nº 5.154/04¹⁵ retoma-se a tentativa de integração entre Ensino Médio e o Profissional, ao estabelecer em seu Artigo 4º que “a Educação Profissional de nível médio será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio”, e que esta articulação “dar-se-á de forma integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio” (BRASIL, 2004). Com a aprovação deste Decreto abriu-se espaço para formação integral do educando,

¹⁴ O PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - criado em 27 de janeiro de 2007, através do decreto 6.025, representa um novo modelo de planejamento, gestão e execução do investimento público. Articula projetos de infraestrutura públicos e privados e medidas institucionais para aumentar o ritmo de crescimento da economia. Modernizar a infraestrutura, melhorar o ambiente de negócios, estimular o crédito e o financiamento, aperfeiçoar a gestão pública e elevar a qualidade de vida da população são alguns dos objetivos do PAC. É também um instrumento de inclusão social e de redução das desigualdades regionais. Suas ações e obras geram empregos que garantem renda e consumo para milhares de trabalhadores e suas famílias. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento/visao-geral/o-que-e-o-pac>. Acesso em 20jan2019.

¹⁵ Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

uma possibilidade de eliminação do dualismo educacional. De acordo com CIAVATTA (2010) o Decreto 5.154/04 não trouxe a garantia de sua implementação e afirma que essa garantia dependerá da vontade da sociedade política, e da pressão da sociedade civil.

Dando prosseguimento à reforma da Educação Profissional, é aprovado o Decreto 6.095/2007 que estabelecia “Diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs, no âmbito da rede Federal de Educação Tecnológica”. Este documento reconfigurava a rede Federal “Profissional” para “Tecnológica”, no qual encontramos todas as características dos Institutos Federais.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), publicado pelo Ministério da Educação em 2007, ressalta a importância da Rede Federal para a expansão da oferta e melhoria da qualidade da educação brasileira:

Talvez seja na educação profissional e tecnológica que os vínculos entre a educação, território e desenvolvimento se tornem mais evidentes e os efeitos de sua articulação, mais notáveis. (...). Diante dessa expansão sem precedentes, a proposição dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, como modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente, evidencia com grande nitidez os desejáveis enlances entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade. A missão institucional dos Institutos Federais deve, no que respeita à relação entre educação profissional e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos: ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão. Quanto à relação entre educação e ciência, o Instituto Federal deve constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, voltado à investigação empírica; qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas; oferecer programas especiais de formação pedagógica inicial e continuada, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de física, química, biologia e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional, e oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica (BRASIL, 2007, p. 42).

O documento trazia como prioridade disponibilizar uma educação de qualidade, com o envolvimento de toda comunidade escolar. Neste sentido, dá-se início ao surgimento dos Institutos Federais para uma atuação integrada e regional, atreladas a ampliação de vagas. A

aprovação da Lei 11.741/2008¹⁶ promoveu importantes alterações na atual LDBEN, especialmente em relação à Educação Profissional Técnica, seu objetivo era o de “redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica” (BRASIL, 2008).

As políticas públicas do Governo de Luís Inácio Lula da Silva deram prosseguimento ao projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, realizando uma profunda alteração no modelo de gestão da rede federal de educação profissional, justificada principalmente pela sua expansão. Essas alterações foram realizadas em duas fases. Na primeira fase de expansão, segundo Pereira (2009) veio a implantação das Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos Estados ainda desprovidos destas instituições. O projeto previa também a implantação em outras unidades, preferencialmente em periferias e em municípios interioranos, distantes de centros urbanos, cuidando para que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais, regionais e do mercado de trabalho. Nessa fase de expansão, foram criadas sessenta unidades, sendo quatro Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs) entre 2003 e 2005, vinte e oito UNEDs no Plano de Expansão 2006, cinco UNEDs no Plano de Expansão 2007, além de dezoito Escolas Federalizadas e nove Autarquias.

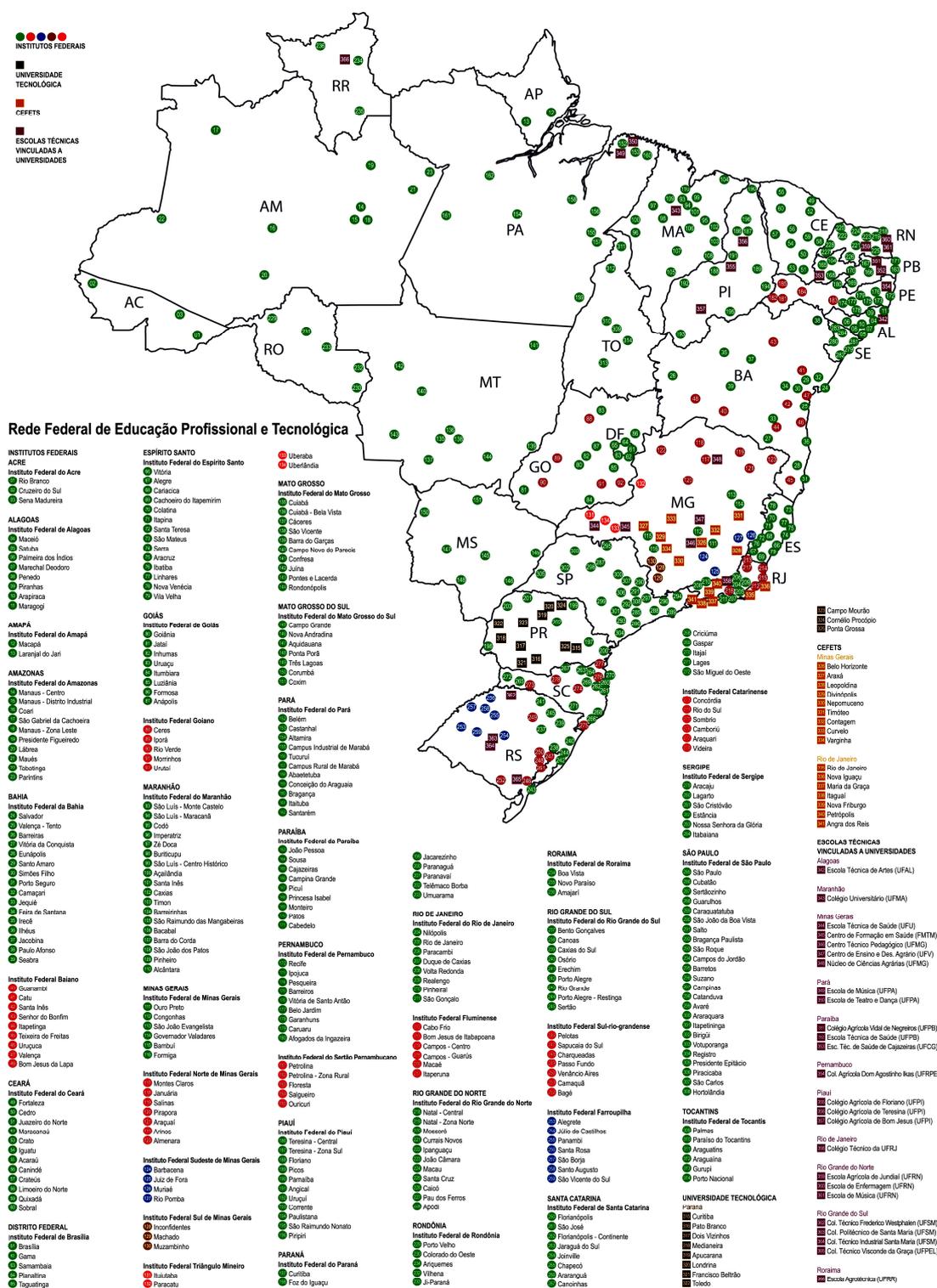
Na segunda fase, em 2007, iniciou-se a implantação de cento e cinquenta novas unidades de ensino, uma em cada Cidade-Polo do país. A escolha destas Cidades-Polo possibilitou uma ampliação da rede com cobertura do maior número possível de mesorregiões; sintonia com os arranjos produtivos locais; aproveitamento de infraestrutura física existente e identificação de potenciais parcerias, consolidando o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional. Com esse crescimento expressivo fez-se necessário uma nova forma de gestão dessas unidades, o que foi efetivado pela Lei n.º 11.892/08, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Foram criados 38 Institutos Federais, constituídos a partir da transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e suas Unidades Descentralizadas de Ensino (UNEDs) e pela integração de escolas agrotécnicas, escolas técnicas federais, escolas vinculadas às Universidades Federais e pelas novas escolas construídas no âmbito do plano de expansão da

¹⁶ Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

rede federal. Durante a primeira e segunda fase de expansão foram criados duzentos e quatorze novos campi (BRASIL, 2014).

No Governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), deu-se início à terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação, com a criação de quatro universidades federais, a abertura de quarenta e sete *campi* universitários e duzentos e oito unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ficando constituída conforme Figura a seguir:

Figura 1- Instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica até o ano de 2016.

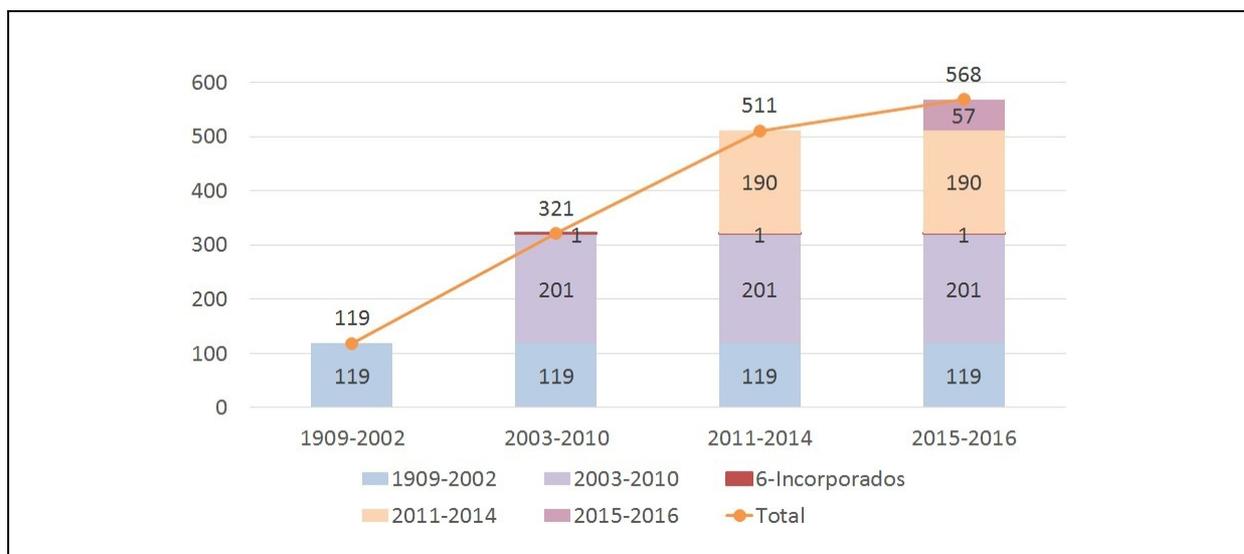


Fonte: BRASIL (2016). Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/images/b9c559f8-4738-4df1-b8b0-04ae836f94b0.jpg>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

Em Minas Gerais, especificamente, a Rede Federal de Educação Profissional permaneceu com cinco Institutos Federais sendo eles: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSulMG); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG); e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), mantendo também as unidades vinculadas ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Vale salientar que Minas Gerais é o único estado brasileiro contemplado com cinco Institutos Federais, portanto, a maior rede de Educação Profissional do país.

Os avanços podem ser percebidos nos dados seguintes, onde se destaca o atendimento de toda a Rede Federal de Educação Profissional, desde sua instituição, em 1909, até o ano de 2016.

Figura 2 - Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica até o ano de 2016.



Fonte: BRASIL (2016). Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/images/b9c559f8-4738-4df1-b8b0-04ae836f94b0.jpg>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

Conforme mostra a Figura 2, até o ano de 2016, o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional alcançou 644 unidades em 568 cidades. Sobre essa expansão, Pereira (2008) afirma que:

[...] o surgimento dos Institutos Federais estabelece vínculo com a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos centrais nas atuais políticas e assumidos como fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, o que pressupõe o combate às desigualdades

estruturais de toda ordem, daí a imprescindibilidade do fortalecimento das ações e das instituições públicas. [...] o papel que está previsto para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é o de garantir a perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma Educação Profissional e Tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e transformação social (PEREIRA, 2008, p. 1-3).

Pacheco e Rezende (2009, p. 10) afirmam que os IFs trazem em sua proposta, o entendimento que a educação é um “instrumento de transformação e enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana”. Essa nova instituição deve ser pensada segundo as exigências do mundo contemporâneo, podendo alterar de forma positiva a realidade do país. Nesse sentido, os IFs “devem possibilitar aos trabalhadores a formação continuada ao longo da vida, reconhecendo competências profissionais e saberes adquiridos informalmente em suas vivências, conjugando-os com aqueles presentes nos currículos formais” (PACHECO; REZENDE, 2009, p. 10).

Destacamos ainda a aprovação da Lei 13.005/2014¹⁷, que aprovou o Plano Nacional de Educação (2011-2020), definindo-se 20 metas para educação brasileira, em todos os seus níveis. Para a Educação profissional destacamos para as metas 10 e 11 está previsto ofertar para jovens e adultos 25% de oferta no ensino fundamental e médio, triplicar o número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio, deste percentual 50% seja ofertada pela rede pública. Uma importante contribuição para educação Profissional, prevista no PNE é o de resguardar a direito a aprendizagem e tentando garantir que 90% dos estudantes matriculados concluam com êxito sua formação. Conforme dados apresentados pelo Observatório do PNE, até o ano de 2015 as matrículas na Educação Profissional chegava a 1.787.229 alunos, com a meta de alcançar um total de 5.224.584 até o ano de 2024.

Não poderíamos deixar de citar também a Resolução CNE/CEB nº 6/2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Técnica de Nível Médio. Em seu artigo 39, defende a implementação de políticas públicas para a melhoria da qualidade pedagógica e social, destacando o acesso, a permanência, o êxito e a inserção de estudantes no mercado de trabalho. Essa Resolução destaca aspectos a serem contemplados na construção dos projetos pedagógicos, como: objetivos, finalidades e

¹⁷ Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

princípios norteadores; formas de oferta, organização curricular e duração; avaliação, aproveitamento e certificação, infraestrutura e quadro de pessoal. No artigo 12, estabelece que os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio deverão ser organizados por eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos ou em uma ou mais ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

1.2 A problemática da Evasão na produção científica do campo

A fim de situar o fenômeno da evasão, no âmbito da produção científica, foi realizado um levantamento bibliográfico nas principais bases de dados¹⁸ disponíveis no país. Inicialmente pretendíamos estabelecer o intervalo de pesquisa entre 2012 e 2017, buscando os últimos cinco anos de produções, mas, no momento da consulta, não encontramos as produções relativas ao ano de 2017, o que nos fez retroagir para o ano de 2016, estabelecendo assim, o período compreendido entre os anos de 2011 a 2016.

Utilizando, nas buscas, o descritor “Evasão na Educação Profissional”, foram encontradas 54 produções, incluindo artigos, teses e dissertações, conforme pode se ver nos dados apresentados na TAB. 1.

TABELA 1 – Produções sobre o tema por base de dados (2011-2016).

Fonte	Evasão na Educação Profissional
	2011-2016
Portal de Periódicos CAPES	8
Banco de Teses CAPES/MEC	9
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações IBICT	12
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG	4
Simpósios ANPAE	1
Reuniões ANPEd (GTs 5, 9, 11)	1
IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar	17
Trabalho & Educação	2
TOTAL	54*

Fonte: Sítios eletrônicos das instituições e dos periódicos. Acesso em 01 mai. 2017.

*Estes trabalhos encontram-se melhor detalhados no Apêndice 1.

¹⁸ Portal de Periódicos CAPES; Banco de Teses CAPES/MEC; Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações IBICT, UEMG, CEFET-MG, PUC Minas e UFMG; sítio eletrônico Domínio Público. Os periódicos foram: Revista Trabalho & Educação. Os trabalhos relativos aos Simpósios bianuais da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); os trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), particularmente nos Grupos de Trabalho de Trabalho e Educação (GT 09), Política de Educação Superior (GT 11) e Educação de Jovens e Adultos (GT 18); e no IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão.

Após o levantamento bibliográfico, iniciamos a leitura do título e dos resumos dos estudos mencionados acima, com o propósito de separar as temáticas de acordo com os principais temas relacionados a Evasão na Educação Profissional e selecionando-os de acordo com a pesquisa em questão.

Abordando o tema ligado a fatores e motivos relacionados à evasão, foram encontrados: Gomes e Laudares (2016); Melo e Rocha (2015); Rodrigues, Rodrigues e Viroli (2015); Sales (2014); Silva (2013); Araújo (2013); Detregiachi Filho (2012); Barlem *et al* (2012); Aguiar (2012); Almeida (2012); Dore e Lüscher (2011); Borges (2011). Esses estudos traziam como investigação os fatores ou de motivos relacionados à evasão nas mais diversas instituições do Brasil, públicas ou privadas. Os principais resultados diziam respeito à necessidade do aluno de trabalhar; a dificuldade em conciliar o trabalho, os estudos e a família; dificuldades de aprendizagem; e dificuldades financeiras.

Os estudos que se dedicaram ao tema da evasão na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foram: Figueiredo (2015); Matos, Vasconcelos e Santos (2015); Leite e Guimarães (2015); Andrade *et al* (2015); Valverde e Coutinho (2015); Castro e Dore (2015); Silva (2015); Costa e Silva (2015); Novais (2014); Coelho (2014); Severino et al. (2013) Oliveira (2011); Silva (2011). Essas pesquisas buscavam diagnosticar os fatores relacionados à evasão; destacavam também a evasão e sua repercussão no processo educacional nos Institutos Federais espalhados pelo país. Entre os principais resultados, destaca-se inúmeras causas intra e extraescolares ligadas ao problema da evasão, tais como o cansaço ocasionado pelo trabalho; custeio de transporte; a falta de relação do currículo com anseio do aluno; defasagem de aprendizagem; desmotivação dos estudantes que já possuíam o ensino médio e horário do curso.

Encontramos também trabalhos interessantes que abordam o tema da evasão na Educação de Jovens e Adultos (EJA): Silva (2014); Araújo (2012), Moreira (2012) e Oliveira (2011). Os autores investigaram os fatores relacionados à evasão na Educação de Jovens e Adultos e os resultados indicaram fatores diversos que demandam de uma investigação mais criteriosa e quase individualizada, pois os mesmos possuíam uma relação forte com a subjetividade dos estudantes e de suas famílias.

Encontramos também pesquisas com relação à prevenção, diagnóstico, acompanhamento e controle da evasão: Melo e Rocha (2015); Rodrigues, Rodrigues e Viroli (2015); Matos,

Vasconcelos e Santos (2015); Meira (2015); Oliveira *et al* (2015); Silva e Lima (2015); Leite e Guimarães (2015); Andrade et al (2015); Castro e Dore (2015); Gugelmim (2015); Silva (2015); Costa e Silva (2015); Novais (2014); Cruz (2013); Rodrigues (2012). Entre esses estudos cinco relatavam experiências sobre instrumentos de prevenção, diagnóstico, acompanhamento e controle da evasão em instituições públicas e privadas; nas redes municipais, estaduais e federais. Essas pesquisas registraram um alto índice de evasão nos cursos pesquisados. Duas dessas pesquisas trouxeram sugestões para a prevenção, o acompanhamento e o controle da evasão, tais como: ampliação dos trabalhos do Núcleo de Estudo e Combate à Evasão; implantação de uma avaliação diagnóstica da evasão; identificação e acompanhamento de estudantes com necessidades especiais; implantação de um modelo de informação que garanta dados necessários para apoio à gestão na tomada de decisão; implementação de um conjunto projetos, monitorias, assistência pedagógica e psicológica à família e ao aluno como forma de auxílio para a permanência do aluno na escola e; professor como instrumento fundamental no combate à evasão.

Sobre a evasão na relação com o currículo e as práticas pedagógicas encontramos as pesquisas de Matos, Vasconcelos e Santos (2015) e Araújo e Santos (2012). Os objetivos dessas pesquisas eram: subsidiar a ampliação do entendimento da especificidade da prática didática e da evasão escolar na Educação Profissional; compreender as ações apontadas no Programa Permanência e Êxito, e sobre o currículo escolar. Os resultados evidenciaram que a escola deve ser atrativa e favorecer um ambiente de acolhimento ao estudante buscando: revisão dos currículos desatualizados e fora de contexto; mudança no sistema de avaliação; busca de formação pedagógica dos professores; aulas práticas; motivação dos alunos e professores com as atividades; necessidade de aprendizagem contextualizada, vivenciada dentro de empresas através de convênios e parcerias; apoio aos estudantes por profissionais como: psicólogos, assistentes sociais, orientadores educacionais; e reforço para alunos com dificuldades de aprendizagem.

Conforme menciona Dore (2011), a evasão escolar deve ser investigada desde as séries iniciais do Ensino Fundamental até o Superior. Em seu estudo, trata especificamente do abandono escolar nas escolas técnicas de nível médio. Segundo ela, “embora haja muitas pesquisas sobre o tema, quase não há estudos sobre a evasão nas escolas profissionalizantes” (DORE, 2011, p.364).

Segundo Dore (2011), o acesso e a permanência do aluno na escola são uma dimensão da democratização da educação. Nesse sentido, a expansão das escolas técnicas pode ser beneficiada pelos resultados das pesquisas sobre evasão escolar, em especial, para tentar solucionar o problema antes que ele aconteça nas novas instituições de qualificação profissional.

Em relação aos estudos mencionados, diversos autores (BASSO, 2014; CRUZ, 2013; e BRASIL, 2004), sugerem temas para pesquisas futuras: sobre a permanência em cursos técnicos e também a elaboração de um modelo integrado de intervenção, incluindo o maior número de sujeitos, tais como pais, familiares, professores, coordenadores, orientadores, em cursos de diferentes áreas e sistemas de ensino público e privado; sugere-se que a pesquisa seja aplicada também em outras unidades que ministram a educação profissional, como o do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) presentes no Brasil; e pesquisas sobre egressos da educação profissional.

1.3 O conceito de Evasão

Para compreendermos o fenômeno da evasão escolar faremos uma análise sobre o ambiente escolar e social em que o aluno está inserido. A Evasão escolar é um fenômeno complexo (BRASIL, 1996; DORE, LUSCHER, 2011) e, desse modo, para entendê-lo faz-se necessário compreender os determinantes educacionais referentes à escola, políticas públicas e sistema escolar (gestão), econômicos (inserção no mundo do trabalho), sociais (desejos da sociedade nacional e regional) e subjetivos (relacionados aos indivíduos). Para Johann (2012),

a evasão é um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, rompendo com o vínculo jurídico estabelecido, não renovando o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino. Esta situação de evasão é vista como abandono, sem intenção de voltar, uma vez que não renovando a matrícula rompe-se o vínculo existente entre aluno e escola (JOHANN, 2012, p. 65).

Para Queiroz (2004), a evasão é uma forma de exclusão escolar que pode ser dividida em exclusão da escola e exclusão na escola,

A exclusão escolar na forma de exclusão na escola compreende tanto o não acesso à escola, quanto o que habitualmente se denomina evasão na escola. Já a categoria exclusão da conta da exclusão operada dentro do processo escolar, por meio de mecanismo de reprovação e repetência. Dessa forma, as

distintas realidades captadas de forma imediata como o não acesso, a evasão, a reprovação e repetência ganharam unidade primeiramente sob categorias analíticas de exclusão da escola e exclusão na escola e, finalmente sob o conceito mais geral de exclusão escolar (QUEIROZ, 2004, p. 24)

Ainda de acordo com esse autor, a evasão escolar é o abandono da escola antes da conclusão de uma série ou de um determinado nível. Caracterizando assim a evasão como o ato ou processo de evadir, fugir, escapar ou esquivar-se dos compromissos assumidos ou por vir assumir. Rompendo assim o vínculo jurídico descrito acima por Johann (2012).

Arroyo (1993) afirma que a evasão escolar é uma questão social resultante da desigualdade de classes no Brasil, pois a não conclusão dos estudos ou a interrupção por parte dos estudantes, pode gerar prejuízos tanto para a sociedade quanto para si mesmo, transformando o trabalhador em mão de obra não qualificada, mal remunerada e à mercê do desemprego, reproduzindo assim a exclusão.

De acordo com alguns autores como ARROYO (2000) e SPOZATI (2000) a evasão é considerada como fatores do “fracasso escolar”. Já para Steimbach e Pelissari (2012) deve ser usado o termo fracasso escolar, pois considera a evasão um ato solitário. Ferreira (2013) afirma que o fracasso escolar denota o próprio fracasso das relações sociais imbricadas na escola. Na visão de Bernard Charlot “não existe fracasso escolar, e esse não seria plausível de ser analisado, mas existem histórias de insucesso dos alunos” (CHARLOT, 2000, p. 54 *apud* Almeida 2010, p. 24). Charlot concebe a educação como “movimento através do qual o sujeito constrói e é construído pelos outros, porem ninguém poderá educar o sujeito caso ele não consinta, caso ele não colabore de alguma forma” (ALMEIDA, 2010, p.18).

O termo “abandono” foi usado pelo INEP (1998), para diferenciar a situação de evasão da situação de abandono. Para o INEP, abandono é a situação em que o aluno desliga da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto que na evasão o aluno desliga-se e não mais retorna para o sistema escolar. Outro conceito de evasão, denominado mobilidade, é quando o aluno sai de um curso para outro, ou para outro nível de ensino, como por exemplo, o superior (BRASIL, 2010).

Nesta dissertação, utilizamos o termo evasão conforme definição adotada no Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal, que se aproxima dos conceitos propostos em Brasil (1996) e Dore (2013), “sendo definido como **a interrupção do aluno no ciclo do curso**. Em tal situação, o estudante **pode ter abandonado o curso, não ter**

realizado a renovação da matrícula ou formalizado o desligamento/desistência do curso”. (BRASIL, 2014, p. 20, grifos nossos).

Corroborando com Dore & Luscher (2011) todos os aspectos citados pelas autoras, e aqui mencionados, devem ser considerados na análise do problema da evasão, pois caso contrário, perde-se a especificidade. Cada tipo de abandono possui características próprias e é influenciado por diversos fatores.

1.4 A Evasão na Educação Profissional

De acordo com Dore et al. (2014), em pesquisa que examinou 41 unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais, a evasão estaria relacionada a fatores individuais do estudante tais como: dificuldades financeiras, afastamento da família, gravidez, uso de drogas, entre outros e, aos fatores institucionais como: baixa qualidade do ensino, distância entre currículo teórico e prático, estágio e outros. Para essa pesquisadora “[...] a evasão é um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado aos fatores pessoais, sociais e institucionais” (DORE et al., 2014, p. 326). Corroborando com o estudo de Rumberger (2011) assinala que há uma grande variedade de fatores e não adianta estudar o aluno como fator isolado.

A problemática da evasão na Educação Profissional tem se constituído como um dos principais desafios para os gestores dessa modalidade da educação e tem levado o Ministério da Educação a tomar uma série de medidas com vistas a resolver os problemas enfrentados pelos Institutos Federais, que, conforme os últimos dados levantados (TAB. 2) são considerados alarmantes:

TABELA 2 – Estudantes considerados como evadidos, por tipos de cursos, de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011.

Nível	Tipo de Curso	Taxa de Evasão	Taxa de Retenção	Taxa de Conclusão
Educação Básica	Técnico integrado para estudantes em idade própria	6,40%	44,42%	46,80%
	Técnico integrado e concomitante na modalidade EJA*	24,00%	37,99%	37,50%
	Técnico Subsequente	18,90%	49,34%	31,40%
Educação Superior	Licenciatura	8,70%	64,53%	25,40%
	Bacharelado	4,00%	68,09%	27,50%
	Tecnólogo	5,80%	50,82%	42,70%

*EJA – Educação de Jovens e Adultos
Fonte: TCU (2012), adaptado.

Os dados da Tabela 2 mostram números bastante consideráveis e que merecem toda nossa preocupação. Como podemos perceber a modalidade que investigamos o Técnico Subsequente, apresenta uma taxa de evasão de 18,90%, com uma taxa de conclusão de apenas 31,40%. A taxa de Retenção apresentada (49,34%) nos traz grande preocupação em função desse ser um dos fatores associados, pela produção científica da área, à evasão.

Preocupado com a evasão nos Institutos Federais, o Tribunal de Contas da União, emitiu um relatório para auditoria realizada nestas instituições, no qual aponta o problema e propõe, por meio de acórdão assinado com MEC, medidas para o enfrentamento. O Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Tecnológica - SETEC, envolvendo de toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, elaborou, em 2014, o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (MEC/SETEC, 2014). Com o objetivo de contribuir com as instituições na elaboração de seus planos estratégicos para superação do problema.

No âmbito da gestão institucional, desde 2015¹⁹, os Institutos Federais têm como desafio a construção de um planejamento estratégico para superação da retenção e evasão escolar, bem como de apresentar subsídios para determinação de indicadores para o desenvolvimento de ações para ampliação de possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo formativo, por meio da elaboração dos Planos Estratégicos de Permanência e Êxito do Estudante. Esse plano precisa contemplar o diagnóstico das causas e a implementação de ações para o combate, prevenção e monitoramento da evasão e retenção escolar.

Entre estes Institutos, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais concluiu o seu Plano em junho/2017 e apontou as seguintes conclusões:

Note-se que, em todos os tipos de curso ofertados, a taxa de evasão do IFMG é muito mais grave do que a média nacional: o dobro, nos cursos subsequentes; o triplo da média nacional, nos cursos integrados; 5,5 vezes mais elevada, nos cursos de licenciatura; o sétuplo da média nacional, nos cursos de bacharelado e de tecnologia. Além disso, a taxa de conclusão da Instituição (também pior do que as médias nacionais em todos os tipos de curso) está muito distante daqueles índices de eficiência acordados nas metas do Plano Nacional de Educação (IFMG, 2017, p. 12).

¹⁹ Em determinação ao já referido Acórdão nº 506/2013, que refletiu no âmbito dos Institutos Federais de Educação, por meio da Nota Técnica nº 282/SETEC/MEC/2015.

Ocorre no Plano Estratégico de Superação da Evasão no IFMG, um reconhecimento do problema e a preocupação na composição de metas para prevenção, redução ou até mesmo a erradicação de tal problema. Torna-se necessário um aprofundamento da questão, envolvendo todas as unidades desta instituição, dando o tratamento adequado e propondo alternativas para permanência e êxito dos estudantes, de acordo com as especificidades de cada campus.

Concluimos aqui nossas discussões relacionadas às concepções de Evasão Escolar com as quais iremos dialogar nesta pesquisa. Evidenciamos também as principais políticas públicas de Educação Profissional no país, para retomarmos estas questões mais adiante no Capítulo destinado à análise dos dados. No capítulo que se segue, trataremos da construção da pesquisa, trazendo todos os elementos necessários para melhor compreendermos o estudo aqui desenvolvido.

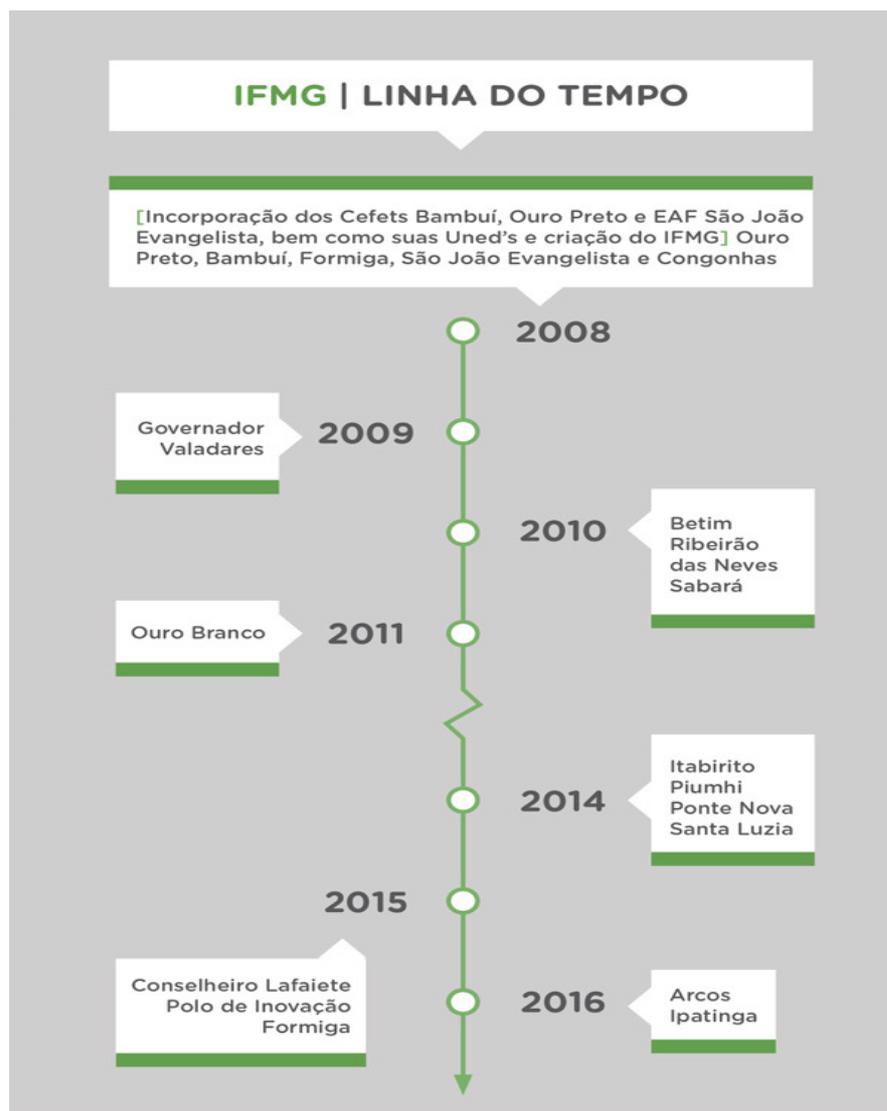
CAPITULO 2 – PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar a abordagem teórica metodológica utilizada nesta pesquisa. Iniciamos com a apresentação do IFMG e o campus Congonhas com sua inserção local. Apresentamos as perspectivas metodológicas da pesquisa por meio dos instrumentos utilizados: pesquisa documental, questionário para os sujeitos da pesquisa e entrevista semiestruturada. Destacamos em seguida, o campo teórico aplicado e a análise dos dados, estabelecendo as relações com o referencial teórico a ser utilizado (Rumberger e Lim, 2008) e o material levantado nas fases da pesquisa.

2.1 Apresentando o IFMG

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais está entre os 38 institutos criados pela *Lei* n. 11.892/08. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – IFMG 2014-2018, ele é uma “autarquia formada pela incorporação da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, dos CEFET’s de Ouro Preto e Bambuí e das Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED’s) de Formiga e Congonhas” (IFMG, 2015, p. 20). Até dezembro de 2016, o IFMG tinha em sua composição dezessete campi, sendo eles nas cidades de Bambuí, Betim, Congonhas, Formiga, Governador Valadares, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São João Evangelista, além dos campi avançados de Arcos, Conselheiro Lafaiete, Itabirito, Ipatinga, Piumhi e Ponte Nova (IFMG, 2015). A FIG. 03 mostra como esta Instituição se constituiu ao longo destes 10 (dez) anos:

Figura 3 – Linha do Tempo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG



Fonte: IFMG. Disponível em <https://www.ifmg.edu.br/portal/sobre-o-ifmg/historico-e-missao>. Acesso em 17 fev. 2018.

São disponibilizados mais de 70 cursos, divididos entre as modalidades de Formação Inicial e Continuada, Ensino Técnico (Integrado ao Ensino Médio, Concomitante, Subsequente e Educação de Jovens e Adultos), Ensino Superior (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia) e Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*. São promovidas também parcerias entre o IFMG e outras instituições de Ensino Superior para a realização de programas de Mestrado e Doutorado Interinstitucional (MINTER e DINTER).

Com a criação dos 38 Institutos Federais no país, metade das vagas é destinada para os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, para dar ao jovem uma possibilidade de formação já nessa etapa de ensino. Na educação superior, há destaque para os cursos de engenharia e

bacharelados tecnológicos (30% das vagas). Outros 20% estão reservados para licenciaturas em ciências da natureza.

2.1.1 O IFMG Campus Congonhas e sua inserção local

A cidade de Congonhas foi elevada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e Cultura - UNESCO, em 1985, como Patrimônio Mundial da Humanidade²⁰. Ela destaca-se no cenário econômico, combinando crescimento cultural e econômico com qualidade de vida (Portal da cidade, 2019)²¹. O município de Congonhas apresenta uma população total de 51.709 habitantes e uma densidade demográfica de 159,57hab/km². Possui uma área de 304,07km², dos quais 25,0km² são ocupados pela área urbana da sede. Dos restantes 279,07km², representando 91,8% da área total, as atividades agropastoris, ainda que não praticadas de forma intensiva, ocupam 49 km², restando 230,07 km² ou 75,7%, ocupadas por atividades mineradoras, siderúrgicas e por áreas de preservação²².

A cidade e a região²³ têm a economia voltada para a indústria, com uma parcela significativa no contexto financeiro do Estado de Minas Gerais²⁴. Nesse sentido, a indústria representa a principal atividade econômica da microrregião de Congonhas. De acordo com o censo de 2010, apresenta um percentual de 32,64% do total de sua população economicamente ativa, alocada no setor secundário. O setor industrial congrega, em especial, empresas de grande porte que atuam nas áreas de siderurgia (aço) e de extração mineral (ferro e manganês) e, em menor escala, indústrias prestadoras de serviços e empresas de pequeno porte. Entre as maiores empresas localizadas em Congonhas estão a Companhia Vale, Gerdau Açominas,

²⁰ Congonhas possui um dos mais importantes acervos arquitetônicos e artísticos representativos da evolução da arte civil e religiosa mineira. Seu legado maior é o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, tombado pelo Iphan, em 1939, que reúne o maior conjunto de arte colonial do Brasil. O Santuário - elevado pela UNESCO a Patrimônio Mundial, em 1985 - é considerado a obra-prima de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/370>. Acesso em 20jan.2019.

²¹ Disponível em: <http://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/patrimonio-historico/>. Acesso em 20jan.2019

²² Dados disponíveis em: IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica*, n. 34. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 214 p.

²³ Região Alto Paraopeba - AMALPA foi fundada em junho de 1976 congregando vinte e quatro municípios da microrregião do Alto Paraopeba e Vale do Piranga com intuito do fortalecimento da política do pólo regional. Disponível em: <http://amalpa.org.br/site/quem-somos/>. Acesso em: 20jan2019

²⁴ A ampliação e a construção de fábricas, com um investimento previsto na região no ano de 2017, foram em torno de R\$ 15 bilhões de reais (PPC, 2014).

Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil (VSB), e Companhia de Fomento Mineral – CFM.

Dessa forma, verificamos que a cidade oferece grande potencial de atuação para profissionais da área de Mineração, uma vez que o setor de grande representatividade econômica na região é a cadeia produtiva do ferro e do aço. O campo de atuação para esses profissionais vai desde a fase de pesquisa mineral até o processamento de minerais e minérios, serviços em empresas terceirizadas e em empreendimentos de pequeno porte, condições que certamente acabam criando expectativas em municípios da região e a qualificação dos trabalhadores passa a ser encarada como prioridade pelos agentes sociais regionais (IFMG, PPC, 2014).

O IFMG *campus* Congonhas está situado na Região do Alto Paraopeba, integrada por 23 municípios, perfazendo uma população de aproximadamente 330 mil habitantes. Essa região faz parte do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais e se caracteriza por conter diversos complexos industriais, principalmente do ramo mineração, razão pela qual optamos por realizar a investigação no Curso Técnico Subsequente em Mineração. Nosso interesse é, portanto, entender o porquê, da turma do segundo semestre do ano de 2014, ter apresentado um alto índice de evasão (80%), tendo em vista se tratar de um Curso com alto potencial de atendimento às demandas do próprio mercado de trabalho da cidade²⁵, conforme descrito em seu PPC.

Com a implantação da Unidade de Ensino em 2006, o agora *campus* do IFMG, priorizou a implantação de cursos voltados para os eixos tecnológicos de infraestrutura, produção industrial, bem como de controle de processos industriais, visando ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL). A instituição atualmente oferece cursos nas áreas de Edificações, Mecânica, Mineração, Engenharia de Produção e Física. Apresentamos a seguir foto aérea que corresponde ao Campus Congonhas, destacando sua infraestrutura física:

²⁵ Segundo informa o documento: As 15 maiores empresas do setor mineiro metalúrgico que atuam em Minas Gerais [iriam] abrir 16,9 mil vagas de 2014 a 2016 para viabilizar investimentos em expansão no estado. A demanda de profissionais foi confirmada em 19/11/2013, durante a renovação de um acordo de cooperação técnico-institucional firmado pelo grupo, reunido no Consórcio Mineiro Metalúrgico para a Formação e Qualificação de Profissionais em Minas Gerais, com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Os aportes dos setores de mineração e metalurgia deverão alcançar R\$ 36 bilhões nos próximos cinco anos em Minas, segundo a coordenadora do consórcio, a gerente de Recursos Humanos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Alba Valéria Santos. Com a preocupação de não esbarrar na escassez de mão de obra qualificada, as empresas já têm trabalhado desde a criação do grupo, em 2007, na formação e treinamento de profissionais nas comunidades do entorno das minas e das unidades fabris. Além da parceria com o SENAI-MG, elas mantêm relacionamento estreito com universidades como a UFMG, UFOP e a Universidade Federal de São João Del Rei (2014, p.10).

Figura 4 – Foto aérea do IFMG *Campus Congonhas*



Fonte: Acervo do IFMG *campus Congonhas*.

A Figura 4 apresenta uma parte do campus Congonhas, destacando os prédios de salas de aulas (1 e 2), a biblioteca (3), prédio administrativo (4), quadra de esportes (5) e laboratórios (6). Encontra-se em fase de construção o Restaurante Universitário e um novo auditório com capacidade para 400 pessoas. Não apareceram nesta figura a área correspondente à Cantina e ao Centro de Atenção à Saúde (CAS), local em que atuam os profissionais: Psicólogo, Médico, Enfermeira, Auxiliar de Enfermagem, Dentista e Auxiliar de Saúde Bucal.

Quanto aos cursos do IFMG, todos são gratuitos. Para ingressar em algum curso técnico ou superior do Instituto existem duas possibilidades: por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) ou por meio dos processos seletivos de Vestibular e Exame de Seleção, realizados duas vezes por ano. Para os cursos Técnicos, o IFMG possui as seguintes formas de oferta:

- **Integrado:** destinado a quem já concluiu o Ensino Fundamental. O estudante recebe do IFMG, além da formação técnica, a formação no Ensino Médio;
- **Concomitante:** destinado a quem já concluiu o Ensino Fundamental. O estudante recebe do IFMG apenas a formação técnica e cursa o Ensino Médio concomitantemente em outra escola.

- **Subsequente:** destinado a quem já concluiu o Ensino Médio. O estudante recebe do IFMG apenas a formação técnica. Entre os cursos técnicos subsequentes o Instituto possui as modalidades: presencial e a distância.

O Curso no qual esta investigação foi realizada situa-se nessa última forma de oferta, ou seja, curso técnico subsequente presencial. Ele teve início no segundo semestre de 2014 e contou com uma oferta de 35 vagas, oferecidas por meio de processo seletivo.

2.2 Perspectivas Metodológicas

Diante da natureza e problemática da pesquisa, optamos por adotar uma abordagem de natureza qualitativa, uma vez que consideramos ser essa a forma mais adequada para se analisar um problema característico dos fenômenos sociais. Para Richardson (2011, p. 79), a “abordagem qualitativa de um problema, além de ser a opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para atender a natureza de um fenômeno social”.

A opção pela abordagem qualitativa tem como base o fato de que “os métodos qualitativos enfatizam as particularidades do fenômeno em termos de significado para o grupo pesquisado” (GOLDENBERG, 2004, p. 48). Para essa autora, o método qualitativo dá conta de responder a questões que a estatística não consegue, penetrando na subjetividade dos fenômenos sociais. De acordo com a autora,

Partindo do princípio de que o ato de compreender está ligado ao universo existencial humano, as abordagens qualitativas não se preocupam em fixar leis para se produzir generalizações. Os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social (GOLDENBERG, 2004, p. 49).

De acordo com Minayo (2009, p. 21), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, pois trabalha com o “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Esse tipo de pesquisa busca compreender os fatos sociais, aliando-se ao método quantitativo, busca dar conta de “produzir riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa” (MINAYO, 2009, p. 21).

Com base em Lüdke e André (1986), como modalidade de pesquisa, optamos pela realização de um estudo de caso, entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais, considerados como uma unidade em razão de sua singularidade e especificidade, podendo ser, como nesta pesquisa, o estudo de uma turma de um Curso em especial: o Curso Técnico Subsequente em Mineração do IFMG Campus Congonhas. Assim,

Aqui, o estudo é empreendido primariamente porque o caso representa outros casos ou porque ilustra um traço ou problema, particular, mas porque, em todas as suas particularidades e no que tem em comum, este caso é de interesse em si. O pesquisador, pelo menos temporariamente, subordina outras curiosidades para que as histórias dos que “vivem o caso” emergjam (STAKE, 2000, p. 437 *apud* ALVEZ-MAZZOTTI, 2006, p. 649).

Em função de utilizarmos instrumentos diversificados para a coleta de dados nesta pesquisa, tais como questionários, entrevistas e análise documental, optou-se, então, pela abordagem qualitativa, tendo-se em vista que esta é a que melhor atende ao nosso propósito. Gatti (2004, p. 13) nos diz que “a combinação deste tipo de dados oriundos de metodologias qualitativas, podem enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos”. Nessa perspectiva, considerando os instrumentos aqui utilizados, nos apoiamos em Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1999) que ressaltam o caráter multimetodológico da pesquisa dessa natureza, isto é,

usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Podemos dizer, entretanto, que observação (participante ou não), a entrevista em profundidade e a análise de documentos são os mais utilizados, embora possam ser complementados por outras técnicas (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 163).

Assim, o desenvolvimento desta pesquisa se deu em três etapas: 1ª) definição do campo e sujeitos da pesquisa, realização de pesquisa documental e levantamentos de dados no Sistema Acadêmico da Instituição; 2ª) obtenção de dados por meio dos questionários aplicados aos sujeitos da pesquisa e entrevista semiestruturada com o setor pedagógico do campus; e 3ª) análise e interpretação dos dados de acordo com Modelo Conceitual de Performance Escolar de Rumberger e Lim (2008).

2.2.1 Pesquisa documental

A pesquisa documental teve como objetivo a obtenção de dados do Sistema Acadêmico da Instituição: nessa etapa foram analisados os seguintes documentos: 1) os dados acadêmicos referentes aos números de matrículas, aprovações, reprovações, evasões e conclusões na Secretaria de Registro e Controle Acadêmico da instituição; 2) o Projeto Pedagógico do curso (PPC); 3) o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), as Resoluções exaradas pelo Conselho de Superior (CONSUP) e os Relatórios de Gestão, obtidos no sítio eletrônico da Instituição.

Nessa fase da pesquisa, realizamos, inicialmente, uma busca na base de dados do IFMG - Campus Congonhas, para selecionar o universo e a amostra dos estudantes matriculados e que estariam na condição de evadidos no decorrer da turma ingressante no segundo semestre do ano de 2014, bem como, verificar o desempenho acadêmico dessa mesma turma. Os dados de ingresso dos estudantes são cadastrados no Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC, por ciclos de matrículas. Após esse cadastramento, ocorre a manutenção do ciclo por meio da atualização da situação de matrícula daquele grupo inserido (turma ingressante) que pode se configurar como: matrícula ativa (em curso ou integralizado) ou matrícula finalizada (concluído, desligado, evadido, transferido interno ou transferido externo). O SISTEC tem como objetivo registrar a vida do estudante na Instituição.

Segundo dados desse Sistema, são considerados na situação de “evadidos” os estudantes que abandonaram o Curso, não realizando a renovação da matrícula ou formalizando o desligamento/desistência²⁶. A partir das situações de matrícula descritas, estabelecem-se os conceitos de total abandono, retenção e conclusão, que são utilizados como indicadores de evasão, bem como de propensão do aluno a evadir, exemplo disto, são as retenções e não realização de etapas como, por exemplo, o estágio.

²⁶São terminologias também utilizadas no Sistema: *Matrícula Ativa*: situação em que o estudante está regularmente matriculado. Pode ser alterada para qualquer uma das situações: *finalizado* ou *integralizado*; *Integralizado*: situação em que o estudante integralizou a fase escolar (concluiu as disciplinas ou os módulos do curso) e ainda precisa cumprir requisitos para a conclusão. Pode ser alterado para evadido ou concluído; *Matrícula Finalizada* (não ativa); Finalização com êxito/sucesso. Concluído: situação em que o estudante concluiu todos os componentes curriculares do curso, inclusive prática profissional/estágio e está apto a ser diplomado ou certificado. Finalização sem êxito/insucesso: Transferido interno: situação em que o estudante mudou de curso na mesma unidade de ensino (campus); transferido externo: situação em que o estudante mudou de unidade de ensino ou mudou de instituição. Desligado/desistente: situação em que o estudante comunicou formalmente, de forma espontânea, o desejo de não permanecer no curso.

A análise dos documentos objetivou caracterizar a Escola, o Curso estudado, o Projeto Político Pedagógico e as Resoluções atinentes do Conselho Superior. Foram também analisados, documentos referentes aos estudantes da turma, documentos institucionais como, por exemplo, edital de seleção da turma e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018.

A escolha do IFMG - Campus Congonhas para esta pesquisa ocorreu em função de dois fatores primordiais: a) facilidade de acesso às informações, devido à proximidade local e regional com o público a ser investigado, o que facilita a realização de visitas in loco para entrevistas e/ou aplicação do questionário; e b) à atuação profissional da pesquisadora na Instituição, o que, também favorece o acesso e a obtenção dos dados.

A escolha pelo Curso Técnico Subsequente em Mineração se justifica em função das altas taxas de evasão que ele apresenta, conforme dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), ou seja, embora o Curso tenha relação direta com a principal atividade econômica da Região, ele apresenta os índices mais elevados de evasão do Instituto, conforme veremos no capítulo seguinte.

Para definirmos o quantitativo de sujeitos da pesquisa, realizamos uma pesquisa no mês de dezembro de 2017, na Direção de Ensino do Campus e no Sistema de Registro Acadêmico, no qual identificamos 28 estudantes considerados como evadidos na turma que ingressou no 2º semestre de 2014. Esses foram selecionados como sujeitos desta pesquisa.

Após essas definições, partimos para o campo. De acordo com Minayo (2009, p.26),

O trabalho de campo consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa. Essa fase combina instrumentos de observação, entrevista ou outras modalidades de interlocução com os pesquisados, levantamento de material documental e outros. Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação de hipóteses e de construção de teoria.

Para o trabalho de campo contamos com a aplicação dos questionários aos estudantes evadidos da turma do segundo semestre do ano de 2014, aplicação das entrevistas aos responsáveis da gestão acadêmica e a realização de levantamento de dados no sistema e pastas individuais destes estudantes. A aplicação dos questionários e entrevistas está descrito na sequência.

2.2.2 Questionário para os sujeitos da pesquisa

A elaboração do questionário²⁷ ocorreu em atendimento aos critérios estabelecidos no modelo conceitual de performance escolar de Rumberg e Lim (2008), aqui adotado como orientador da análise, no qual as perguntas devem contemplar as categorias e subcategorias elencadas em seu modelo teórico. De acordo com Goldenberg (2004), “o pesquisador deve ter em mente que cada questão precisa estar relacionada aos objetivos de seu estudo. As questões devem ser anunciadas de forma clara e objetiva, sem induzir e confundir, tentando abranger diferentes pontos de vista” (GOLDENBERG, 2004, p. 86). A autora ressalta as vantagens da utilização de questionários e, entre elas, podemos citar: menos dispendioso, exige menos habilidade para aplicação, pode ser aplicado a um grupo maior de pessoas ao mesmo tempo, garantem maior uniformidade para a mensuração e menor pressão por resposta imediata.

Desse modo, inicialmente, os estudantes foram, por e-mail, convidados a participarem da pesquisa. Solicitamos, por meio do envio de um *link* de acesso, utilizando-se o *software LimeSurvey*²⁸, que respondessem ao questionário. No decorrer da aplicação, ao realizarmos o pré-teste percebemos que o mesmo não se aplicaria adequadamente em função desse *software* ser mais adequado para questões fechadas. Por isso, tivemos que reavaliar a metodologia e acabamos por optar pela utilização do *google forms*. O pré-teste foi realizado aplicando-se o questionário a um dos sujeitos e, retornando com suas considerações sobre o entendimento do mesmo, foram feitos os ajustes no instrumento. O questionário contou com perguntas abertas, tendo-se em vista que os demais dados necessários foram identificados via documentos dos estudantes e sistema de registro acadêmico.

As respostas foram obtidas por adesão e do universo de vinte e oito estudantes evadidos na turma segundo semestre de 2014, obtivemos um total de vinte e duas respostas, o que equivale a um percentual de cerca de 80% do total dos evadidos. Entramos em contato com os estudantes que não responderam, mas não conseguimos localizar dois deles e os demais (quatro) não se interessaram por participar de responder a pesquisa.

Conforme afirmam Oliveira, Almeida e Barbosa (2012), “nem sempre é possível se ter acesso a toda população do objeto de estudo, sendo assim é preciso dar segmento à pesquisa

²⁷ O modelo de questionário aplicado encontra-se no Apêndice 2.

²⁸ *LimeSurvey* é um software livre para aplicação de questionários online. Podendo gerar dados estatísticos a partir das respostas.

utilizando-se a parte da população que é acessível na ocasião da pesquisa” (OLIVEIRA; ALMEIDA; BARBOSA, 2012, p. 19). A não obtenção de respostas nos levou a fazer contato por telefone, para verificarmos a possibilidade de responder presencialmente ao questionário impresso, mas infelizmente os estudantes se recusaram em participar e foram indelicados em algumas falas, que não devemos levar em conta nesta pesquisa. Acreditamos que o universo de respostas obtidas foi bastante considerável e não compromete a idoneidade dos fatores levantados.

O questionário foi construído em conformidade com as recomendações metodológicas dos especialistas, como expressa, a esse respeito, Gil (2009, p. 129):

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para testar as hipóteses ou esclarecer o problema da pesquisa. As questões constituem, pois, o elemento fundamental do questionário.

O questionário, normalmente, tem como finalidade apontar as características da população investigada, construindo um banco de dados para realizar a análise estatística das respostas, como salienta Gil (1999, p. 71), “os dados obtidos mediante levantamento podem ser agrupados em tabelas, possibilitando a sua análise estatística. As variáveis em estudo podem ser codificadas, permitindo o uso de correlações e outros procedimentos estatísticos”. As respostas obtidas foram sendo tabuladas eletronicamente. Essa tabulação obedece a uma organização de “frequência simples” e utilizando-se a categorização da teoria de Rumberger e Lim, estamos realizando o cruzamento das variáveis.

Sobre a etapa de tabulação dos dados, essa pode ser entendida na acepção de Gil (1999), como

O processo de agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise. Pode haver tabulação simples e cruzada. A tabulação do primeiro tipo, que também é denominada marginal, consiste na simples contagem das frequências das categorias de cada conjunto. A tabulação cruzada, por sua vez, consiste na contagem das frequências que ocorrem juntamente em dois ou mais conjuntos de categorias, por exemplo: tabulação dos casos referentes às categorias de renda e de escolaridade (GIL, 1999, p. 171).

A aplicação do questionário foi de extrema importância para avaliar a realidade do ponto de vista discente e confrontá-la com registros sociais e acadêmicos do Sistema utilizado pela

Instituição. Vale ressaltar, por fim, que o questionário foi submetido e devidamente aprovado pelo Comitê de Ética por meio da Plataforma Brasil. Os respondentes assinaram devidamente o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE), seus nomes são preservados e utilizaremos a sigla EE, que significa Estudante Evadido, e a identificação ocorre pela sequência EE1 ao EE22, conforme número de estudantes que retornaram com as respostas.

Apresentamos no Quadro 1 as principais características dos respondentes do questionário.

QUADRO 1- Características do público da pesquisa

Identificação na pesquisa	Sexo	Idade	Estado Civil
EE01	M	36	Casado
EE02	M	34	Casado
EE03	F	22	Solteira
EE04	F	24	Solteira
EE05	M	19	Solteiro
EE06	M	21	Solteiro
EE07	F	19	Solteira
EE08	M	32	Casado
EE09	F	24	Solteira
EE10	F	22	Solteira
EE11	F	21	Solteira
EE12	F	31	Solteira
EE13	M	19	Solteiro
EE14	F	19	Solteira
EE15	M	24	Solteiro
EE16	F	26	Solteira
EE17	F	21	Solteira
EE18	F	22	Solteira
EE19	F	26	Solteira
EE20	F	20	Solteira
EE21	M	21	Solteiro
EE22	M	20	Solteiro

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Responderam ao questionário 9 estudantes do sexo masculino e 13 do sexo Feminino. Os estudantes do sexo Feminino responderam quase que na totalidade, ficando apenas uma sem responder. No sexo masculino a parcela de respondentes foi menor, mas, o número conseguido de respostas não compromete a amostra, visto que apenas 5 ficaram sem responder.

2.2.3 Entrevista semiestruturada

Para a coleta de dados realizamos a primeira entrevista no dia 12/06/2018, com a coordenadora pedagógica do campus, a responsável pelo acompanhamento da modalidade de Ensino Técnico Subsequente, para verificar quais estratégias a Instituição tem utilizado no enfrentamento do problema. De acordo com Mascarenhas (2012; p. 68) a entrevista “é uma conversa que tem o objetivo de obter dados para a pesquisa”. Ela possibilita levantar dados que não conseguimos obter em fontes bibliográficas. Conforme esse mesmo autor, é “indicada para situações em que não temos fontes mais seguras de informação. Durante a entrevista, o pesquisador tem a oportunidade de tirar dúvidas sobre as perguntas que estão sendo feitas” (MASCARENHAS, 2012, IDEM).

Destacamos aqui, algumas vantagens, que Goldenberg (2004, p. 88) nos traz quanto à realização de entrevistas: as pessoas têm maior paciência e motivação para falar do que para escrever; maior flexibilidade para garantir a resposta desejada; pode-se observar o que diz o entrevistado e como diz, verificando possíveis contradições; instrumento mais adequado para relação de informação sobre assuntos complexos, como emoções; e permite maior profundidade.

Ainda de acordo com Goldenberg (2004, p. 80) “a entrevista é um instrumento para conseguir resposta que o pesquisador não conseguiria com outros instrumentos”. Poderemos verificar, a partir da entrevista, se a instituição está trabalhando a evasão de acordo com propostas apresentadas no Documento Orientador Para Superação da Evasão e Retenção nos Institutos Federais (BRASIL, 2014).

Foram entrevistadas três pessoas da gestão acadêmica do campus: a Coordenadora Pedagógica, a Responsável pelo Registro Acadêmico e a Técnica responsável pelo acompanhamento dos cursos técnicos subsequentes, elas serão identificadas como Cristina, Luciana e Amanda, respectivamente. Decidimos usar codinomes para as entrevistadas da Instituição, a fim de preservar suas identidades. Com a realização da primeira entrevista, no dia 12/06/2018, percebemos a necessidade de buscar respostas para a pergunta inicial: Como a instituição realiza o acompanhamento dos índices de evasão? Que, em nossa opinião, não foi respondida pela Coordenadora Pedagógica. Conforme transcrito a seguir:

[...] Agora, estudo dos índices, eu não sei quem faz esta pesquisa aqui, de quantos que são evadidos aqui na escola. O diretor apresenta os dados, mas eu não sei quem são os responsáveis para coletar os dados, não sei se o sistema já põe e assim você gera. Sei que tem que rodar o sistema e depois você consegue saber (Cristina, 2018).

Tivemos que tentar buscar esta resposta no setor de registro acadêmico do campus, envolvendo outros profissionais para obtenção desta informação, pois segundo a entrevistada, estes dados já são passados com avaliação prévia da direção do campus. Entre o período de junho a dezembro/2018, foram entrevistadas mais duas pessoas e todas as entrevistas foram gravadas e transcritas em seu inteiro teor, para realização do cruzamento de dados entre a visão da gestão com a visão dos estudantes, sempre utilizando por base o modelo conceitual de Rumberger e Lim (2008). Todas as entrevistadas responderam não terem conhecimento de como este acompanhamento acontece e informaram que já recebe os dados da Diretoria de Ensino e que a Reitoria é quem se encarrega de extraí-los no SISTEC.

2.3 Campo Teórico e análise dos dados

Esse é o momento de culminância da pesquisa, ou seja, o momento de produzir o conhecimento novo gerado pela investigação. Para Minayo (2009, p. 27)

O tratamento do material nos conduz a uma busca da *lógica peculiar e interna* do grupo que estamos analisando [...] A análise qualitativa não é mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador.

A análise dos dados foi realizada à luz dos referenciais teóricos buscando-se conhecer o perfil do respondente e a identificação os motivos que influenciaram os estudantes do curso Técnico Subsequente em Mineração a evadirem do mesmo, levando, assim, à resposta ao problema que direciona a realização desta investigação: Quais os fatores que levam estudantes do Curso Técnico Subsequente em Mineração, do Campus Congonhas, a abandonarem os estudos?.

2.4 Modelo Teórico Conceitual adotado na pesquisa

Segundo Rumberger e Lim (2008), a evasão (ou o abandono) e a conclusão da escolaridade média, podem sofrer influência de dois fatores: Individuais e Institucionais. Os individuais estão associados a características dos estudantes, tais como: desempenho escolar, comportamentos, atitudes e background e os fatores institucionais, estão associados a instituições como família, escola e comunidade.

No modelo teórico proposto por Rumberger e Lim (2008)²⁹, estão presentes fatores variados que podem ser descritos como: Fatores Individuais: relacionados a aspectos peculiares às características do estudante. Este grupo é composto pelas seguintes categorias: (1) Performance escolar: relacionados a desempenho; persistência; escolaridade. (2) Comportamentos: engajamento; aulas frequentadas; desvios; relações com os colegas; empregos. (3) Atitudes: objetivos; valores; autopercepção; (4) Background: demografia; saúde; experiências passadas. Quanto aos Fatores Institucionais, esses estão diretamente ligados às condições de infraestrutura das instituições, gestão pedagógica, currículo e outros fatores ligados a vida acadêmica do aluno. Considera-se também, nesse rol de fatores, aqueles ligados a causas externas como dificuldades financeiras, questões ligadas a futura profissão, comunidade na qual está inserido e a família. Este grupo é composto pelas seguintes categorias: (1) Família: estrutura; recursos; práticas. (2) Escola: composição; estrutura; recursos; práticas; (3) Comunidade: recursos; composição.

Para explicar o modelo de Rumberger e Lim (2008), Lüscher e Dore (2011, p. 151), argumentam que o fenômeno da evasão é “algo difícil de resolver porque, de forma análoga a outros processos vinculados ao desempenho escolar”, ela é “influenciada por um conjunto de fatores relacionados tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive”. Segundo as autoras, no modelo exposto a categoria individual compreende o estudante e as circunstâncias de seu percurso escolar e a perspectiva institucional leva em conta a família, a escola, a comunidade e os grupos de amigos (LÜSCHER; DORE, 2011).

Conforme os autores, após mais de duas décadas realizando estudos com objetivo de compreender o problema da evasão, é possível agregar os resultados de acordo com grupos de causas básicas: a) fatores individuais, quais sejam: histórico escolar nos níveis precedentes de ensino, quantidade de retenções escolares, características sociodemográficas dos estudantes; b) fatores institucionais, quais sejam: renda per capita, estrutura/composição familiar; escolaridade dos pais; c) aquelas relacionadas à instituição, quais sejam: o nível acadêmico dos estudantes ao iniciar os cursos, recursos de infraestrutura existentes nas escolas, políticas estudantis adotadas pela escola, qualificação do corpo docente (RUMBERGER e LIM, 2008).

Com base nesses estudos, elaboramos um quadro teórico síntese contendo uma explicitação detalhada dos principais fatores resultantes das categorizações adotadas, principalmente, por

²⁹ Cujos resultados estão descritos em: Why Students Drop Out of School: A Review of 25 Years of Research (2008)

Rumberger e Lim (2008) e Rumberger (2011), para análise da evasão escolar. Tais categorias foram utilizadas na operacionalização da análise dos dados levantados nesta pesquisa. No referido Quadro, destacamos as Categorias e Subcategorias do Modelo Conceitual de Performance Escolar dos autores:

QUADRO 2: Fatores Individuais no Modelo Conceitual de Performance Escolar

FATORES INDIVIDUAIS	
Categoria	Subcategoria
Atitudes	<p>Objetivos: estão ligados às expectativas. Quanto maior a expectativa, mais alta a taxa de conclusão;</p> <p>Valores: Relacionados aos estudantes: suas atitudes, crenças e valores;</p> <p>Auto percepção: Quanto o estudante está disposto a alcançar o êxito (sua vontade, determinação)</p>
Comportamentos	<p>Engajamento: Envolvimento nas atividades acadêmicas;</p> <p>Frequência: Sucessivas faltas podem significar uma intenção de abandonar o curso;</p> <p>Desvios: Fatos implícitos da vida social, que podem desencadear o abandono, como por exemplo: gravidez, delinquência, etc;</p> <p>Relações com colegas: Socialização e integração com a turma;</p> <p>Emprego: Trabalhos onde ocorre troca de turno ou que possuem uma carga horária excessiva são mais propensos ao abandono.</p>
Performance Escolar	<p>Desempenho: Reprovações e retenções podem contribuir para o abandono da escola;</p> <p>Persistência: A persistência vai dizer se aluno tem chance ou não de concluir;</p> <p>Escolaridade: Fatores como distorções de série-idade, retenção e reprovação podem contribuir para o abandono.</p>
Background	<p>Demografia: A distância entre trabalho, casa e escola vão ampliar as chances de o aluno abandonar a escola;</p> <p>Saúde: Fatores ligados a saúde dos estudantes como: licença médica longa, licença maternidade e outros, podem contribuir para o abandono;</p> <p>Experiências Passadas: Experiências e frustrações anteriores, tem efeito direto sobre a possibilidade de o aluno abandonar o curso.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Rumberger e Lim (2008).

Conforme percebemos, Rumberger e Lim (2008) elencam uma grande variedade de fatores individuais que possuem reflexo direto na vida acadêmica do aluno, desencadeando o seu sucesso ou insucesso escolar. Segundo esses autores, as experiências sociais e acadêmicas dos estudantes, são elementos importantes para o êxito escolar.

Rumberger (2011) afirma que os cenários ou contextos em que vive o aluno – família, escola e comunidade – moldam suas atitudes e comportamentos. Dessa forma, os fatores individuais são influenciados por esses contextos institucionais, conforme destacamos na Quadro a seguir:

QUADRO 3: Fatores Institucionais no Modelo Conceitual de Performance Escolar

FATORES INSTITUCIONAIS	
Categoria	Subcategoria
Família	<p>Estrutura: número de pessoas do grupo familiar e tipo de família, bem como as relações sociais, afetam o desenvolvimento cognitivo;</p> <p>Recursos: Recursos financeiros, humanos e sociais influenciam as relações dentro da escola;</p> <p>Práticas: Estilo de vida dos familiares e o envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos.</p>
Escola	<p>Composição: Da mesma forma que as características individuais afetam o desempenho do aluno, podem também afetar o grupo ou a turma;</p> <p>Estrutura: A infraestrutura da escola exerce influência sobre o aluno e sobre os processos de ensino-aprendizagem;</p> <p>Práticas: Os vínculos estabelecidos no ambiente escolar entre pais, estudantes e comunidade, irão influenciar demasiadamente a motivação e o engajamento dos estudantes na escola.</p>
Comunidade	<p>Composição: As relações sociais na comunidade do entorno e entre a escola, irão promover a confiança mútua e valores partilhados contribuindo para um melhor desempenho escolar;</p> <p>Recursos: Comunidades pobres costumam apresentar um rendimento não muito satisfatório da mesma forma que professores despreparados também influenciam negativamente no desempenho escolar.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Rumberger e Lim (2008).

De acordo com Rumberger (2011) os fatores podem ser qualificados como maior ou menor grau de interferência sobre o aluno, ele considera que a família é o mais importante, seguido da escola, comunidade e grupo de amigos. Conforme Rumberger e Lim (2008) a decisão de abandonar não é um fato isolado, ele foi se constituindo com um somatório de fatores que influenciaram diretamente esta decisão.

Assim, analisamos os fatores que influenciaram a evasão da turma do segundo semestre de 2014 do Curso Técnico em Mineração, relacionando-os aos fatores individuais e fatores institucionais. As categorias e subcategorias contribuíram para favorecer a construção de significados que nos auxiliam no entendimento desta problemática. No capítulo que segue, apresentaremos os resultados encontrados a partir das análises realizadas.

CAPÍTULO 3 – A EVASÃO NO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM MINERAÇÃO

O objetivo deste capítulo é analisar os fatores individuais e institucionais que influenciaram na evasão no Curso Técnico Subsequente em Mineração, turma do segundo semestre de 2014. Para tal, iniciamos com a apresentação do curso pesquisado de acordo com documentos e legislação que possibilitou sua criação e implantação. Dando prosseguimento, apresentamos o perfil do aluno matriculado no curso e o perfil socioeconômico e educacional dos estudantes evadidos para, a partir daí, adentrarmos na análise da evasão seguindo o modelo de Performance Escolar de Rumberger e Lim (2008), no qual pretendemos estabelecer as correlações entre os instrumentos de pesquisa: questionário e entrevista semiestruturada.

3.1 O Curso Técnico Subsequente em Mineração

O Curso Técnico Subsequente em Mineração do Campus Congonhas, foi criado a partir de demanda local envolvendo o próprio Campus, o município e empresas da região. O Campus Congonhas já possuía o curso Técnico Integrado em Mineração e vislumbrando a possibilidade de ampliar a oferta de vagas na área da Mineração, para atender demandas do mercado, iniciou em 2013 o processo de aprovação do curso junto ao Conselho Acadêmico do Campus e Conselho Superior do IFMG. O Curso Técnico Subsequente em Mineração foi então contemplado como meta no Plano de Desenvolvimento Institucional³⁰ (PDI) 2014-2018, nas seguintes condições:

1.7 Curso Técnico em Mineração – Campus Congonhas

A implantação do curso Técnico em Mineração, na modalidade subsequente, justifica-se pela demanda regional. Conforme o Consórcio Mínero-Metalúrgico, o setor encontra dificuldades em obter profissionais com perfil operacional, sobretudo o referido técnico. A modalidade subsequente visa atender diretamente a essa demanda, uma vez que o perfil do aluno está direcionado para a formação exclusiva para o mercado de trabalho e que muitos que ingressam nessa modalidade já trabalham na área. Nesse caso, o curso subsequente torna-se uma possibilidade de aprimoramento, apontando para a possibilidade de aumento da remuneração do aluno.

[...]

No que diz respeito à viabilidade, o laboratório de Mineração do Campus Congonhas está em fase de conclusão, faltando apenas a instalação dos equipamentos, o que possibilitará a aplicação das aulas práticas do curso.

³⁰ E aprovado de acordo com portaria 015/2014 e com Projeto Político Pedagógico, versão de maio/2014.

Além disso, o Campus possui espaço para as aulas teóricas no período noturno, dispõe de biblioteca com material bibliográfico sobre a área de conhecimento e os laboratórios de informática estão preparados para o treinamento em softwares usados pelo técnico em mineração (IFMG, 2014, p 56).

A justificativa para a sua criação amparou-se no alto potencial industrial e bem assim, de demanda de profissionais qualificados da região:

O curso técnico está sendo proposto para atender a demanda por profissionais qualificados na área, em decorrência do grande número de empresas minero-metalúrgicas na região do Alto Paraopeba, onde está situada a cidade de Congonhas, formando profissionais que irão atender à crescente demanda da indústria da mineração e metalurgia por este tipo de trabalhador (IFMG, PPC, 2014, p. 11).

Quanto aos requisitos e às formas de acesso ao curso, destaca-se que ele

será oferecido aos candidatos que possuírem o certificado de conclusão do ensino médio. Estes candidatos serão escolhidos através de processo seletivo realizado pelo IFMG, semestralmente e, cujos critérios de aprovação e classificação serão definidos e divulgados, previamente, em edital daquela instituição de ensino. Além do processo seletivo, serão também contempladas as transferências internas e externas como formas de acesso. O curso terá a duração de 2 anos, cada módulo dividido em semestres (IFMG, PPC, 2014, p. 20).

O Curso se organiza em 04 módulos semestrais, acrescido de estágio ou da elaboração de TCC. Nesses casos, o aluno pode escolher entre o estágio de 360 horas ou o TCC. O tempo para sua conclusão é de no mínimo dois anos e máximo de quatro anos. Dessa forma, a turma aqui considerada chegou ao término do seu ciclo acadêmico integral, no primeiro semestre de 2018 e os seus módulos foram implantados gradativamente conforme segue:

- Módulo I – Segundo semestre do ano de 2014;
- Módulo II – Primeiro semestre do ano de 2015;
- Módulo III – Segundo semestre do ano de 2015; e
- Módulo IV – Primeiro semestre do ano de 2016.

Portanto, no segundo semestre do ano de 2016, todos os módulos encontravam-se implantados com um total de quatro turmas em andamento. Contando com um total de noventa e quatro alunos matriculados distribuídos nos módulos da seguinte forma: Módulo I – 35 estudantes; Módulo II – 30 estudantes; Módulo III – 22 estudantes; e no Módulo IV – 7 estudantes.

Quanto à organização curricular, sua matriz prevê a oferta das disciplinas dispostas no Quadro 3, da turma do segundo semestre de 2014:

QUADRO 4: Matriz Curricular do Curso Técnico em Mineração Turma Segundo Semestre do ano de 2014.

CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM MINERAÇÃO			
Disciplinas	CH horas	CH aulas	Nº Aulas Semanais
Módulo I			
Matemática Aplicada	60	80	4
Química Aplicada	60	80	4
Informática Básica	45	60	3
Desenho Técnico	30	40	2
Mineralogia	45	60	3
Português Técnico	30	40	2
Geologia Geral	45	60	3
Total	315	420	21
Módulo II			
Física Aplicada	60	80	4
Pesquisa Mineral	45	60	3
Tratamento Mecânico dos Minerais I	60	80	4
Meio Ambiente e Recuperação de Áreas Degradadas	30	40	2
Topografia I	45	60	3
Gestão da Qualidade na Mineração	30	40	2
Perfuração e Desmonte de Rochas	60	80	4
Total	330	440	22
Módulo III			
Topografia II	30	40	2
Hidráulica	45	60	3
Petrografia	60	80	4
Planejamento de Mina	60	80	4
Tratamento Mecânico dos Minerais II	60	80	4
Serviços e Equipamentos de Mineração	45	60	3
Total	300	400	20
Módulo VI			
Legislação Mineral e Ambiental	30	40	2
Tratamento Mecânico dos Minerais III	60	80	4
Lavra de Minas	60	80	4
Geologia Aplicada aos Recursos Minerais	45	60	3
Segurança na Mineração	30	40	2
Recursos Hídricos	30	40	2
Total	255	340	17
SUB TOTAL (Unidades Curriculares)	1200	1600	80
SUB TOTAL (Estágio Supervisionado)	360	360	-
CH TOTAL	1560	1960	-

Fonte: PPC Mineração (2014, p. 22), adaptado.

A Matriz curricular foi organizada em conformidade com os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional e Diretrizes Curriculares da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Possui uma carga horária de total de 1560 horas, tanto as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs, quanto o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC) preveem uma carga horária de 1200 horas, distribuídas para as disciplinas da área técnica e disciplinas de apoio como: Química, Física e Matemática. O diferencial nesta carga horária fica por conta do estágio supervisionado, que pode ou não ser obrigatório e, no caso do curso Técnico em Mineração do Campus Congonhas, o discente pode realizar o estágio de 360 horas ou elaborar um Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Cabe destacar que o CNTC, em sua versão publicada em abril/2014, trouxe algumas alterações para este curso, vinculando à área de Recursos Naturais e alterando sua carga horária para 1200 horas.

Quanto os objetivos expressos no Projeto do Curso, destacamos como objetivo geral a “formação de profissionais de nível técnico com capacidade para desenvolver uma visão sistêmica da produção mineral” (PPC, 2014, p. 20). Estes profissionais atuarão como mão de obra especializada e estará habilitado a “corresponderem à evolução tecnológica, segurança e preservação ambiental”, tudo isto em consonância com a demanda das empresas da região, que informam ao Instituto o perfil profissional que pretendem absorver.

Para o alcance de tais objetivos, a Instituição se propõe a atender a demanda do setor de mineração visando melhorar a competitividade das indústrias já instaladas, ampliar sua capacidade de produção para atingir novos mercados, suprir a demanda da região sudeste por mão de obra qualificada e atuar em outros polos do país em pesquisa, extração e beneficiamento de bens minerais (PPC, 2014).

No CNTC versão atual (2014), os objetivos são alterados em função do atendimento aos itinerários formativos, estabelecidos na Resolução CNE/CEB 06/12³¹, na qual se acrescenta um leque de oportunidades para aproveitamento de atividades profissionais para certificação e possibilidades de prosseguir na carreira por meio do aproveitamento em cursos Tecnológicos do mesmo eixo no qual o curso de Mineração está inserido. Conforme destacado a seguir:

Possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional no itinerário formativo:

Amostrador de Minérios. Beneficiador de Minérios. Operador de Mina.

³¹ Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Possibilidades de formação continuada em cursos de especialização técnica no itinerário formativo:

Especialização técnica em mineralogia e petrografia. Especialização técnica em caracterização mineralógica. Especialização técnica em pesquisa mineral. Especialização técnica em topografia de mineração. Especialização técnica em tratamento de minérios.

Possibilidades de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo:

Bacharelado em agrimensura. Bacharelado em engenharia de minas. Bacharelado em engenharia geológica. Bacharelado em geologia. Curso superior de tecnologia em agrimensura. Curso superior de tecnologia em estradas. Curso superior de tecnologia em mineração. Curso superior de tecnologia em petróleo e gás. Curso superior de tecnologia em produção joalheira. Curso superior de tecnologia em rochas ornamentais (CNTC, 2014, p. 166, grifos nosso).

Esta nova versão do Catálogo trás também a inserção dos profissionais habilitados neste curso no Código Brasileiro de Ocupações (CBO)³². Estabelecendo assim quais habilitações se enquadram nas propostas para o profissional concluinte deste curso.

Com base nesses dados, pode-se afirmar que a grande intencionalidade na criação do Curso foi atender às demandas do mercado, em especial àquelas voltadas para atendimento de qualificação de mão de obra. Esse curso foi o primeiro proposto depois que a UNED Congonhas ganhou *status* de Campus. Ele ofertou trinta e cinco vagas em seu primeiro processo seletivo³³ realizado em junho de 2014, para ingresso no segundo semestre desse mesmo ano. De acordo com informações obtidas no site do IFMG, para o curso Técnico em Mineração foram inscritos quarenta e um candidatos para trinta e cinco vagas, dos quais apenas vinte e seis foram aprovados, ficando nove vagas remanescentes que foram ofertadas sem processo seletivo, apenas com análise de histórico escolar do Ensino Médio dos candidatos. A turma iniciou com trinta e cinco estudantes e, desses, apenas sete concluíram integralmente.

Ao questionar a Instituição se a abertura de edital de vaga remanescente poderia ser uma das causas dessas altas taxas de evasão na turma pesquisada, obtemos como resposta:

Pode, porque talvez esses alunos não quisessem. A concorrência não foi grande, porque hoje nos processos seletivos já virou, o curso de mineração é o mais concorrido. A tendência do curso de mineração é de ser o mais procurado porque assim eles podem trabalhar por aqui mesmo (Cristina, 2018).

³² 316305-Técnico de mineração. 316315-Técnico em processamento mineral (exceto petróleo). 316320-Técnico em pesquisa mineral (CNTC, 2014, p. 166).

³³ Edital 100/2014 publicado em 29/05/2014.

Conforme dito pela entrevistada Cristina, os problemas da turma pesquisada já surgiram em seu processo seletivo. Tivemos o cuidado de observar se esta informação procede, analisando documentação de ingresso dos alunos e identificamos que todos aqueles que ingressaram por meio deste edital, realmente desistiram do curso.

Durante a permanência dos estudantes na instituição o campus disponibiliza uma série de serviços, na tentativa de garantir que estes concluam o curso com êxito. Entre as diversas formas de apoio aos discentes no *Campus Congonhas*, destacam-se:

- Centro de Atendimento à Saúde - CAS: conta com profissionais de medicina, enfermagem, odontologia e psicologia. Serviço gratuito oferecido a todos os alunos do *Campus Congonhas*.

- Auxílios Permanência: para auxiliar a permanência do aluno no curso, o *Campus Congonhas* abre semestralmente um edital para a seleção, por critérios sociais, para auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte e bolsa trabalho.

- Programas de Iniciação Científica e de Extensão: o IFMG, em parceria com o CNPq e FAPEMIG, fomenta projetos de pesquisa e de extensão onde parte do recurso é destinado ao pagamento de bolsas para os alunos interessados.
- Área pedagógica: responsável pelo apoio pedagógico aos docentes e discentes.
- Núcleo de Atendimento aos Portadores de Necessidades Educacionais Específica - NAPNEE: responsável pelo atendimento a pessoas com necessidades educacionais especiais.
- Núcleo de Atendimento ao Discente - NAD: Composto por profissionais da área pedagógica, psicólogo e Assistente Social tem como finalidade acompanhar os estudantes em situação de risco de abandono escolar (com baixa frequência, notas baixas, problemas de saúde, etc.).

Além da estrutura formal de assistência aos alunos, o *Campus Congonhas* conta com profissionais qualificados em todas as suas áreas, estes passam por programas de capacitação frequentes e recebem, quando necessário, suporte dos profissionais da Reitoria do IFMG. Dentre estes apoios ao educando destacamos as atividades do NAPNEE, que atua efetivamente em sua área e mantém-se sempre em atividade, com reuniões ordinárias e extraordinárias, quando necessário, participam de grupos de discussões dentro da Instituição, trocando e compartilhando experiências. Atualmente o NAD não se reúne, de acordo com

informações da entrevistada Amanda “Após o ano de 2016 não obtive notícias do NAD” e acrescenta:

O Campus Congonhas possuía o Núcleo de Apoio ao Discente (NAD). O NAD era composto por docentes, pedagogos, assistente social, psicólogo e servidores do registro acadêmico e de extensão. Fui convocada nos anos de 2015 e 2016 para reuniões do NAD, nas quais buscamos soluções para alunos com dificuldades na permanência, mapeamento do perfil dos alunos dos cursos técnicos subsequentes, planejamento de estratégias para evitar que repetisse o grande número de evasões que ocorreram naqueles anos e divisão dos trabalhos a serem realizados para investigar o motivo das evasões (Amanda, 2018).

Portanto, esse instrumento de apoio ao discente apresentava-se como uma ferramenta da gestão para prevenção da evasão, mas, de acordo com informação extraoficial, os membros nomeados para o Núcleo foram transferidos ou removidos do campus e, até o momento, não houve nomeação de novos membros para darem continuidade aos trabalhos. A não existência desse Núcleo pode comprometer seriamente as questões voltadas para o Instituição no que concerne à prevenção e redução das taxas de evasão em todos os cursos do campus.

3.2 O Perfil do Aluno do Curso Técnico em Mineração Subsequente

Para a caracterização do perfil do aluno do Curso Técnico Subsequente em Mineração, utilizamos os dados levantados no Sistema Acadêmico, dados documentais dos estudantes e do SISTEC, utilizamos os dados dos matriculados no primeiro semestre do ano de 2016 que, como dito anteriormente, é quando contamos com todos os módulos em andamento do Curso Técnico Subsequente em Mineração.

Entre os noventa e quatro estudantes matriculados no curso, quanto ao sexo, tem-se o perfil em sua maioria frequentado 68% pelo sexo feminino e apenas 32% frequentado pelo sexo masculino. Apesar de um entendimento de senso comum de que as atividades mineradoras da região absorvem, em sua maioria a mão de obra masculina, percebemos que, as mulheres também estão investindo nessa formação ao buscarem se qualificar no Curso.

Para Mota (2014) mesmo que possamos especular que a maioria dos técnicos esteja voltada para o público masculino, a tendência é de a mulher escolariza-se mais que o homem, o que o autor confirma por meio de dados históricos de acompanhamento de cursos. Este autor salienta ainda que de acordo com os censos do IBGE, a população feminina apresenta um

constante crescimento ao longo da história, fato que, para ele, explica o fenômeno de mulheres serem maioria também em cursos profissionais.

Quanto à faixa etária, nota-se que a predominância de idade entre os estudantes do Curso Técnico em Mineração é abaixo de 20 anos (56%). Isto implica em reconhecer que este curso tem um perfil condizente com a juventude. Nesse sentido, pode-se dizer que os anseios desses jovens por ampliação de sua escolaridade é um reflexo da política de expansão da Educação Profissional com foco na ampliação de vagas para jovens em idade adequada ao ensino Médio. Seguido pelos jovens entre 21 e 30 anos (38%). Há ainda a presença de um público de mais idade com um percentual de 4% para estudantes de 31 a 40 anos e de 2% de estudantes acima dos 41 anos. Podemos dizer que este dado nos levar a crer que este público de mais idade, provavelmente é de profissionais que já trabalham na mineração e buscam progressão profissional, a partir da qualificação, como nos faz crer a partir do depoimento do EE08 “Melhorar no emprego”, reforçada no depoimento do EE09 “Formar em dois anos e melhorar no emprego” e ainda contemplada na fala do depoimento do EE12 “Consegui mais oportunidades na vida”. Como podemos perceber nessas falas existe um nítido vínculo entre o estudante e sua atuação profissional.

Quanto ao estado civil os dados nos mostram que, em sua maioria, os estudantes do curso possuem o estado civil de solteiros (89%) e 11% são casados. O número de solteiros vai ao encontro ao do perfil de idade dos estudantes na faixa entre 18 e 20 anos. No momento da pesquisa não foram encontrados estudantes com estado civil de viúvo ou divorciados. Verificamos que entre os estudantes casados, apenas quatro têm filhos e, em média, de um a três filhos, os solteiros informaram que não os tem.

As pesquisas sobre evasão trazem como fator predominante para que ela ocorra às questões ligadas à família e aos filhos (GOMES, LAUDARES, 2016); (ANDRADE et al, 2015); (CASTRO, DORE, 2015); (CRUZ, 2013); (ALMEIDA, 2012); (LUSCHER, DORE, 2011); e (BORGES, 2011). Podemos concluir que, nesse curso, a predominância é de solteiros e sem filhos, portanto, não estaríamos associando a evasão ao fato de terem que abandonar o curso para cuidar dos filhos.

Quanto à residência, no momento deste levantamento (segundo semestre do ano de 2016), encontramos estudantes das cidades de Congonhas, Conselheiro Lafaiete, São Brás do Suaçui, Entre Rios de Minas e Belo Vale. A maioria (60%) reside na cidade de Congonhas.

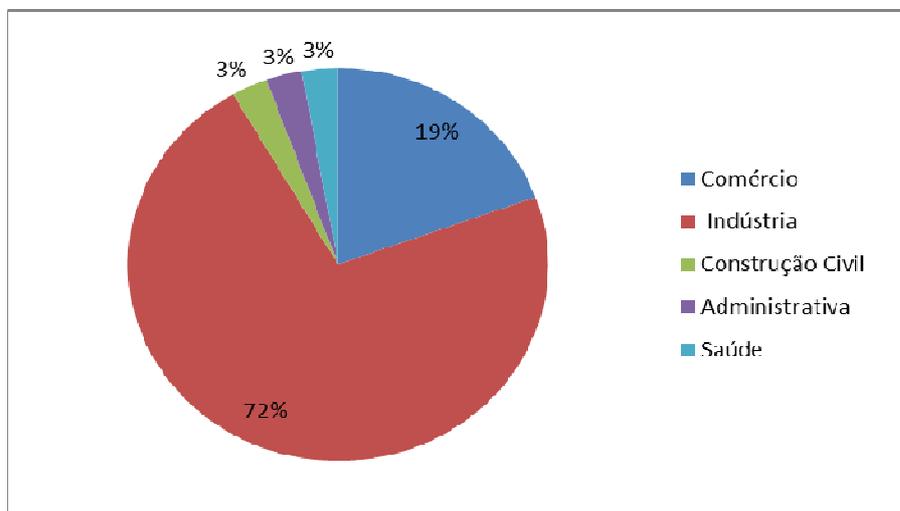
Destacamos que todas estas cidades citadas são muito próximas do Campus, a mais distante delas é a cidade de Entre Rios de Minas, que fica a 47,5 Km, não sendo um percurso que influenciaria demasiadamente a decisão de abandono do curso. Salientamos aqui que analisaremos com mais profundidade esse dado mais adiante, realizando o levantamento apenas com os estudantes evadidos da turma pesquisada.

Quando analisamos o tempo de conclusão do Ensino Médio, verificamos que muitos estudantes do curso já haviam concluído há bastante tempo, encontramos uma variação que vai de 1996 a 2013. Destes, 94% haviam feito o Ensino Médio Regular e 6% fizeram supletivo. O fato de estes alunos terem concluído o ensino médio há mais tempo, nos faz questionar se isto não poderia ser um fator que contribui para a defasagem de aprendizagem, identificada a partir das dificuldades apresentadas e na reprovação em disciplinas que exigem conhecimento prévio, em especial, de conteúdos estudados no ensino médio.

Para a questão de emprego formal encontramos 54% de estudantes que trabalham e 46% que não possuem emprego formal. Ao cruzarmos esse dado com a idade média dos estudantes, podemos inferir que muitos buscam pelo seu primeiro emprego. Na pesquisa desenvolvida por Rumberger e Lim (2008) estes autores identificaram que quando o aluno trabalha mais que 20 horas semanais este estudante tem uma tendência maior de evadir.

A área de atuação dos estudantes vai nos dizer ou, pelo menos, nos faz ter uma noção da carga horária desempenhada por eles. No Gráfico 1, apresentamos os estudantes trabalhadores por área de atuação.

GRÁFICO 1: Estudantes do Curso Técnico em Mineração por área de atuação



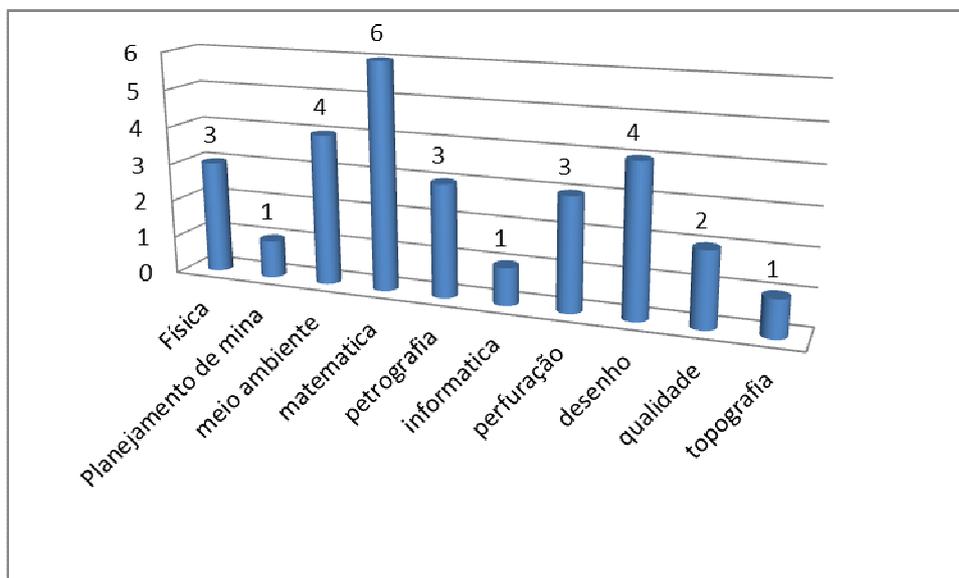
Fonte: Dados do registro acadêmico do campus, obtidos em pesquisa documental.

Conforme podemos perceber, desses estudantes 72% atuam na indústria da região, 19% atuam no setor de comércio e serviços, ficando as áreas de construção civil, administração e saúde equilibradas em 3% do total. Ocorre a predominância de trabalhadores na indústria local, que, conforme dito anteriormente, atuam no setor minero metalúrgico. Destacamos as áreas de saúde e da Indústria, que atuam em escalas de turnos de trabalho em função do funcionamento ininterrupto das atividades, mas, todas desempenham atividades acima de 20 horas semanais.

3.3 Perfil Acadêmico dos Estudantes

Os dados preliminares nos mostram um índice de reprovação em disciplinas de 27%. Cada módulo possui disciplinas específicas com maior número de reprovações, mas, o grande destaque fica com as disciplinas de Matemática, Meio Ambiente e Desenho Técnico, conforme nos mostra o gráfico a seguir:

GRÁFICO 2: Reprovação por disciplinas no Curso Técnico em Mineração (período 2016.1)



Fonte: Dados do registro acadêmico do campus, obtidos em pesquisa documental.

No momento de elaboração deste gráfico, o campus contava com um quantitativo de setenta e dois estudantes matriculados no curso técnico em mineração. Conforme nota-se a reprovação por disciplinas no curso é generalizada, encontramos disciplinas da parte propedêutica e da

área técnica reprovando estudantes e, de acordo com a matriz curricular do curso, ocorrem reprovações em todos os módulos.

Percebemos também que as disciplinas com maiores taxas de reprovação, encontram-se nos módulos iniciais do curso: Matemática, Física e Desenho. Destaca-se também a disciplina de meio ambiente localizada no III módulo, que também utiliza conteúdos das disciplinas que mais reprovam nos primeiros módulos.

No que concerne ao desempenho escolar, Peixoto, Braga e Bogutchi (2003) verificaram que a evasão é fortemente influenciada pelo rendimento acadêmico do estudante nos primeiros períodos do curso. Os cursos com maior taxa de evasão são geralmente aqueles em que a reprovação nos períodos iniciais é elevada. Apresentamos a seguir a Tabela que evidencia as reprovações por disciplina e por frequência, bem como, em quais módulos a evasão aconteceu no curso pesquisado:

TABELA 3: Reprovação nos Módulos do Curso Técnico em Mineração

Módulos	Matriculados	Reprovados em Disciplinas		Reprovados por Frequência		Evadidos	
Módulo I	35	8	23%	11	31%	19	54%
Módulo II	16	7	44%	2	13%	05	31%
Módulo III	11	5	45%	1	9%	04	36%
Módulo IV	07	0	0%	0	0%	0	0%
Total	35	20		14		28	

Fonte: Dados agrupados pela autora, com base no Sistema Acadêmico do campus, 2019.

Conforme podemos observar no Módulo I ocorre uma coincidência quanto ao número de Reprovações por disciplinas (oito estudantes), somado ao número de reprovações por frequência (onze estudantes), equivale exatamente ao número de estudantes evadidos no módulo. Isto nos faz acreditar que o fator reprovação contribui para o abandono por parte destes estudantes, nesta pesquisa estaremos avaliando se foi o único motivo ou, se aliado a outros fatores, acabou contribuindo para uma evasão tão elevada (54%).

Vale salientar que, no Módulo II, a reprovação em disciplinas foi de 44%, mas de acordo com a estrutura do curso, os alunos que forem reprovados em até duas disciplinas podem cursar Estudos Orientados³⁴, desde que obtenham de quarenta a cinquenta e nove pontos no semestre

³⁴ Estudos Orientados é quando o estudante é reprovado em no máximo 02(duas) disciplinas, não é reprovado por frequência e obtém acima de 40 (quarenta) créditos, ele pode cursar o módulo seguinte e cursa as disciplinas que foi reprovado de forma semipresencial.

e não sejam reprovados por frequência. Os Estudos orientados são ministrados de forma semipresencial.

Observamos também que a reprovação por frequência cai gradativamente, quanto mais elevado o módulo, maior frequência dos estudantes. Já quanto a reprovação em disciplinas, já não podemos comprovar o mesmo, se analisarmos os Módulos I, II e III, as reprovações apresentam-se bastante elevadas e crescem gradativamente. Temos no Módulo III onze alunos matriculados, entre os quais na reprovação em disciplinas tivemos um total de cinco estudantes, o que equivale a 45% do total matriculado.

De acordo com Camargo (2011) a passagem de um nível de ensino para outro representa também um problema muito grande para os estudantes, pois as disciplinas tornam-se mais especializadas, ao invés dos conteúdos genéricos do nível anterior.

Os estudos de Leite e Guimarães (2015); Silva (2015); Cruz (2013); Silva (2011), também destaca esse fator como um dos responsáveis pela evasão escolar. De maneira equivalente a essas pesquisas os estudos de Gomes e Laudares (2016); Melo e Rocha (2015); Costa e Silva (2015); Silva (2014); Araújo (2013); Detregiachi Filho (2012); Rosa e Dias (2012) também trazem contribuições a esse respeito, afirmando que a dificuldades de acompanhamento nas disciplinas e o fracasso escolar podem estar ligados ao abandono do curso pelo aluno.

Realizamos aqui a caracterização superficial do perfil do Curso Técnico em Mineração, trazendo à tona pontos que mais nos chamam atenção para melhor ilustrar os dados levantados na pesquisa com os estudantes evadidos da turma do segundo semestre do ano de 2014. Não vimos à necessidade de caracterizar todo o perfil do curso, pois nosso foco principal é o estudante evadido, no qual iremos nos debruçar daqui em diante.

3.4 Perfil Socioeconômico dos estudantes

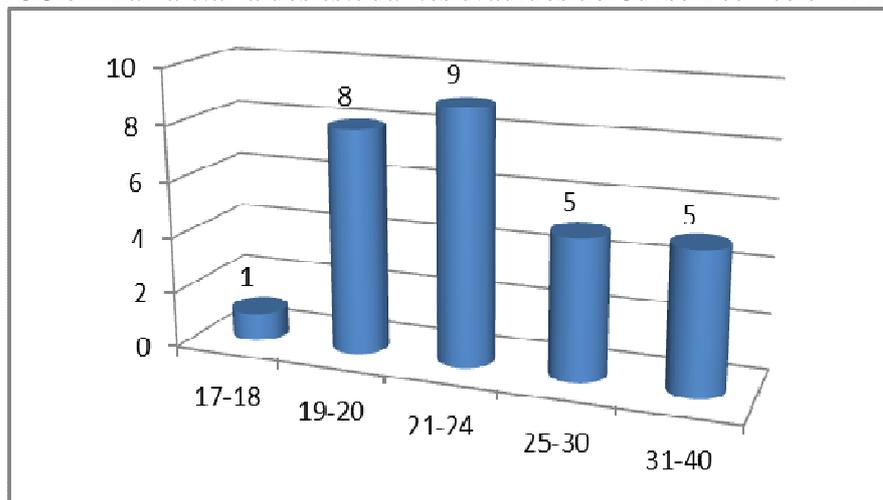
Com base nos dados do sistema acadêmico foram levantadas questões como: faixa etária, cor ou etnia, sexo, estado civil, trabalho, rendimento mensal domiciliar per capita, formação acadêmica anterior, formação acadêmica dos pais e acesso domiciliar a computador e internet. Ao ingressarem no curso, no ato da matrícula, os estudantes respondem a um questionário contendo todas as informações pessoais e socioeconômicas, este documento fica disponível na pasta individual dos estudantes arquivada na instituição.

Neste sentido esta primeira etapa de análise será composta pelo total de estudantes evadidos na turma pesquisada (28 estudantes), tendo-se em vista que estas informações se encontram disponíveis para todos. A segunda parte da análise do questionário será realizada com o total de respondentes do mesmo (22 estudantes).

3.4.1 Características da faixa etária dos estudantes

De acordo com levantamento realizado no sistema educacional do campus, no momento de ingresso dos estudantes do curso Técnico em Mineração turma do segundo semestre de 2014, a faixa etária dos estudantes apresentava-se conforme Gráfico a seguir:

GRÁFICO 3 – Faixa etária dos estudantes evadidos do Curso Técnico em Mineração



Fonte: Dados da pesquisa documental.

Entre os estudantes que evadiram, na turma do segundo semestre do ano de 2014, prevalecia uma maioria entre dezoito e vinte e quatro anos com 64%; seguida da faixa etária entre vinte e cinco a trinta anos com 18%; e por fim, a faixa entre trinta e um a quarenta anos, com 18%. Concluimos então que é uma turma de perfil etário relativamente jovem.

Em sua pesquisa, Cruz (2013), buscou identificar as causas e perfil dos alunos evadidos no Senac de Sete Lagoas. Esse autor encontrou um público jovem compreendido na faixa entre 18 e 27 anos, o que considerou como um perfil bastante jovem e afirma que “quanto menor a idade maior as chances de evasão” (CRUZ, 2013, p. 58). Para os autores Queiroz, Brandão e Santos (2015) a imaturidade vocacional nesta faixa etária é um possível causador do abandono escolar, nesta mesma linha, encontramos o trabalho de Severino et al. (2013) afirmando que a

imaturidade vocacional e o desconhecimento sobre a carreira, acabam por fazer este aluno evadir-se.

3.4.2 Características quanto à raça/etnia dos estudantes

De acordo com levantamento realizado, identificamos as características apresentadas na tabela a seguir:

TABELA 4: Raça/etnia dos estudantes evadidos

Característica		Respostas	Porcentagem
Raça/Etnia	Branco	10	36%
	Negro	4	14%
	Pardo	12	43%
	Amarelo	1	3,5%
	Não declarado	1	3,5%
		28	100%

Fonte: Dados da pesquisa documental.

Ao somarmos os negros e pardos teremos um percentual de 57% de afrodescendentes; 3,5% declarados amarelos; 36% que se declararam brancos; e 3,5% não quiseram se declarar. Vale salientar que no processo seletivo desta turma pesquisada, a forma de ingresso no curso técnico subsequente era por meio de classificação por nota na prova realizada pela instituição, a utilização do sistema de cotas para ingresso nesta modalidade, ainda era incipiente, esta opção foi totalmente implantada a partir do ingresso em 2015.

3.4.3 Sexo dos estudantes

Na distribuição dos estudantes evadidos, quanto ao sexo, constatamos que o percentual entre homens e mulheres se dividia igualmente (50%), sendo quatorze do sexo masculino e quatorze do sexo feminino. A turma era composta por dezenove homens (54%) e dezesseis mulheres (46%) o que confirma o perfil do curso, apresentado anteriormente, cuja predominância é do sexo masculino. No entanto vale salientar que, dos concluintes, cinco são mulheres e apenas dois homens, demonstrando um maior engajamento das mulheres para conclusão do mesmo.

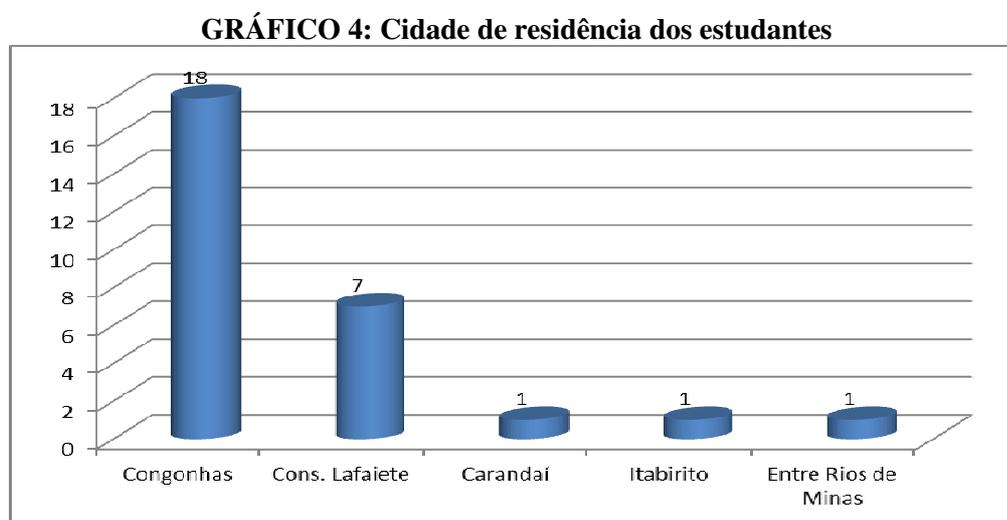
3.4.4 Estado civil dos estudantes

Quanto ao estado civil os dados nos mostram que, em sua maioria, os estudantes da turma possuem o estado civil de solteiros (89%) e apenas 11% são casados. Fato este que vai ao encontro ao perfil de idade dos estudantes na faixa entre 18 e 20 anos.

As pesquisas sobre evasão trazem como fator predominante para que ela ocorra às questões ligadas a família e aos filhos (Gomes, Laudares (2016); Andrade et al (2015); Castro, Dore (2015); Cruz (2013); Almeida (2012); Luscher, Dore (2011); Borges (2011). Esses autores apontam que o fato de não terem com quem deixar os filhos pode contribuir para a evasão. Não foi identificado caso que pudesse ser relacionado ao fato do estudante evadido ter filhos. No entanto, na questão familiar, identificamos a fala de uma estudante que alegou não continuar por precisar cuidar da mãe que havia adoecido: “Minha família precisava de mim, minha mãe adoeceu e como eu não ia bem na escola, preferi largar e cuidar dela” (EE18), portanto o fator família aliado ao fato da estudante não estar conseguindo um bom desempenho no curso, exerceu influencia neste caso.

3.4.5 Características da residência dos estudantes

A procedência dos estudantes evadidos no Curso Técnico em Mineração da turma do segundo semestre do ano de 2014, apresenta-se conforme Gráfico 4.



Fonte: Dados da pesquisa documental.

Conforme o Gráfico 4, o número de estudantes residentes na cidade de Congonhas é dezoito estudantes, representando assim um percentual de 65%, seguido dos sete estudantes que residem em Conselheiro Lafaiete, que corresponde a 25% dos evadidos, os demais estão distribuídos de forma igualitária entre as cidades de Carandaí, Itabirito e Entre Rios de Minas com um estudante de cada, o que corresponde a 3,5% para cada uma das cidades. Este dado é de extrema importância para o fator Background, no qual avaliamos a categoria demografia,

apesar da maioria (18 estudantes) residirem em Congonhas, temos que considerar que o número daqueles oriundos de outras cidades é alto (10 estudantes).

Nas pesquisas de Gomes e Laudares (2016), Franco, Gandolfi e Gandolfi (2014), Silva (2013), Dore e Luscher (2011) e Oliveira(2011) encontramos situações de abandono que trazem como motivo a falta de transporte, dificuldades financeiras para arcar com o custo de transporte, dificuldades de locomoção e acesso ao local das aulas.

Cabe ressaltar que o campus Congonhas localiza-se distante do centro da cidade e para as aulas do noturno dispõe apenas de dois horários do transporte coletivo público: um 17h:40min e outro 18h:35min³⁵, portanto muitos alunos não conseguem ir no horário de 17h:40min por ainda estarem trabalhando (para aqueles que trabalham no setor de comércio e serviços o horário de saída é 18:00h). Aqueles que seguem no horário de 18h35min, chegam atrasados para o início da primeira aula, que é as 18h:30min.

TABELA 5: Com quem residem os estudantes

Características		Respostas	Porcentagem
Reside com	Amigos	1	3,5%
	Pais	15	46%
	Cônjuge	3	11%
	Mãe	10	36%
	Pai	1	3,5%
		28	100%

Fonte: Dados da pesquisa documental.

Entre os estudantes a maioria reside com os pais 46%, seguindo daqueles que residem apenas com mãe 36% e 3,5% apenas com o pai, mostrando reflexo de um número elevado de estudantes que residem com apenas um dos pais, podendo este fato ter interferência no Fator Institucional Família. Para aqueles que vivem com cônjuge temos um percentual de 11%.

TABELA 6: Tipo de residência dos estudantes

Característica		Respostas	Porcentagem
Tipo de residência	Própria	7	25%
	Alugada	15	53,5%
	Cedida	6	21,5%
		28	100%

Fonte: Dados da pesquisa documental.

³⁵ Deacordo com dados da Viação Profeta. Disponível em: <http://www.viacaoprofeta.com.br/linhas/linha34.pdf>. Acesso em 18jan2019.

Percebemos que a maior parte dos estudantes evadidos não possui residência própria (53,5%), vivendo em residência alugada ou cedida (21,5%) o que equivale a 75% do total sem residência própria. Apenas 25% declarou possuir residência própria. Este fator acaba interferindo na questão financeira dos estudantes, tendo-se em vista que a despesa com aluguel pode consumir boa parte da renda familiar per capita.

TABELA 7: Área de residência dos estudantes

Característica		Respostas	Porcentagem
Área da residência	Urbana	21	75%
	Rural	7	25%
		28	100%

Fonte: Dados da pesquisa documental.

Destacamos o percentual de 75% dos estudantes evadidos que residem em área urbana e um total de 25% que vivem em área rural. Essa informação pode acabar refletindo no fator Background, salientando que a localização do campus é distante da sede urbana, encontrando-se o mesmo a 6 km de distância do centro da cidade e encontra-se em uma região pouco servida por transporte público. Salientamos também que o campus Congonhas atende outras cinco cidades da região em que se encontra.

TABELA 8: Numero de residentes por moradia dos estudantes

Característica		Respostas	Porcentagem
Membros na família	1 membro	1	3,5
	2 membros	1	3,5
	3 membros	3	10,5
	4 membros	15	54
	5 membros	7	25
	Acima de 5 membros	1	3,5
		28	100%

Fonte: Dados da pesquisa documental.

Identificamos um percentual de 54% dos estudantes evadidos que possuem quatro membros na família, fato que também vai refletir na condição socioeconômica familiar, principalmente quando essas famílias contarem em sua composição com crianças e adolescentes menores de idade e que não contribuem economicamente para a renda familiar per capita. Uma porcentagem de 7% é composta de famílias de um a dois membros, 10,5% das famílias é composta por três membros e, um número alto, de 25% com famílias composta por cinco membros, acima de cinco membros encontramos um percentual de 3,5%.

3.4.6 Trabalho e renda dos estudantes

Em relação ao trabalho 56% afirma não estar trabalhando e 44% trabalham, sendo que suas ocupações são bastante diversificadas conforme mostrado anteriormente no Gráfico 01. Ao verificarmos a jornada de trabalho 49% afirma trabalhar 8 horas por dia, 18% trabalham em escala de turno, 13% trabalham 6 horas por dia, 13% trabalham 4 horas por dia, 5% trabalham 12 horas por dia e 2% trabalham 5 horas por dia.

De acordo com Rumberger e Lim (2008) os estudantes cuja jornada semanal ultrapassa 20 horas, são mais propensos a evadirem. Neste sentido observamos que na turma pesquisada um percentual de 87% dos estudantes que exercem atividade remunerada, excede a jornada de 20 horas semanais.

Para Oliveira (2012) os motivos para evasão podem ser associados ao momento em que o aluno deixa a escola para trabalhar, quando as condições de acesso são precárias e os horários incompatíveis com as responsabilidades assumidas. Camargo (2011) destaca em sua pesquisa que a evasão muitas vezes é provocada pelo desinteresse dos estudantes depois de ingressarem no mundo do trabalho, diminuindo sua dedicação com os estudos. Associada a atenção destinada ao emprego, surge à baixa frequência na escola, refletindo em altos níveis de faltas, baixas notas e, por consequência, o aluno acaba desestimulado e evade.

3.4.7 Renda Familiar Per Capita dos estudantes

Em relação ao rendimento mensal domiciliar per capita, realizamos a divisão do rendimento mensal de todos os habitantes da residência pelo número de moradores da unidade habitacional. Assim, identificamos que 7,5% declararam sem rendimento a $\frac{1}{4}$ (R\$ 238,00) de salário mínimo; foram encontrados 25% com rendimento de mais de $\frac{1}{4}$ (R\$ 238,00) até $\frac{1}{2}$ (R\$ 477,00) salário mínimo; foram identificados 36% que possuem renda de $\frac{1}{2}$ (R\$ 477,00) salário mínimo até 1 (R\$ 954,00) salário mínimo; identificamos 25% com rendimento de mais de 1 (R\$ 954,00) salário mínimo até 2 (R\$ 1.908,00) salários mínimos; 7% declararam renda com mais de 2 (R\$ 1.908,00) salários mínimos.

Podemos concluir que quanto à situação socioeconômica dos estudantes evadidos na turma pesquisada 68% possuem rendimento mensal domiciliar per capita de até um salário mínimo

(R\$ 954,00), sendo no universo de 28 estudantes pesquisados. Constatamos assim, que os estudantes pesquisados estão em situação econômica desfavorecida.

Como destacado por Dore et al. (2014), de acordo com as autoras os estudantes da educação profissional técnica de nível médio, são em grande parte oriundos de classes desfavorecidas, com menor poder aquisitivo, estando na linha de pobreza e em vulnerabilidade social.

3.4.8 Escolaridade dos estudantes

Quanto à escolaridade, 89,5% dos estudantes evadidos cursaram o ensino médio em escolas públicas e 10,5% cursaram em escola particular. Destes estudantes 7% declararam já possuírem outro curso técnico, quando questionados se já possuem curso superior, apenas 3% informou que sim.

O fato de os estudantes terem cursado, o ensino médio, em escola pública implica na questão do domínio dos conteúdos necessários para o desempenho acadêmico no curso técnico. Este fato é comprovado na fala dos estudantes:

Muito difícil de aprender, não vi nada do que ensinavam no ensino médio (EE11).
Não consegui aprender matemática (EE10).
Não aprendia nada (EE17).
Dificuldade de aprender matemática, química, informática e outras (EE20).

Esta dificuldade também é citada pela entrevistada Cristina,

...tem muitos alunos que tem dificuldades na questão de matemática, química, física, disciplinas básicas do ensino médio que eles veem, mas que são necessárias para outras disciplinas (Cristina, 2018).

Reforçada na fala da entrevistada Luciana:

Um dos grandes problemas do subsequente são alunos trabalhadores, que como trabalham de turno, eles tem dificuldade mesmo no ensino; as vezes vieram do ensino médio que não foi muito bom ou as vezes nem fizeram, tem aqueles que pegaram certificação do Enem e isso também tem uma defasagem no ensino, então as disciplinas técnicas dependem das disciplinas básicas como matemática, física e muitas vezes não viram o conteúdo (Luciana, 2018).

Percebemos que os alunos admitem esta defasagem e que esta é ainda reforçada pelas entrevistadas da Instituição. Nos estudos Silva (2011) o autor apresenta entre os fatores externos à Instituição, a dificuldade de aprendizagem procedente das séries anteriores e

aponta para uma possível dificuldade de adaptação à modalidade de educação profissional, onde os conteúdos da parte propedêutica são requisitos para avançar nas disciplinas área técnica.

3.4.9 Escolaridade dos pais dos estudantes

A escolaridade dos pais para os autores Rumberger e Lim (2008) é muito relevante, quando os pais são envolvidos e possuem uma escolarização maior, o aproveitamento dos estudantes é melhor, independente do nível de ensino. De acordo com Bourdieu (1987) o sucesso ou fracasso escolar tem vínculo direto com o compromisso que a família assume na educação dos filhos, equilibrando e sanando as dificuldades individuais e escolares. A Tabela a seguir nos mostra como se apresenta a escolaridade dos pais dos alunos evadidos.

TABELA 9: Escolaridade dos pais dos estudantes

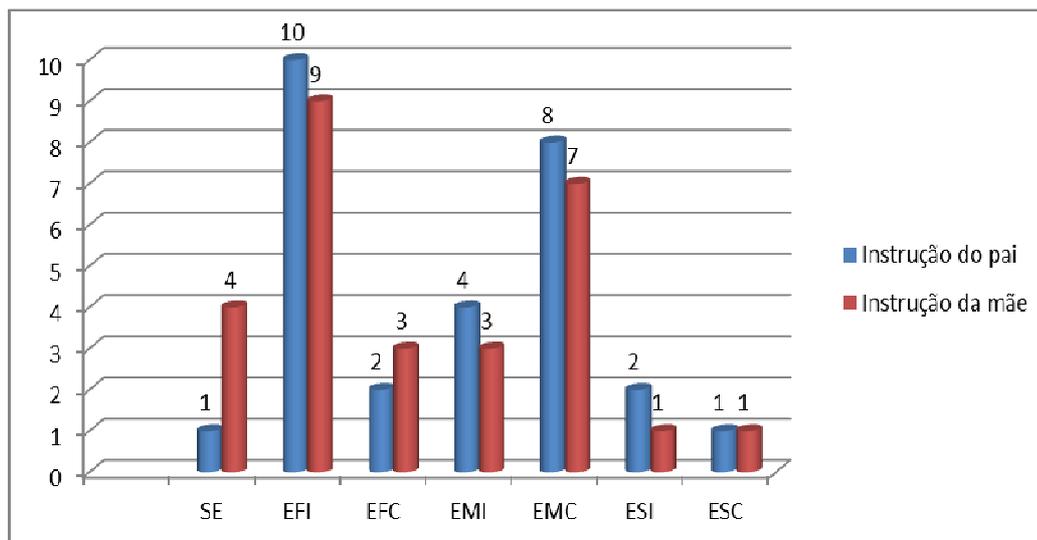
Grau de instrução dos pais	Instrução do pai		Instrução da mãe	
	Respostas	Porcentagem	Respostas	Porcentagem
Sem escolaridade	1	3,5%	4	14,0%
Ens. Fund. Incompleto	10	36,0%	9	33,0%
Ens. Fund. Completo	2	7,0%	3	10,5%
Ensino Médio Incompleto	4	14,0%	3	10,5%
Ensino Médio Completo	8	29,0%	7	25,0%
Ensino Superior Incompleto	2	7,0%	1	3,5%
Ensino Superior Completo	1	3,5%	1	3,5%
Total	28	100%	28	100%

Fonte: Dados da pesquisa documental.

Quanto a escolarização do pai e da mãe, essa encontra-se bem próxima, prevalecendo uma maior escolaridade dos pais, conforme podemos visualizar melhor por meio do gráfico a seguir:

GRÁFICO 5: Grau de instrução dos pais dos estudantes³⁶

³⁶ Legenda do Gráfico: SE – Sem escolaridade; EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EFC – Ensino Fundamental Completo; EMI – Ensino Médio Incompleto; EMC – Ensino Médio Completo; ESI – Ensino Superior Incompleto; e ESC – Ensino Superior Completo.



Fonte: dados da pesquisa documental.

Conforme podemos notar que existe uma superação da escolarização da mãe em relação ao pai apenas em duas situações “sem escolaridade” e “Ensino Fundamental Completo”. Isto nos faz concluir que a escolaridade dos pais é mais elevada que a das mães.

Os autores Bourdieu e Passeron (2014), destacam a determinação da herança cultural e da conjuntura familiar, na trajetória do estudante,

Os estudantes mais favorecidos não devem somente ao seu meio de origem hábitos, treinamentos e atitudes aplicáveis diretamente às suas tarefas escolares; eles também herdam saberes e um saber-fazer, gostos e um “bom gosto” cuja rentabilidade escolar, por ser indireta, é ainda mais certa (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 34).

Corroborando com esses autores, temos também a pesquisa de Almeida (2012) que traz o capital cultural familiar, relacionando-o diretamente ao nível educacional dos pais, à renda familiar e a estrutura da família, trazendo este fator como determinante para o fracasso ou sucesso escolar do estudante em sua trajetória acadêmica.

Ferreira (2016) destaca que, no fator individual, o estudante é pouco motivado em termos de educação e vocação, dependendo do contexto familiar em que vive. Estes fatores interagem com outras categorias como escola e trabalho, possibilitando a permanência ou desistência dos estudantes. Dore e Luscher (2011, p. 776) nos alerta quanto a importância do capital cultural:

Outro fator que contribui para a evasão, relacionado a família e que tem sido muito enfatizado nas pesquisas, refere-se ao capital social, ou seja, a

qualidade das relações que os pais mantem com os filhos, com outras famílias e com a própria escola (DORE E LUSCHER, 2011, p.776).

A família é apontada como um fator de extrema importância para o êxito dos estudantes, “a presença da família foi apontada como importante e fundamental no decorrer do curso, apoiando, incentivando e motivando o estudante para que possa superar suas dificuldades e persistir nos objetivos de vida e de carreira”. (BASSO, 2014, p. 160), não apenas na educação profissional, mas também nas demais modalidades.

Portanto a família é, segundo esses autores, um dos fatores mais importantes para o desempenho acadêmico dos estudantes bem como, para a sua persistência em prosseguir com os estudos. A família torna-se importante tanto no acompanhamento e apoio a dificuldades de aprendizagem quanto no apoio a dificuldades individuais, como por exemplo, apoio financeiro e com o cuidado aos filhos dos estudantes, quando estes os têm, para que os mesmos possam frequentar a escola.

3.5 A Evasão no Modelo Conceitual de Performance Escolar

No tratamento destes dados utilizamos como instrumento os fatores e categorias elaborados por Rumberger e Lim (2008), identificando e tratando as respostas obtidas com os estudantes, enumerando as menções explícitas a determinado fator. As respostas são transcritas para quadro de acordo com o número de citações apresentadas no questionário, pode ocorrer que os estudantes citem mais de um fator em suas respostas como, por exemplo, a fala da estudante “Foi um monte de coisas, cansaço, falta de vontade de continuar depois de ser reprovado e outras coisas” (EE14), na qual detectamos: Cansaço, Desmotivação e Reprovação em Disciplinas.

3.5.1 Análise dos Fatores Individuais/Categoria Atitude

Apresentamos a seguir o Quadro 5, para análise dos fatores individuais Categoria Atitude e suas subcategorias: Objetivos, Valores e Auto percepção.

QUADRO 5: Fatores Individuais Categoria Atitude

RUMBERGER E LIM (2008)			ASPECTOS ENUNCIADOS	Nº DE RESPOSTAS
FATOR	CATEGORIA	SUBCATEGORIA		
Individual	Atitude	Objetivos	Financeiro	1
			Trabalho	5

			Vocação (falta)	3
	Valores		Relacionamentos com colegas	2
			Relacionamentos com professores	2
	Autopercepção		Falta de identificação com o curso	2
			Desinteresse	1
			Dificuldade de aprendizagem	7
			Cansaço	2
			Mudança de nível	1

Fonte: Dados da pesquisa.

3.5.1.1 Fatores Individuais/Atitude/Objetivos

Dentre os Fatores Individuais/Atitude/Objetivos, destacamos o número de respondentes que alegaram ter desistido em função do trabalho:

O serviço [o trabalho] (EE02).

Além de não ter sido aprovado em muitas matérias eu também tinha que trabalhar e não conseguia estudar (EE06).

Precisava mais trabalhar do que estudar (EE08).

Por causa do trabalho (EE09).

Era cansativo sair do trabalho e ir direto para a escola (EE13).

A entrevistada Luciana, Responsável pelo Registro Acadêmico, salienta em sua fala que “um dos grandes problemas do subseqüente são os estudantes trabalhadores, que como trabalham de turno eles apresentam muitas dificuldades” (Luciana, 2018), estas dificuldades irão aparecer associadas a outras categorias e subcategorias, conforme observamos na fala do estudante EE06, que alega falta de tempo para o desempenho das atividades e dificuldades de aprendizagem.

Geralmente esse jovem abandona a escola devido a sua necessidade trabalhar (EE08) e cuja renda pode ser até a única da família, conforme vimos nos dados de renda familiar per capita dos estudantes evadidos da turma pesquisada. Esses estudantes acabam tendo dificuldades de conciliar estudo e trabalho (EE13), principalmente os estudantes de cursos noturnos quando “a exaustão provocada pelo trabalho pode ser motivo para o baixo rendimento escolar e levar a evasão” (MEIRA, 2015, p. 42).

Camargo (2011) mostra que se torna notável o comportamento do rendimento escolar dos estudantes se estes não sabem administrar, ou não dão conta de administrar, a relação entre trabalho e escola. Segundo Novais (2014), existe uma grande necessidade de trabalhar para complementação de renda familiar, infelizmente o aluno opta, entre o trabalho e a escola, pelo trabalho, pois, a escola “não dá dinheiro” (NOVAIS, 2014, p. 54).

Para Queiroz, Brandão e Santos (2015) e Valverde e Coutinho (2015) a conciliação do trabalho com a escola e a vida pessoal, geralmente é o maior fator de abandono apontado pelos estudantes evadidos. Quanto ao motivo apontado como falta de vocação, destacamos a seguinte fala: “Não entendia muito as disciplinas técnicas, pra mim não fazia sentido” (EE22).

Silva, Pellisari e Esteimbach (2013) avaliam que, quando os estudantes passam por um processo de amadurecimento, ao se depararem com outra realidade sobre o curso escolhido, os seus objetivos e anseios em relação ao futuro profissional são colocados à prova e se questionam a respeito do gosto pelo curso e acabam abandonando a escola. Assim, “a falta de clareza sobre o curso no momento da escolha, construída no amago de uma visão fetichizada a respeito da tecnologia e da profissão que se coloca como fator determinante para o abandono”. (SILVA, PELISSARI e ESTEIMBACH, 2013, p. 12).

Pelissari (2012) ressalta, entre outros motivos para a evasão, a falta de clareza sobre o curso, falta de identificação ou não satisfação com o mesmo. Nessa mesma linha, Severino et al. (2013) identificou em sua pesquisa que um dos motivos mais frequentes para evasão de estudantes é o não atendimento às expectativas do aluno, que pode ser considerado também como falta de vocação ou identificação com o curso.

Ainda para o Fator Individual/Atitude/Objetivos foi apontado também, como motivador, problemas financeiros, que vai ao encontro ao que falamos anteriormente quando apresentamos a renda familiar per capita e comprovada na fala do estudante de que a, “Falta de dinheiro pra lanchar todo dia, eu ficava com fome durante as aulas e a dificuldade de aprender (EE15)”.

Esta fala nos deixa com um sentimento de impotência. Saber que alguém deixou de estudar porque não tinha condições de se alimentar e, conseqüentemente, não conseguia aprender, nos deixa com uma série de questionamentos quanto ao sentido da escola: Para que ou para quem

ela existe? Se a escola se abre aos menos favorecidos, porque então permitir que este aluno abandone a escola por sentir fome?! Onde está o auxílio estudantil?

De acordo com a entrevistada Cristina, coordenadora pedagógica:

Temos a assistência estudantil, mas agente sabe que a assistência, por exemplo, os alunos que mais precisam às vezes não pedem ou às vezes não tem conhecimento ou não sabem como seguir o processo todo, o processo é meio difícil (Cristina, 2018).

Os editais de auxílio estudantil são disponibilizados duas vezes ao ano, no início de cada semestre letivo, conforme descrevemos no Capítulo 2, mas, ao que parece, este processo não está sendo disponibilizado de forma a atender a todos os estudantes em situação de vulnerabilidade. É preciso descobrir quais são os entraves deste processo para garantir a eficácia da aplicação dos recursos para aqueles que realmente dele necessitam.

3.5.1.2 Fatores Individuais/Atitude/Valores

No que diz respeito ao Fator Individual/Atitude/Valores, encontramos alguns casos de desentendimentos com professores e colegas, que merecem destaque, como as falas a seguir:

A turma não era fácil, conversava muito não deixavam a gente aprender (EE21).
Falta de colaboração dos colegas em passar pra nós o que a gente perdeu. Muita falta de apoio dos colegas e professores (EE16)

Apesar de esta situação ter sido retratada apenas nas duas situações acima, cabe à Instituição mediar estas relações intrapessoais. Por se tratar de um curso presencial e noturno, muitos dos alunos trabalhadores que trocam turno têm dificuldades de estarem presentes em todas as aulas e, quando ali estão, sentem a necessidade de recuperar os conteúdos perdidos. Isso só será possível se houver uma colaboração dos colegas e dos professores: dos colegas no sentido de permitirem que os outros acompanhem o que está sendo explicado e repassado aos que estavam ausentes, aquilo que foi ensinado na aula anterior, e dos professores no sentido de que não avancem nos conteúdos antes que estes alunos tenham em mãos e mente, o que ensinado anteriormente.

As autoras Dore e Luscher (2011, p. 776), nos trazem duas considerações quanto aos fatores individuais atitudes, valores e comportamentos que promovem um maior ou menor

engajamento dos estudantes na vida escola, elas nos apresentam dois principais tipos de engajamento: “o social de convivência dos estudantes com os colegas e o engajamento com os professores e demais membros da comunidade escolar”. As autoras destacam que a maneira como o estudante se relaciona com essas dimensões, interfere diretamente em sua opção de evadir ou não. De acordo com Arroyo (1986, p.39), essa questão é uma escolha do sujeito, “a evasão sugere que o aluno que se evade deixa um espaço e uma oportunidade que lhe foi oferecida por motivos pessoais e familiares”. Portanto, ele é responsável por essa escolha.

O Desentendimento com Colegas e professores, também foi apresentado nos trabalhos de Gomes e Laudares (2016), Silva (2015), Franco, Gandolfi e Gandolfi (2014), Novais (2014) e Detregiach Filho (2012) e Almeida (2012) que trouxeram como fatores motivadores da evasão os desentendimentos com colegas, a falta de interação com a turma, o desentendimento com professores, as dificuldades de relacionamentos, os conflitos com colegas e professores e dificuldades de acompanhar o desenvolvimento das disciplinas em função das ausências nas aulas.

3.5.1.3 Fatores Individuais/Atitude/Autopercepção

Dentre os Fatores Individuais/Atitude/Autopercepção, notamos uma variedade de motivos associados a esta subcategoria, entre eles reaparecem as questões levantadas de desinteresse, falta de identificação com o curso e cansaço. Trazendo de novo o fator de mudança de nível de ensino, relatamos o caso de um jovem que foi aprovado em um curso superior da região. Segundo ele, foi mesmo pela faculdade, um curso superior tem mais peso (EE19).

Essa temática foi discutida por Andrade et al. (2015), Almeida (2012) e Luscher e Dore (2011) que trouxeram a mudança de nível, por parte do estudante, como um lado positivo da evasão, considerando que esta é uma forma deste estudante manifestar interesse pela continuidade dos estudos.

Percebemos que uma grande ênfase foi dada a Subcategoria Dificuldade de Aprendizagem, fato que foi relatado por sete jovens, um número significativo a ser considerado, principalmente por isto ter se apresentado quando avaliamos as reprovações na turma pesquisada.

De acordo com Novais (2014), o aluno que entra na escola com lacunas em sua aprendizagem, possivelmente gere situações de insucesso, tendo em vista que a rotina da

escola dificilmente tem colaborado para a superação das dificuldades dos estudantes. Segundo essa autora,

Não se trata de aprovar o aluno que tem dificuldade nas áreas básicas, mas de apoiá-lo para que supere suas dificuldades, sejam de aprendizagem, sejam de relacionamento. Se a escola se omite diante das dificuldades do aluno, ela finge que ensina, pois não consegue ensinar aqueles que precisam efetivamente ou que não conseguem fazê-lo de forma autônoma. A escola, assim, estará excluindo esses alunos, reduzindo-os a uma menoridade social e existencial, privando-os de uma melhoria em suas condições de vida e maiores oportunidades de trabalho e estudo, sem que possam compreender o processo que estão sendo expostos (NOVAIS, 2014, p. 118).

Neste sentido a entrevistada Cristina, aponta as dificuldades dos estudantes e indica que algo deve ser feito para sanar tal demanda, em especial dos estudantes da modalidade subsequente,

Então... tem que ter um reforço, tem que ter um olhar especial, principalmente na questão do subsequente que são alunos que já formaram a mais tempo, a maioria já formou, é um ou outro que chega aqui com 18/19 anos e até mesmo estes já trabalham (Cristina, 2018).

A Instituição mostra que conhece o problema, mas, ainda não possui ação efetiva para solução ou atenuação do mesmo. Relembramos aqui a fala do estudante que disse ficar com fome e não conseguir aprender e identificamos dificuldades apresentadas por outros estudantes:

Dificuldade para aprender (EE05).

Além da dificuldade de lembrar o que aprendi no ensino médio, não consegui aprender as disciplinas técnicas (EE11).

Dificuldade de aprender matemática química, informática e outras (EE20).

Nos estudos de Leite e Guimarães (2015), Silva (2015) e Cruz (2013) os autores destacam como motivador para a evasão, a dificuldade de acompanhamento das disciplinas. Andrade et al. (2013), afirma que os cursos com maiores taxas de evasão, são aqueles ligados a área de Ciências Exatas e isso reforça a relação entre evasão e o desempenho nas disciplinas como matemática, física e química, apresentado pelos estudantes como motivador para evasão e reforçado nas entrevistas com a gestão acadêmica do campus. Esta relação está associada à qualidade da educação nos níveis iniciais da escolaridade, causando uma defasagem na aprendizagem dos mesmos. Chamamos a atenção para os dados mostrados no Gráfico 02, onde foi identificado que as disciplinas que mais reprovam neste curso técnico são aquelas relacionadas a área de exatas ou que dela dependem para continuidade dos conteúdos técnicos.

Para Martins (2010) o fracasso escolar apresentado pela evasão e repetência, põe em risco o processo inclusivo estabelecido pela escola e aponta para a necessidade de se estabelecer um acompanhamento mais rigoroso deste aluno nos módulos iniciais do curso. Argumentando que “alegar falta de base é mais fácil que assumir que não se está preparado para lidar com as dificuldades e desafios que se avolumaram quando abriram as portas da escola para aqueles socialmente excluídos de oportunidades sociais e educacionais” (MARTINS, 2010, p. 38).

3.5.2 Fatores Individuais Categoria Comportamento

Para esta Categoria estaremos analisando as subcategorias que foram destacadas pelos estudantes como: engajamento, relações com os colegas, relações com os professores, relações com a turma e emprego, conforme Quadro a seguir:

QUADRO 6: Fatores Individuais Categoria Comportamento

RUMBERGER E LIM (2008)			ASPECTOS ENUNCIADOS	Nº DE RESPOSTAS
FATOR	CATEGORIA	SUBCATEGORIA		
Individual	Comportamento	Engajamento	Desinteresse	4
			Dificuldade de aprender	07
			Faltas/atrasos nas aulas	3
		Relações com colegas	Desentendimentos	01
			Falta de cooperação	01
		Relações com professores	Falta de apoio	02
		Relação com a turma	Bagunça demais	01
			Muita conversa	01
		Emprego	Carga horária superior a 20 horas semanais	06

Fonte: Dados da pesquisa documental.

Rumberger e Lim (2008) registraram em sua pesquisa uma variedade de fatores individuais que podem contribuir para a evasão dos estudantes. Segundo os pesquisadores uma grande variedade de atitudes, comportamentos e aspectos individuais, favorecem a evasão de estudantes, esses fatores são moldados pelo ambiente no qual o jovem vive e mantem relações sociais. Rumberger (2011) avaliou experiências sociais e acadêmicas como relevantes para a permanência ou não. Conforme vimos anteriormente na Categoria Atitude, dois estudantes apresentaram dificuldades de relacionamento com colegas e professores, manifestando

também a crítica para atitudes de “muita conversa” e reforçando aqui com a resposta “bagunça demais” (EE21), fatores que, associados a outros condicionantes, favorecem a evasão.

Nota-se nessa Categoria uma gama de Subcategorias que apareceram como motivadores da evasão na turma pesquisada. Para a subcategoria faltas ou atrasos nas aulas optamos por discuti-la na categoria Background, quando a mesma irá se repetir nas falas dos estudantes; para subcategoria relações com professores e colegas falamos anteriormente e retomaremos este assunto no fator institucional escola; quanto a subcategoria emprego, já foi constatado anteriormente que a jornada de trabalho é superior a 20 horas semanais, fato que, segundo Rumberger e Lim (2008), colabora para a saída do aluno da escola.

No aspecto individual, categoria comportamento, subcategoria engajamento, encontramos quatro respostas que alegam desinteresse. Para Beatrice e Gallina (2014) a mobilização (ou interesse) é uma atitude interna assentada em expectativas e desejos dos estudantes, que acontece nessa relação que ele tem com saber. Neste sentido Charlot (2013, p.144) salienta que “motiva-se alguém de fora, mobiliza-se a si mesmo de dentro”, portanto, para o autor, o sujeito deve mobilizar-se para aprendizagem,

Ninguém aprende sem desenvolver uma atividade intelectual, ou seja: quem não estuda, não aprende. Logo vem a questão do motivo desse investimento na atividade. Qual o sentido dessa atividade para o aluno? Quando não existe nenhum sentido, não há atividade alguma: ninguém faz algo sem nenhum motivo. Mas a situação mais frequente na escola é aquela em que o aluno age por um motivo não relacionado com o próprio saber (CHARLOT, 2013, p. 145).

De acordo com Charlot (2013) o sentido da atividade depende da relação entre o desejo e o objeto. De acordo com Beatrice e Gallina (2014), o estudante deve explorar sua relação com o saber, quando o estudante explora esta relação, o aprender é permeado por significado e sentido. Para tal, prossegue “o saber é uma forma de representação de uma atividade, de relações do sujeito com o mundo, com ele mesmo e com os outros” (Beatrice e Gallina, 2014, p. 9). Neste sentido, destacamos aqui algumas falas que nos chamam atenção:

Falta de motivação e interesse (EE01).
Não tenho interesse na área (EE02).
Não me identifiquei (EE03).
Eu não tinha interesse mesmo (EE07).

Acho que eu deveria ter corrido atrás de aprender (EE11).

Apenas na fala do Estudante EE11 é que percebemos um possível arrependimento por não ter se dedicado um pouco mais no curso. Para as demais falas ficou nítida a impressão de desmotivação e desinteresse em obter êxito no curso.

Quanto à Subcategoria Engajamento aparece também o aspecto dificuldade de aprendizagem como algo bastante citado entre os estudantes. Observamos na fala da entrevistada Luciana, citada anteriormente, quando ela destaca as dificuldades apresentadas em relação às disciplinas das Ciências Exatas e defasagem com que chegam ao ensino técnico.

Os estudos de Gomes e Laudares (2016), Melo e Rocha (2015), Silva (2014), Araújo (2013) Detregiachi Filho (2012) e Silva (2011), apontam que o problema da defasagem do ensino aprendizagem e dificuldades de acompanhamento de algumas disciplinas se constituem como motivadores da evasão escolar. Para Rumberger e Lim (2008) o baixo desempenho escolar pode estar fortemente ligado à questão da saída do aluno da escola.

Portanto a postura do estudante não é apenas acumulação de conteúdos intelectuais. Charlot (2013) apresenta três dimensões com o saber: a epistêmica que vai nos dizer que aprender não significa a mesma coisa para os estudantes; a social que exprime condições sociais do estudante e as relações estabelecidas com o meio em vivem; e a identidade que vai dizer o que o sujeito construiu e constrói de si. Para Beatrici e Gallina (2014) o sucesso escolar está na mobilização, no esforço e no envolvimento do estudante com o saber. As atividades devem fazer sentido no processo educativo, quando o estudante não atribui significados, ele não aprende.

Portanto a escola ou os profissionais que nela atuam, devem buscar meios para torna-la atrativa e motivadora para garantir a permanência destes estudantes, não apenas no curso técnico subsequente, mas em todas as modalidades em que atua. Ouvir os estudantes com frequência e, principalmente, durante a fase de revisão dos PPC's, pode ser uma alternativa para agregar valor ao curso ofertado e entender o que este aluno está buscando na escola, quais são seus anseios e expectativas depositados na Instituição.

3.5.3 Fatores Individuais Categoria Background

Salientamos novamente que a distância do Campus para o Centro da cidade é de 6 km e o transporte coletivo atende com a esta localidade com um número restrito de horários e trazem dificuldades inclusive de atendimento aos trabalhadores, efetivos e terceirizados, da instituição.

QUADRO 7: Fatores Individuais Categoria Background

RUMBERGER E LIM (2008)			ASPECTOS ENUNCIADOS	Nº DE SUJEITOS
FATOR	CATEGORIA	SUBCATEGORIA		
Individual	Background	Demografia	Morar longe da Escola	03
			Transporte público	05
			Saúde	01

Fonte: Dados da pesquisa documental.

Andrade et al. (2013) salientam as dificuldades de transporte, mudança de cidade e dificuldades de acesso à instituição como também, motivos para evasão, caracterizados pelas dificuldades do estudante, mas com possibilidade de intervenção da instituição, tais como: rever o horário de início das aulas, adequando-o ao horário de chegada do transporte coletivo e do término da jornada de trabalho, em especial do comércio local, que encerra as atividades às 18 horas, conforme destacamos no Gráfico 01. Percebemos isso nas falas dos estudantes ao citarem os atrasos nas aulas em função do horário de transporte coletivo

Fiquei com muitas faltas, por chegar atrasada, por causa do ônibus e acabei sendo reprovada. Os professores faziam chamada antes de o ônibus chegar e eu acabava ficando com muitas faltas (EE12).

Chegava muito atrasado e não conseguia recuperar o que tinha perdido (EE16).

Esse fator motivador foi apresentado como causador da evasão pelos autores Matos, Vasconcelos e Santos (2015), Valverde e Coutinho (2015), Silva (2015), Costa e Silva (2015), Dore (2014), Silva (2014), Cruz (2013) e Araújo (2013), que apontaram as questões relacionadas a dificuldades de conciliar horário de trabalho com escola, dificuldade de locomoção e incompatibilidade de horário do curso com o horário de trabalho.

Nogueira (2012) traz uma ampla discussão acerca do problema de adequação do horário escolar com a jornada de trabalho de jovens e adultos, em Minas Gerais, destacando que esse vem de longa data. Segundo pode constatar em seus estudos, “a falta de frequência tinha

características regionais, visto que se agravava na medida em que as escolas se distanciavam dos centros mais populosos” (NOGUEIRA, 2012, p. 161). De acordo com a autora,

A presença dos alunos na escola noturna mineira encontrava na natureza da distribuição do tempo escolar um dos principais obstáculos à frequência regular às aulas. **O tempo aqui não era do transcurso da aula, mas, sim, aquele que demarcava o início das atividades escolares se contrapondo ao término das atividades de trabalho** (NOGUEIRA, 2012, p. 165, grifo nosso).

Essa situação de infrequência escolar evidenciou conflitos e tensões, que até hoje perduram, entre dois tempos distintos: o do trabalho e o da escola. Nogueira (2012, p. 165) identificou que a solução encontrada, à época de sua pesquisa, “foi a adequação do calendário e do horário escolares às necessidades familiares e produtivas”. Como vimos na análise do perfil socioeconômico dos estudantes evadidos, existe uma necessidade de trabalhar, portanto o estudante ao encontrar a dificuldade em conciliar estes dois tempos, acaba por optar em continuar no trabalho, abandonando os estudos.

3.5.4 Fatores Individuais Categoria Performance Escolar

Para esta Categoria (Performance Escolar) encontramos entre as respostas a subcategoria Desempenho que vai trazer um grande fator de influência na evasão dessa turma: as retenções e reprovações.

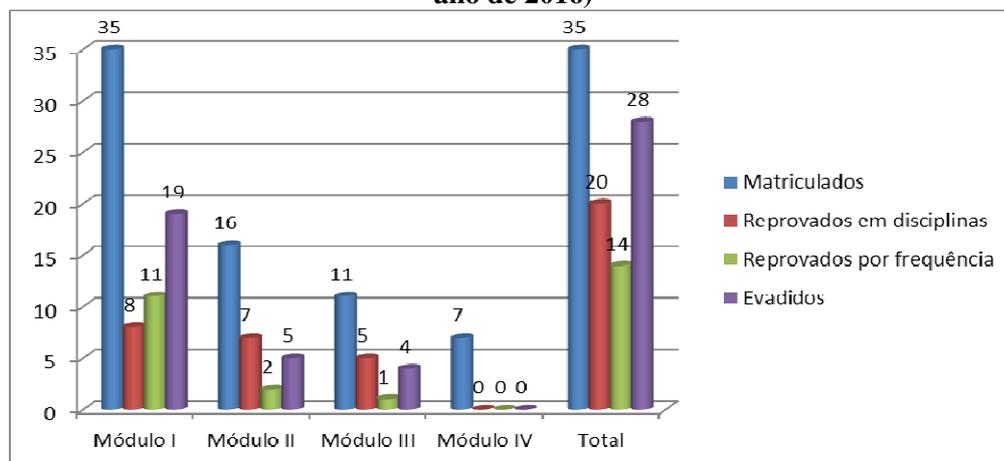
QUADRO 8: Fatores Individuais Categoria Performance Escolar

RUMBERGER E LIM (2008)			ASPECTOS ENUNCIADOS	Nº DE SUJEITOS
FATOR	CATEGORIA	SUBCATEGORIA		
Individual	Performance Escolar	Desempenho	Retenção em módulo	8
			Reprovações	4

Fonte: Dados da pesquisa documental.

Um fator de destaque são as sucessivas reprovações, geralmente a retenção e reprovação culminam na evasão. Quanto ao desempenho escolar Peixoto, Braga e Bogutchi (2003), verificaram que a evasão é fortemente influenciada pelo rendimento acadêmico dos estudantes, nos primeiros períodos do curso. Salientando os autores que o curso com maior taxa de evasão é aquele em que a reprovação nos períodos iniciais é mais alta. O Gráfico 6, mostra de forma bastante ilustrativa como as reprovações ocorreram:

GRÁFICO 6: Reprovação por Módulo no Curso Técnico em Mineração (Primeiro semestre do ano de 2016)



Fonte: Dados do sistema Acadêmico.

Conforme podemos observar, a reprovação assume duas formas: por disciplinas e por frequência. Está concentrada em sua maioria na reprovação por disciplinas, sendo um total de vinte nessa turma. Para a reprovação por frequência temos um total de quatorze, ao somarmos os dois tipos de reprovações, obtemos um número de trinta e quatro (quase total da turma).

Notamos que as reprovações ocorreram nos três primeiros módulos, sendo esta, bastante acentuada no Módulo I com onze reprovações por frequência e oito por disciplinas. Entre os estudantes reprovados no Módulo I, sete realizaram matrícula para cursarem novamente o módulo, mas não conseguiram avançar, sendo reprovados novamente e, em função disso, desistiram do curso. O que podemos notar é existe uma correlação entre estas reprovações e a evasão nos módulos, conforme apresentado na Tabela 3, apresentada anteriormente na caracterização do perfil acadêmico da turma.

Reportamos aqui algumas falas relacionadas à reprovação dos estudantes evadidos

- Fui reprovado em muitas disciplinas e não conseguia aprender (EE09).
- Fui reprovado em matérias técnicas também (EE10).
- Reprovação em muitas disciplinas (EE16 e EE18).

Existe nas falas desses estudantes uma relação direta entre as reprovações e a situação de evasão. Rumberger e Lim (2008) apontam que a reprovação aumenta muito o risco do aluno evadir. Assim, a reprovação indica um perigo, um alerta para que esses estudantes sejam monitorados e acompanhados mais de perto. Pois, conforme salienta Charlot (2005),

Sabe-se que o sucesso escolar produz um potente efeito de segurança enquanto que o fracasso causa grandes estragos na relação consigo mesmo (com, como eventual consequência, a depressão, a droga, a violência, inclusive a suicida). Em princípio, existem muitas maneiras de “tornar-se alguém”, através das diferentes figuras do aprender, mas a sociedade moderna tende a impor a figura do saber objeto (do sucesso escolar) como sendo a passagem obrigatória para se ter o direito de ser “alguém” (CHARLOT, 2005, p. 72).

Conforme vimos no Gráfico 2, de disciplinas que mais reprovam no curso técnico em mineração, as que apresentam maiores problemas são aquelas ligadas à área das Ciências Exatas ou que delas dependem. O baixo desempenho escolar tem como consequência a retenção e reprovação, ocasionando com isto uma desmotivação, por parte do estudante, em prosseguir com os estudos. Para Dore (2013) o índice de evasão é muito alto entre estudantes que ficaram retidos ou foram reprovados em disciplinas. A autora divide a gênese do processo de evasão em duas etapas:

O baixo desempenho escolar, que incide negativamente sobre a **autoestima** do estudante; o enfraquecimento dos laços com a escola, que representa o aspecto defensivo da relação que se instaura entre o estudante e a instituição escolar: - numa situação em que o insucesso escolar produz uma depreciação no modo pelo qual o jovem se percebe a si mesmo como estudante, ele também deve se defender das consequências (DORE, 2013, slide 12).

A saída do aluno não ocorre de forma imediata, ele vai, ao longo do insucesso, acumulando sentimentos depreciativos que abalam sua “autoestima” e, sucessivamente trazendo danos na continuidade dos estudos. Para Luscher (2009) a evasão começa a se manifestar quando o aluno começa a faltar às aulas, chegar atrasado, sair mais cedo, não realizar as atividades propostas, ou seja, o aluno vai dando sinais que está propenso a sair.

Para Narciso (2015,) os professores estão convivendo no dia a dia com os estudantes e conhecem seus pontos fracos e fortes, então deveriam acompanhar a frequência dos mesmos e comunicar a instituição para que possam ser tomadas medidas de prevenção para não concretização da evasão.

Bernard Charlot (2002) nos traz uma reflexão sobre as práticas e afirma que, quando o aluno não entende e o professor continua ensinando, ele está construindo o fracasso escolar. O autor nos diz que é quase impossível levar em consideração cada aluno na sua singularidade, mas

que devemos ficar atentos nas práticas e entender que fracasso escolar se constrói também no dia a dia da sala de aula.

De acordo com Narciso (2015) o objetivo maior é que o docente não se limite apenas à transmissão do conteúdo, mas que seja incentivador dos estudantes na sala de aula, para se estabeleça um ambiente favorável à construção do conhecimento numa relação dialética, problematizando, criticando, analisando e refletindo acerca dos seus atos no aprimoramento do processo de ensino aprendizagem.

3.6 Análise dos Fatores Institucionais

Os Fatores Institucionais foram avaliados sob três perspectivas: Família, Escola e Comunidade, conforme proposto por Rumberger e Lim (2008).

3.6.1 Fatores Institucionais Categoria Escola

Iniciamos as discussões acerca da Categoria Escola, a partir do Quadro 9.

QUADRO 9: Fatores Institucionais Categoria Escola

RUMBERGER E LIM (2008)			ASPECTOS ENUNCIADOS	Nº DE RESPOSTAS
FATOR	CATEGORIA	SUBCATEGORIA		
Institucional	Escola	Práticas	Indisciplina	2
			Método de ensino rigoroso demais	3
			Necessidade de acompanhamento	3
			Aulas práticas / visitas técnicas	4
		Estrutura	Currículo	3
			Aproveitamento / equivalência disciplina	3
		Recursos	Assistência estudantil - dificuldades	2
			Monitoria	4

Fonte: Dados da pesquisa documental.

3.6.1.1 Fatores Institucionais Categoria Escola/Subcategoria Práticas

Nos Fatores Institucionais Categoria Escola/Subcategoria Práticas foram encontradas menções à indisciplina, aos métodos de ensino rigoroso demais, à necessidade de

acompanhamento dos estudantes em dificuldades e a ampliação de aulas práticas e visitas técnicas. Quanto á indisciplina apareceram anteriormente nos Fatores Individuais Categoria Comportamento.

As menções ao Método de Ensino Rigoroso são percebidas nas manifestações de dificuldades de aprendizagem dos estudantes, conforme ressaltamos na seguinte fala:

É um curso que a gente pensa que vai ser fácil mais tem umas matérias muito difíceis. (EE17).

De acordo com Dore (2013) o aluno que não se enquadrar no perfil profissional, poderá abandonar o curso técnico e se tornar um trabalhador não qualificado. Trazendo prejuízos não apenas para o estudante, como também para Instituição que destinou uma vaga que possui um custo para sua manutenção.

A Metodologia e a relação com professores e o rigor das atividades propostas aos estudantes, foi tema abordado pelo autor Costa e Silva (2015), como fatores causadores da evasão. O fato dos alunos acharem o curso muito difícil pode estar relacionado ao processo de avaliação utilizado pelos docentes, conforme ressalta Almeida (2012).

Souza et al. (2012) destacam como fatores relevantes a serem considerados: o conteúdo pouco atraente, o professor despreparado, falta de envolvimento com o aprendizado, excesso de conteúdo, falta de compreensão do estágio de desenvolvimento dos estudantes e a falta de tempo para atividades, estes podem ser outros causadores da evasão.

Nesse sentido encontramos na fala da entrevistada Cristina, uma concordância com os enunciados apresentados pelos estudantes,

Eu acho que por ser primeira turma e os professores também eram novatos da mineração, antes do curso subsequente só tinham dois professores da área, depois chegaram os professores e quando chegam ficam meio perdidos ate engrenarem no curso. ...Por ser um curso novo, alunos começando professores começando, eu acho que talvez por isso não deu certo. Nós tentamos ver, trazer os alunos de volta, os que saíram. Ver se terminavam, mas o fato não ter outro aluno pra poder falar como eles, incentivar, não funcionou (Cristina, 2018).

Geralmente os professores da área técnica não possuem formação didática-pedagógica e isto dificulta o trabalho docente. Esses profissionais, em sua maioria, vieram da empresa privada e em sala de aula reproduzem a forma como aprenderam em seus cursos superiores. A

Resolução CNE/CEB nº 06/2012 prevê a formação pedagógica dos profissionais que atuam na Educação Profissional Técnica até o ano de 2020, estabelecendo que “a formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo CNE” (BRASIL, 2012), este documento define que esta formação poderá ocorrer de três maneiras: I - pós-graduação *lato sensu*, de caráter pedagógico; II - reconhecimento total ou parcial dos saberes profissionais de docentes; e III - na forma de uma segunda licenciatura.

No IFMG esta Resolução ainda não se materializou, não existe uma movimentação da Instituição para cumprimento da mesma. De acordo com Costa (2016) a Resolução CNE/CP 02/2015³⁷ adjetiva estes cursos como emergenciais e especiais, mas, não os materializa de perene. As instituições poderão criar alternativas para que esta capacitação seja realizada, mas existe uma grande flexibilidade na mesma, estabelecendo formas que podem ser apenas para mero cumprimento da resolução, sem reflexo na ação efetiva do profissional em sala de aula. Ainda para esta autora,

Garantir o direito não é suficiente à medida que fica a critério de o profissional aceitar ou não esse direito. Ter o direito de se tornar professor não é o mesmo que ter obrigatoriedade de ser Professor para que possa lecionar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (COSTA, 2016, p. 204).

Em seu entendimento, Costa (2016) ressalta que essa resolução não configura avanço, pois, ela apenas possibilita e regulamenta modos de tornar docente, sem cursar licenciatura. Esta resolução não garante a qualidade com que esta qualificação será realizada.

Segundo Joahnn (2012),

O papel da escola é fundamental na combinação de fatores que irão definir a trajetória escolar do aluno e seria incoerente acreditar que somente o aluno ou seus pais são responsáveis pelo fracasso escolar. **É preciso estar atento à dimensão pedagógica do processo escolar**, buscando compreender o que se passa dentro dos muros da escola e principalmente dentro de cada sala de aula, identificando assim, possíveis fatores que possam produzir o fenômeno da evasão escolar (JOHANN, 2012, p. 76, **grifo nosso**).

³⁷Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

A autora nos chama a atenção para as práticas nas salas de aulas, à dimensão pedagógica do processo ensino aprendizagem, tendo a escola papel fundamental para definir a trajetória do aluno. Ao adentrar os muros da escola, esta se torna responsável por acompanhar e possibilitar esse processo.

Para Arroyo (2003), a escola precisa desempenhar o papel social transformador, suprimindo a concepção elitista, rígida e excludente, arraigada na escola e no processo de ensino aprendizagem ao longo do tempo. Para o autor esta é uma forma reducionista de lidar com problema da evasão, os fatores que causam a evasão devem ser avaliados de forma conjunta e não de forma segmentada seguindo o modelo societário brasileiro com seu aspecto capitalista, burocrático e graduado.

Os estudantes apontaram também para a necessidade de aulas práticas e visitas técnicas. Nesse sentido encontramos na fala da entrevistada Cristina, uma concordância com os enunciados apresentados pelos estudantes,

Deveria ter mais[aula] prática, acho que nesse ponto, até parcerias com as empresas, eu acho que ta começando, mas tinha que evoluir além do trabalho, **já começar a fazer parcerias não só de visita técnica, mas pra colocar o que eles ensinam na sala também, na pratica.** Não sei se seria com maquinas das empresas, não sei se seria até as empresas ou elas darem suporte nesta questão, aqui na escola, pra não ficar naquele laboratório só de escola mesmo, mas um laboratório de empresa. Tem que por a mão na massa mesmo. Eu acho que isso seria interessante. **Visita técnica é legal, mas na hora de trabalhar, não é só isso que conta,** seria interessante eles colocarem mais a mão na massa e assim eles teriam uma visão do curso num todo e mais motivação para ficar (Cristina, 2018).

A entrevistada Cristina, lida no dia a dia com as questões levantadas pelos estudantes e a partir da vivência com as demandas dos mesmos, apresenta as possibilidades acima como fatores motivadores para permanência dos mesmos. Entendemos esta fala como uma crítica à Instituição, isso quer nos dizer que o modelo adotado para atividades nas disciplinas técnicas não está atendendo às expectativas dos alunos. O que podemos confirmar a partir das seguintes falas:

Acho que deveria ser mais prático do que teórico, seria mais proveitoso (EE17).
Só acho que podia [poderia] ser mais prático, com mais visitas técnica e aulas de laboratório (EE, 18).

Nos relatos dos estudantes e reforçado pelos relatos das entrevistadas, notamos que algo muito presente nos discursos se refere à preocupação com a qualidade da formação técnica, à importância da relação teoria-prática, considerada fundamental nessa formação. São elencados vários fatores associados ao rendimento e aprendizagem do aluno, como o sistema de notas, relacionamento com professores e colegas, a carga horária, a falta de incentivo e apoio ao aluno para que não desista, dentre outros.

Quanto ao acompanhamento mais de perto encontramos relatos desses estudantes:

Só acredito que poderiam ter acompanhado mais de perto nossas dificuldades (EE04).
Acho que acompanhar mais de perto talvez seja uma das soluções, olhar mais para o curso subsequente a gente ficava muito abandonado pela escola (EE13).

Percebe-se aí uma necessidade de serem vistos pela Instituição, a fala do estudante EE13 nos deixa a impressão de que este estudante se sentia abandonado pela escola e mais uma vez isso pode refletir na autoestima e motivação dos estudantes. A fala entrevistada Luciana constata essa demanda em sua fala, conforme segue:

O cansaço por causa do trabalho aí vem à questão da frequência, então **precisaria mais de um acompanhamento de perto**, talvez alguma medida, porque nesse caso não existe abono de falta, se o aluno trabalhador pudesse ter uma porcentagem que ele pudesse cumprir a distancia por causa desse problema, isso eu acho que ajudaria. **As disciplinas de nivelamento como matemática e física, que são as disciplinas que faz bastante falta para eles**, seria um nivelamento antes, pois eles entram e já tem a disciplina aplicada que não supri a deficiência que trás (Luciana, 2018, **grifo nosso**)

E quanto a acompanhar os estudantes entrevistada Cristina acrescenta:

Acho que é procurar meios pra permanência destes alunos. O que tá faltando, **estar bem lado a lado e ver o que eles estão procurando**. Porque quando você vai conversar tem alunos que não tem meio de transporte pra chegar por causa da localidade, tem questão financeira, ou perdeu emprego, tem questões familiares (Cristina, 2018, **grifo nosso**).

A Instituição reconhece que deve estar acompanhando efetivamente os estudantes, mas isso não ocorreu com estes estudantes. Para Rumberger (2011) a decisão de permanecer ou não é o resultado de um processo que se constrói, no qual as relações de apoio se mostram essenciais. Para os autores Rumberger e Lim (2008) a escola deve dedicar atenção quanto a vivências em seu interior.

A entrevistada Amanda lembra que o campus possui o NAD, núcleo de apoio do discente, que é composto por uma série de profissionais habilitados a ajudarem os estudantes em risco de evasão. De acordo com Araújo e Santos (2012), “a questão da escola não atrativa que por diversos fatores internos, não favorece um ambiente de acolhimento e principalmente, de aprendizagem aos alunos, corresponde como fator de exclusão dos estudantes” (ARAÚJO e SANTOS, 2012, p.8).

Segundo Luscher (2009) é imprescindível que o aluno tenha um apoio individual na tentativa de proporcionar que ele obtenha êxito em sua trajetória. Reconhecendo que o processo da evasão é complexo de ser avaliado, ele requer a participação dos diferentes agentes sociais envolvidos, para identificação precoce dos estudantes que podem evadir e no acompanhamento dos que se encontra em situação de risco. (FINI, DORE e LUSCHER, 2013).

3.6.1.2 Fatores Institucionais Categoria Escola/Subcategoria Estrutura

Na Categoria Escola Subcategoria Estrutura encontramos duas questões enunciadas pelos estudantes: o currículo (rigoroso) e ausência de aproveitamento/equivalência de disciplinas. Quanto ao Currículo, ressaltamos que os enunciados dos alunos relacionados às aulas práticas, rigor metodológico e necessidade de apoio, estão diretamente ligados a ele. Nesse sentido Rocha (2011) identifica em sua pesquisa, que o currículo não contempla as especificidades da modalidade técnica, cada escola possui características próprias e, a partir daí, o currículo deve ser pensado para atender aos envolvidos.

Johann (2012) apresenta a questão do currículo escolar e a influência que este sofre pelo poder exercido pelas políticas públicas que o regulam e a interferência direta disto na sala de aula, culminando com a evasão quando estes são descontextualizados.

Araújo e Santos (2012) destacam que um é fator desmotivador, quando o aluno começa a estudar e percebe que o currículo do curso técnico não atende suas expectativas, levando ao abandono do curso.

A escola com currículos desatualizados que não apresenta o perfil do curso e sua importância para o mercado, a falta de apresentação da demanda de empregabilidade na área do aluno, falta de ações pedagógicas em disciplinas com altas taxas de retenção, a falta de apresentação coerente de critérios e do sistema de avaliação de desempenho do aluno, a falta de formação didático pedagógica dos professores, professores desmotivados, poucas visitas técnicas, poucas ou nenhuma aula prática, pouca divulgação de vagas de

estágio, falta de parcerias e convênios com empresas para estímulo da aprendizagem contextualizada, a falta de adequação de plano de carreira do professor, falta de estrutura da escola, a falta de laboratórios, de equipamentos de informática, de recursos humanos para o apoio aos alunos como psicólogos, assistentes sociais, orientadores educacionais, além de apoio e reforço para alunos com dificuldades (ARAUJO e SANTOS, 2012, p.8).

A entrevistada Luciana salienta que foi identificado um problema na distribuição de conteúdos de algumas disciplinas,

Sobre o curso eu acho, foi mudada a coordenação. A coordenação que está agora pegou todos os diários e foi verificar o conteúdo que os professores estavam dando e ele verificou que tinham professores dando conteúdos repetidos, os alunos reclamaram e ele foi verificar e acabou descobrindo, agora foi revisto todo o conteúdo das disciplinas (Luciana, 2018).

O fato relatado pela entrevistada pode ter contribuído para a evasão nessa turma, não que isto venha a ser fator decisivo, mas já somados a outros que se apresentaram, pode sim desencadear um processo de evasão. A estrutura organizacional e pedagógica das escolas foi destacada como um motivador para a evasão na pesquisa de Rodrigues, Rodrigues e Viroli (2015). Para Silva (2015), o excesso de disciplinas causa uma sobrecarga ao estudante e pode também influenciar no processo da evasão.

Conforme Silva (2015) e Leite e Guimarães (2015) o excesso de disciplinas e excesso de atividades também podem influenciar o estudante ao abandono do curso. Do ponto de vista do estudante Matos, Vasconcelos e Santos (2015) alegam que o desconhecimento da estrutura curricular do curso, pode levar a uma frustração e, conseqüente ao abandono do curso.

De acordo com a resolução CNE/CEB 06/2012, a organização curricular deve explicitar:

- I - componentes curriculares de cada etapa, com a indicação da respectiva bibliografia básica e complementar;
- II - orientações metodológicas;
- III - prática profissional intrínseca ao currículo, desenvolvida nos ambientes de aprendizagem;
- IV - estágio profissional supervisionado, em termos de prática profissional em situação real de trabalho, assumido como ato educativo da instituição educacional, quando previsto (BRASIL, 2012).

Ainda conforme essa Resolução, em princípio norteador VIII:

...Contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à

integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas (BRASIL, 2012).

Portanto, cabe à instituição definir essas estratégias na elaboração de seus documentos para funcionamento dos cursos em especial, na elaboração do PPC. É importante que este documento seja revisado com frequência e seja possibilitada a ampla participação, ele deve contemplar as expectativas de todo o público envolvido (Estudantes, gestores, docentes e segmentos da sociedade civil).

Quanto à equivalência de disciplinas destaco que o Campus Congonhas não realiza a certificação, apesar de estar prevista no artigo 41 da LDBEN 9.394/96:

O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos (Redação dada pela Lei nº 11.741/2008) (BRASIL, 1996).

O aproveitamento de disciplinas no campus ocorre apenas quando o aluno cursou a disciplina em outra instituição de ensino ou até mesmo em outro curso técnico na instituição. Para aproveitamento o aluno deve apresentar uma série de documentos na secretaria e que posteriormente são encaminhados para o professor da disciplina e, caso necessário, são encaminhados para o colegiado de curso deliberar a respeito. A equivalência de disciplina com atividade profissional não é realizada na instituição, apesar de sua previsão legal.

3.6.1.3 Fatores Institucionais Categoria Escola/Subcategoria Recursos

Para os Fatores Institucionais Categoria Escola/Subcategoria Recursos, tivemos os enunciados da assistência estudantil e monitoria.

Quanto a assistência estudantil ocorre um reconhecimento da entrevista Cristina que diz em parte de sua fala

Temos a assistência estudantil, mas agente sabe que a assistência, por exemplo, os alunos que mais precisam às vezes não pedem ou às vezes não tem conhecimento ou não sabem como seguir o processo todo, o processo é meio difícil (Cristina, 2018).

O processo é muito burocrático e alguns estudantes acabam não dando conta ou desestimulados de participarem, conforme destacado na fala do estudante que disse ficar com fome durante as aulas por não ter dinheiro pra lanche (EE15) citado nos fatores individuais. Para este estudante a Assistência Estudantil faria toda a diferença em sua permanência na escola.

Quanto ao apoio financeiro aos estudantes em situação econômica desfavorável, os estudos de Coelho (2014) e Pereira (2011) afirmam que as bolsas nem sempre são fatores determinantes para que a permanência escolar ocorra. Coelho (2014) destaca que os estudantes nas instituições pesquisadas, não reconhecem as bolsas como fundamentais para sua permanência, caracterizando-as mais como transferência de renda do que como incentivo ao estudante. Coadunamos com o autor de que o apoio financeiro não é o único motivo para o abandono escolar, mas, ele pode contribuir para que este aluno permaneça na escola.

Quanto ao Enunciado Monitoria, como o curso é novo e esta era a primeira turma e não existiam estudantes habilitados a serem monitores no mesmo. O principal requisito para monitoria é já ter concluído a disciplina a ser ofertada e a sua seleção é a partir do desempenho acadêmico dos estudantes na mesma.

3.7 Fatores Institucionais Categoria Família

A Categoria família está entre os fatores Institucionais mais relevantes para que o estudante abandone ou tenha êxito no curso (RUMBERGER e LIM, 2008). A questão da escolaridade dos pais e a condição socioeconômica podem ter influência direta na decisão de evadir ou não.

QUADRO 10: Fatores Institucionais Categoria Família

RUMBERGER E LIM (2008)			ASPECTOS ENUNCIADOS	Nº DE SUJEITOS
FATOR	CATEGORIA	SUBCATEGORIA		
Institucional	Família	Composição	Socioeconômica	6
			Educacional	5
		Recursos	Dificuldades Financeiras	3

Fonte: Dados da pesquisa documental.

Os aspectos enunciados pelos estudantes da turma pesquisada na Categoria Família, Subcategoria Composição, encontramos menções à condição socioeconômica e educacional

que nos fazem lembrar os dados levantados na questão do perfil dos evadidos desta turma, em que identificamos uma condição socioeconômica desfavorecida para a maioria dos estudantes. As dificuldades financeiras e necessidade de trabalhar, apresentadas nos Fatores Individuais, corroboram com esses achados também na Subcategoria Recursos.

Para situação socioeconômica, diante dos dados encontrados, podemos afirmar que a pluralidade é constituída por pessoas em situação de vulnerabilidade, de acordo com os dados socioeconômicos apresentados na caracterização do perfil dos estudantes evadidos. Identificamos também, que poucos estavam exercendo atividade remunerada/profissional no momento da pesquisa. Dos que trabalham, muitos encontram dificuldades de conciliar a jornada diária de trabalho com estudos, pois em sua maioria exercem atividades profissionais acima de 20 horas semanais.

Quanto à residência, a maioria reside na cidade de Congonhas, seguido de um numero significativo de residentes da Cidade de Conselheiro Lafaiete e demais cidades da região. A maioria das residências é alugada. O número de pessoas por domicílio fica entre duas e cinco pessoas por residência.

No tocante ao perfil educacional dos pais, encontramos uma melhor escolarização dos pais do que das mães e uma maioria com até o ensino fundamental completo. Dos estudantes evadidos, a maioria cursou o ensino médio em escola pública.

As autoras Dore e Luscher (2011), acrescentam

Na perspectiva do indivíduo, o background familiar (nível educacional dos pais, renda familiar e estrutura da família) é, reconhecidamente, o mais importante fator isolado para o sucesso ou para o fracasso do estudante em algum ponto de seu percurso escolar. Outro fator que contribui para a evasão, relacionado a família e que tem sido muito enfatizado nas pesquisas, refere-se ao capital social, ou seja, à qualidade das relações que os pais mantem com os filhos, com outras famílias e com a própria escola (DORE; LUSCHER, 2011, p. 777).

Para Charlot (2000) existe uma correlação entre a posição dos pais e a posição dos filhos no espaço escolar, mas esta não é o único motivador para o abandono dos estudos por parte dos estudantes. O autor nos apresenta estas limitações ao dizer: “é verdade que o fracasso escolar tem alguma relação com a desigualdade social, mas isso não permite em absoluto dizer-se que a origem social é a causa do fracasso escolar” (CHARLOT, 2000, p. 24). A família tem sua

importância no processo, mas, a escola também deve estar atenta às questões sociais e econômicas de seu público alvo.

3.8 Fatores Institucionais Categoria Comunidade

Apesar de não termos identificado, nas falas dos estudantes, menções diretas ao Fator Institucional Comunidade, tecemos aqui alguns comentários e ele associados. Durante a implantação do Curso Técnico Subsequente em Mineração, de acordo com seu PPC (2014), a motivação principal foi à demanda local por profissionais ligados ao Eixo Tecnológico de Mineração, o curso foi criado visando ampliar esta oferta.

No entanto, não basta abrir vagas à esta formação, se não houver envolvimento da Comunidade. Nesse sentido para Oliveira (2016), o Sistema Educacional e as Instituições (Município, empresas, organizações sociais), devem assegurar a permanência e conclusão dos estudantes. Essa ação parte de uma Política Educacional mais ampla, que por ser concebida como uma demanda externa acaba não mobilizando e não se concretizando. A Instituição deve rever suas práticas, se “auto avaliar, rever concepções e paradigmas e lançar metas e estratégias que oportunizem a busca de sua eficiência acadêmica” (OLIVEIRA, 2016, p. 76).

Johann (2012) ressalta que devemos dar importância aos fatores tanto de ordem externa quanto interna à instituição de ensino, a combinação deles acaba por desencadear a evasão dos estudantes. Assim, “a evasão escolar não é um fenômeno provocado exclusivamente por fatores existentes dentro da escola, pelo contrário, a maneira como a vida se organiza fora da escola tem reflexos na conduta escolar e a combinação destes fatores acaba interferindo diretamente na evasão escolar” (JOHANN, 2012, p. 70-71).

Camargo (2011) traz em sua pesquisa o aspecto relacionado ao reconhecimento da importância da relação escola/comunidade, apresentando como imprescindível a relação da escola com as questões sociais na comunidade que esta inserida, não apenas do ponto de vista do ensino, mas da qualidade e potencialidade de sua transformação social.

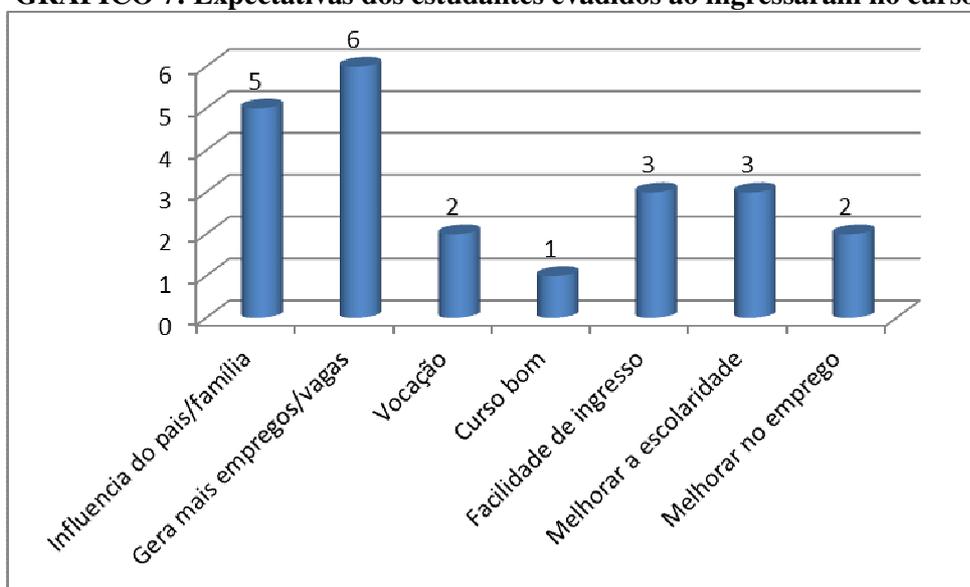
Acreditamos que a relação do estudante com a aprendizagem, com o curso e com a instituição escolar pode ser resultado das influências do meio em vive (comunidade), à escola e ao pertencimento do estudante (família), mas também são resultados das singularidades do indivíduo e da forma como este se mobiliza frente aos desafios. A articulação entre os

seguimentos da comunidade deve ser proposta pela escola, a busca por parcerias públicas e privadas pode melhorar significativamente o desempenho da instituição e, conseqüentemente, dos seus estudantes.

3.9 Expectativas dos Estudantes Evadidos quanto ao Curso Escolhido

Acreditando que a escolha do curso interfere diretamente nas questões individuais, fizemos a pergunta no questionário de aluno evadido sobre o que influenciou a decisão de fazer o curso técnico subsequente em mineração, obtivemos as seguintes respostas, conforme Gráfico a seguir:

GRÁFICO 7: Expectativas dos estudantes evadidos ao ingressarem no curso



Fonte: Dados da aplicação do questionário ao aluno evadido.

A expectativa dos estudantes evadidos, que responderam o questionário, ao iniciarem o curso, está concentrada majoritariamente na questão de trabalho/emprego. Ao somarmos os percentuais daqueles que disseram querer ingressar no mercado de trabalho (27,3%) com aqueles que disseram querer uma profissão (27,3%), somados a aqueles que disseram querer melhorar no emprego (32%) e ainda aqueles que disseram querer atuar na área (9,2%) encontramos um total de 95,7% de respostas associadas ao trabalho. Para Rumberger e Lim (2008) quanto mais altos os níveis de expectativas dos estudantes, mais chances de êxito ou fracasso escolar.

As expectativas depositadas por parte dos estudantes na realização do curso, é muito importante para o comprometimento que este assume frente às responsabilidades com os estudos. Expectativas e engajamento vão possibilitar um maior êxito dos estudantes nos cursos escolhidos.

Paradoxalmente, Neri (2009) nos chama atenção para que “As regiões com mais oportunidades atraem mais jovens para fora da escola. Ou seja, as chances de saída da escola aumentam à medida que aumentam também as possibilidades de trabalho”. (NERI, 2009, p. 48). A escola deve estar preparada para conseguir motivar este aluno a permanecer, e isto só será possível com estratégias e ações para prevenir a evasão.

Por vocação tivemos um total de 9,2%;pela qualidade do curso temos um percentual de 4,6%; por influencia dos pais ou família tivemos um percentual de 22,7%, este é um numero bastante considerável e que vem nos dizer sobre a influencia dos pais na decisão do jovem; para melhorar a escolaridade temos 14% dos respondentes; e, por fim, aqueles que disseram que a escolha foi pela facilidade de acesso ao curso com 14% dos respondentes, quanto a este ultimo motivo podemos associa-lo as falas das entrevistadas da gestão Luciana e Amanda, conforme segue:

Esta turma foi a primeira. No processo seletivo não foram preenchidas todas as vagas, então tivemos que realizar um edital de vagas remanescentes e a classificação foi por análise do histórico, então grande parte da desistência foram destas pessoas que não participaram do processo seletivo mesmo, ou seja, **eles não tiveram muito trabalho pra conseguir a vaga**, foi onde a gente viu um índice **entrou de uma forma mais fácil maior...** e o que todo mundo comenta é que foi em relação a isso o grande numero de desistências, , teve gente que nem veio assistir nenhuma aula, destas pessoas que entraram pela vaga remanescente. Não teve interesse. (Luciana, 2018, **grifo nosso**).

O curso Técnico em Mineração teve sua primeira turma em 2014.2 e o primeiro processo seletivo através de provas não obteve candidatos suficientes para cobrir o número de vagas ofertadas. A baixa procura obrigou a diretoria de ensino providenciar um edital de vagas remanescentes e como forma de ingresso optaram por avaliar o ensino médio dos candidatos. Muitos candidatos ingressaram no curso após muitos anos afastados dos estudos e **com interesse em outros cursos**, já que alguns foram reprovados no processo seletivo dos cursos desejados (Amanda, 2018, **grifo nosso**).

Portanto o ingresso no curso, de acordo com as entrevistadas, foi uma forma encontrada pelos estudantes de ingressarem na instituição de forma “facilitada”, o que pode ter contribuído para o desinteresse e desmotivação dos estudantes, muitas vezes relatado por eles durante a pesquisa. A entrevistada Amanda acrescenta que estes alunos podem ter ingressado no curso

com intenção de transferência interna, só que isso não ocorreu entre esses estudantes evadidos, de acordo com o Sistema Acadêmico, eles foram desligados e aparecem com o status “evadido”.

Com relação ao processo seletivo e ao desempenho da turma, a entrevistada Cristina afirma,

Nessa primeira turma, foi surpresa pra todo mundo, por ser a primeira, imaginávamos que fosse “bombar”, mas realmente desistiram muito no início, porque muitos desistem ao longo do curso, no subsequente pelo menos. Segundo período, terceiro é que eles abandonam, mas nesta turma foi bem no início mesmo (Cristina, 2018)

Depositou-se grande expectativa nessa turma, por ser a primeira mas, em algum momento no seu curso, perdeu-se a oportunidade de fazer algo para o êxito desses alunos. Nessa pesquisa, percebemos os anseios por melhores condições de vida e do trabalho, que não foram concretizados.

Quanto à interferência desse fracasso na vida dos estudantes, Azevedo (2011) evidencia as seguintes consequências: ocorrência de baixa estima, consolidação da desigualdade social, desqualificação e barateamento de mão de obra, estímulo a violência e prostituição, gravidez precoce, consumo de drogas, incapacidade para ingresso no mercado de trabalho e má qualidade de vida. Neste sentido é preciso estar atento ao aluno ao ingressar na instituição, pois, “para os que conseguem ultrapassar todas as barreiras e se matricular em um curso técnico resta ainda o desafio de superar condições nem sempre favoráveis à sua permanência na escola” (DORE & LUSCHER, 2011a, p.781).

3.10 A evasão na perspectiva dos estudantes evadidos

No sentido de descobrirmos como os estudantes evadidos, da turma pesquisada, percebem as ações da escola, foi perguntado a eles se a instituição poderia ter feito algo para que não abandonassem o curso, obtivemos as repostas na tabela a seguir:

TABELA 10: Ações da instituição que poderiam influenciar a decisão

Enunciados	Respostas	%
Não	9	40,5%
Fizeram mas não adiantou	1	4,6%
Aproveitamento de disciplina/equivalência	1	4,6%
Monitoria	3	13,6%
Não sei o que poderia ser feito	2	9,2%
Flexibilidade docente	1	4,6%
Talvez	2	9,2%

Auxilio Estudantil	1	4,6%
Esperar pela chegada do transporte público	1	4,6%
Mais disciplina nas aulas	1	4,6%
	22	100%

Fonte: Dados da aplicação do questionário aos evadidos.

Para nossa surpresa 40,5% dos estudantes evadidos afirmam que a instituição não poderia fazer nada que influenciasse sua decisão de abandonar o curso. 9,2% responderam não saber o que poderia ter sido feito; 9,2% respondeu que talvez mas, não entrou em detalhes nas respostas; 4,6% respondeu que a instituição fez, mas que não adiantou; 4,6% respondeu que deveria ter mais disciplina na sala de aula, o que reflete uma característica específica da turma; 4,6% informou que deveria esperar pela chegada do transporte coletivo ao campus, ao que parece professores realizam chamadas no início das aulas e assim, quem se atrasa e, função dos atrasos do transporte coletivo, acaba recebendo falta; 4,6% disseram que deveria haver mais flexibilidade por parte dos docentes; 4,6% disseram que deveria ter aproveitamento/equivalência de disciplinas; 4,6% responderam que deveria melhorar a assistência estudantil; e, por fim, 13,6% disseram que deveria ter monitoria. Esta última nesta turma realmente não ocorria, por ser a 1ª turma e não ter outros estudantes que já cursaram as disciplinas para serem monitores.

Todas as menções feitas pelos estudantes são ações que a Instituição tem como intervir e melhorar no processo educativo. Até mesmo na solução do problema do transporte coletivo, se a empresa prestadora de serviço alega não ter como mudar os horários de atendimento ao campus, a escola pode tentar readequar o horário de início das aulas. Isso possibilitaria uma acentuada redução de reprovações por frequência.

Pedimos aos estudantes que deixassem críticas ou sugestões para a melhoria do curso e obtivemos uma crítica do aluno E011 que pontou “o curso é muito difícil”; 07 (sete) respondentes não quiseram opinar; 02 (dois) deixaram elogios informando que “o curso é muito bom” e “o curso melhorou”. No quadro abaixo descrevemos as respostas obtidas.

QUADRO 11: Críticas e Sugestões apresentadas pelos estudantes

ALUNO	CRÍTICAS OU SUGESTÕES
EE01	O curso poderia focar mais na área de pesquisa
EE02	Parabenizar pelo trabalho de vocês. Ensino de ótima qualidade!
EE03	Acho que as coisas mudaram de quando eu iniciei pra cá, a crítica q eu poderia fazer, como vejo, o campus já resolveu.

EE04	Só acredito que poderiam ter acompanhado mais de perto nossas dificuldades
EE05	Poderia fazer uma revisão do que foi ensinado no ensino médio, antes de começar com as matérias mais difíceis.
EE06	É muito difícil
EE07	Não, só acho que deveria ter outros tipos de curso técnico.
EE08	Talvez ouvir mais o aluno e olhar o lado dele
EE09	Não
EE10	Professor entender mais o lado do aluno trabalhador
EE11	Poderia revisar as matérias do ensino médio, mesmo que fosse rápido, pra gente ter como lembrar o que aprendeu
EE12	Não
EE13	Acho que acompanhar mais de perto talvez seja uma das soluções, olhar mais para o curso subsequente a gente ficava muito abandonado pela escola
EE14	Converso com umas pessoas que estudam lá e parece que o curso melhorou bastante, os professores são mais legais, acho que já melhorou
EE15	Mais aproximação com os alunos
EE16	Não
EE17	Acho que deveria ser mais prático do que teórico, seria mais proveitoso
EE18	Só acho que poderia ser mais prático, com mais visitas técnica e aulas de laboratório
EE19	Não. O curso deve preservar a qualidade
EE20	Não
EE21	Não
EE22	Acho que o curso é muito bom

Fonte: Dados levantados no questionário aplicado aos estudantes evadidos.

As respostas obtidas mostram pontos que foram levantados no Modelo conceitual adotado para análise desta pesquisa. A maior parte dos enunciados referem-se problemas ligados a dificuldades de aprendizagem, distanciamento entre teoria e prática e relações com professores. Outro ponto que percebemos ter sido muito apresentado é a questão do acompanhamento individualizado do estudante, apesar de ser um curso de adultos, essas falas nos mostram uma dependência de apoio por parte dos professores e da Instituição.

A avaliação do curso por parte dos respondentes foi extremamente positiva, o que reflete na questão de credibilidade e qualidade do ensino da instituição, foram 95,7% de respostas entre “muito bom” e “excelente”, as demais ficaram com avaliação “bom”, não havendo avaliações negativas.

Ao perguntarmos se os estudantes deram continuidade aos estudos, identificamos apenas dois respondentes que disseram estar fazendo um curso superior e dois estão fazendo outro curso técnico. Os demais estudantes (dezoito deles) continuam no mesmo nível de ensino que tinham ao ingressarem no curso, o Ensino Médio. Quando perguntamos se gostariam de

retomar o curso para concluí-lo, dez estudantes disseram que sim e nove não tem pretensão de retornarem. Os demais, três estudantes, não quiseram se manifestar.

3.11 Estratégias da Instituição para redução da evasão

De acordo com a Instituição a melhor estratégia para reduzir a evasão e de dedicar à permanência dos estudantes: “seria a permanência e não depois que saírem, depois que você desiste, o voltar é mais complicado” (Cristina, 2018). Com base nessa fala, distinguimos as demais que se referem exclusivamente a estratégias utilizadas pela instituição e as trazemos aqui para uma melhor compreensão.

O NAD com as medidas propostas na época de sua implantação poderia alcançar bons resultados, pois as reuniões eram produtivas e obrigava ações concretas para demonstração de resultados nos próximos encontros (Amanda, 2018).

Este Núcleo é responsável pelo acompanhamento dos índices de evasão, entre outras atribuições. Destaco que é também uma de suas atribuições, propor políticas de inclusão para o Campus Congonhas. Portanto, um mecanismo de apoio à gestão, de extrema importância diagnosticar, acompanhar e melhorar o processo de ensino aprendizagem.

Algumas ações são descritas no trabalho de Oliveira *et al* (2015) tais como: monitoramento e enfrentamento permanente da evasão, elaboração de projeto pedagógico adequado, revisão da prática pedagógica docente, melhorar a infraestrutura do campus, acompanhamento pedagógico e interação com os coordenadores e secretários. A forma de monitoramento utilizada pela Instituição é descrita a seguir:

Geralmente olhamos a frequência do aluno, começa por aí. A partir do momento que percebemos que o aluno ta faltando muito é por aí que começa. Quando o aluno não renova a matricula, ou é reprovado por frequência, e não renova a matricula, eu sei que tem casos, em que a secretaria sempre tenta ligar pra ver porque o aluno não renovou e tem casos que mesmo fora do prazo o aluno acaba renovando e tem casos que realmente o aluno desiste, abandona. Vai ter casos que o abandono é um sinal de evasão e a gente tenta antes disso, mas tem muitos casos que o aluno renova a matrícula e acaba desistindo (Cristina, 2018).

Na fala da entrevistada Luciana, este monitoramento ocorre da seguinte forma:

Tem também o aluno que a gente entra em contato pra ver o porquê que ele saiu e se for por um problema financeiro agente encaminha pra assistência estudantil, às vezes tem problema com professor a área pedagógica intervém, talvez isso também com quem abandonou de repente faria este aluno voltar. Seriam estas ações que eu falei mesmo, a gente tenta de toda maneira fazer o aluno não abandonar, fala com ele pra trancar e pensar direito né, como ele pode trancar por dois semestres, as vezes é questão de saúde do aluno ou de alguém da família, até quando é no primeiro período a gente pede ao colegiado pra aceitar o trancamento, assistência estudantil dentro do possível procura ver se tem alguma bolsa reserva, tem aluno que precisa também do atendimento do psicólogo e é encaminhado, pelo menos os que procuram tem esse atendimento (Luciana, 2018).

Esta ação também é confirmada pela entrevistada Amanda,

No setor da secretaria acadêmica são realizados levantamentos semestralmente dos alunos que não realizaram a renovação da matrícula. Após esse procedimento entramos em contato com os possíveis evadidos para verificar a possibilidade da retomada dos estudos. Acredito que é uma boa medida, porém necessitamos de mais ações que possibilitem a permanência desses alunos (Amanda, 2018).

Essas ações são desenvolvidas por iniciativas própria das servidoras, não existe uma política da Instituição para sistematizar este monitoramento. Sendo realizado desta maneira, nos deixa com a dúvida da perenidade desta ação, se os servidores hoje envolvidos nos processos de acompanhamento da evasão, amanhã saem da Instituição, o que assegura que será uma ação permanente? Que garantia pode ter para que os novos servidores assumam também esta atribuição extra?

Para Dore e Lüscher (2011), a melhor estratégia para as políticas de controle da evasão é a prevenção, pois se os estudantes em situação de risco de evasão forem identificados antecipadamente, é possível buscar soluções para o problema antes que ele se manifeste.

Dore e Luscher (2011) relatam que na perspectiva institucional aspectos relevantes na composição do corpo discente, recursos escolares, características estruturais, os processos e práticas escolares e pedagógicas. “Cada um desses fatores desdobra-se em muitos e, no conjunto, compõem o quadro escolar que pode favorecer a evasão ou a permanência do estudante” (Dore e Luscher, 2011, p. 777).

3.12 Sugestões apontadas pela Instituição

Foram apontadas, pelos estudantes, dificuldades de aprendizagem relacionadas a disciplinas do Ensino Médio, ao que se refere a esta menção localizamos na entrevista de Luciana uma sugestão para tentar amenizar o problema,

A disciplina de nivelamento, como matemática e física, que são as disciplinas que fazem bastante falta pra eles, seria um nivelamento antes, pois eles entram e já tem a disciplina aplicada que não supri a deficiência que traz (Luciana, 2018).

Lembrando que esta mesma sugestão foi apresentada pelo estudante EE05, quando discutimos os fatores individuais no Modelo Conceitual de Performance Escolar. Essa demanda foi identificada na fala da instituição,

Temos também, eu acho que falta, temos poucos projetos, uma hora é professor, outra hora é servidor, vai lá e faz um projeto que tenta ajudar nestas questões de dificuldades nas disciplinas de matemática, química ou escrita, mas são só projetos que não necessariamente obrigatórios e não ocorrem todo o ano, eles ajudam naquele período aqueles alunos que estão ali. São coisas que ajudam, a gente ouve tenta resolver, quando possível (Cristina, 2018).

De acordo com a fala de Cristina, deveria existir um maior número de projetos que contemplassem este nivelamento de disciplinas. Essa defasagem foi comprovada pela Instituição, mas, no entanto, não se tem trabalhado para amenizar ou solucionar este problema que se repete a cada semestre com a chegada de novos alunos. A entrevistada Cristina, acrescenta:

Vai bem dentro dos limites, o que a área pedagógica pode, aqui é aonde os alunos mais vem e falam realmente o que estão passando. Temos também o psicólogo, os cursos noturnos eu sei que eles procuram muito, o noturno é o que mais procura. Temos até questões de saúde, alguns alunos que chegam não sei se por causa da fadiga do trabalho, que passam mal, e isso também ajuda. Eu acho que a questão do suporte mesmo, de ouvir, tentar no que for possível aqui agente até tenta. A gente ouve e tenta ajudar enquanto instituição (Cristina, 2018).

Nos relatos dos gestores, vimos que houve um esforço da instituição para buscar alternativas que garantissem a permanência do aluno, seja do ponto de vista do apoio pedagógico aos que apresentavam problemas de aprendizagem dos conteúdos, seja acompanhamento psicológico dos que demonstrava não se adaptar à escola, seja por busca de apoio financeiro aos estudantes por meio do direcionamento para o auxílio estudantil. Enfim, nos casos identificados pela instituição houve uma mobilização para a tentativa de impedir que este

aluno abandonasse a escola, contudo essa mobilização não foi suficiente para mudar a decisão dos estudantes.

Quanto à identificação de possíveis equívocos no currículo, mais precisamente nos conteúdos das disciplinas técnicas, houve uma alteração por parte da coordenação do curso, de acordo com a entrevistada Luciana:

Para 2019 foram alteradas algumas disciplinas na matriz, foram inseridas disciplinas que são necessárias para o curso pra região, umas foram extintas e feitas alterações nas ementas. Porque os alunos estavam tendo esse desinteresse porque eles viam a disciplina com um professor e mais pra frente via novamente no próximo modulo o mesmo conteúdo em outra disciplina, então acredito que com essas mudanças que eles fizeram no curso agora, talvez isso melhore. Está se criando até uma regra no horário agora, uma instrução normativa pra que não aconteça este tipo de situação o professor dar todas as aulas da noite ou dar 3 aulas seguidas, a menos que seja disciplinas de aula prática que realmente necessita. Talvez estas ações que foram tomadas pra 2019, de repente diminuam a evasão nos cursos subsequentes, ou que melhore o curso (Luciana, 2018).

Conforme dito pela entrevistada Luciana, o fato deste desencontro das disciplinas estava acontecendo desde a primeira turma (segundo semestre do ano de 2014), foi preciso perceber que algo estava errado com o curso, a partir do esvaziamento das turmas e reclamações dos estudantes, para que a coordenação realizasse este levantamento interno. Por este e outros motivos, é que se torna necessário dar voz aos estudantes e ouvir suas reclamações.

Outra medida citada pela entrevistada Luciana, é o fim dos Estudos Orientados, passando a funcionar da seguinte forma:

A questão dos estudos orientados no curso subsequente não existe mais, a matrícula é por disciplinas, então o aluno ele tem que realmente cursar a disciplina, ele tem a opção se for reprovado vai pro próximo modulo ou faz as disciplinas regulares ou escolhe disciplinas de módulos diferentes, pode optar por pagar a que ele ficou devendo (em caso de reprovação) ou ir pra frente e pagar ela depois, agora tem que realmente cursar a disciplina. Isto ajuda porque o aluno vai montar sua grade de acordo sua necessidade, tem a opção de trancar uma disciplina que ele não tá indo bem, porque antes não podia, ele ficava reprovado e trancava o modulo, agora ele tem opção de trancar só aquela disciplina então se ele começar a cursar uma disciplina e comece com uma escala mais fixa, principalmente disciplina que tem muitas aulas, acontece algo no trabalho que tenha que mudar a escala no meio do caminho. Ele tem essa opção de se dedicar somente pra algumas disciplinas que não vai perder, porque antes ele não podia abandonar a disciplina porque a frequência era global e então com isso se ele ficasse reprovado por frequência naquela disciplina, ele ficava reprovado em tudo e era obrigado a continuar a vir ou abandonava (Luciana, 2018).

Portanto a partir de 2019, as matrículas dos cursos subsequentes são por disciplinas e não mais módulo fechado. O aluno tem a opção de escolha daquela disciplina que pretende cursar, obedecendo sempre aos pré-requisitos, quando estes existirem para alguma disciplina.

A entrevistada Cristina apresenta ainda algumas sugestões que podem ser pensadas e desenvolvidas em conjunto pela instituição:

Acho que todo curso não só o curso de mineração, quem é da área são os principais envolvidos, eles tendem, a vender bem o peixe ou não. Quando eles, tanto **na época do vestibular quanto processo seletivo, nessa época de entrada que você tem que divulgar, quando o aluno chega, tem que mostrar a importância deste curso**, porque não adianta os servidores técnicos ou outros professores de outras áreas, tentarem procurar ajudar a melhorar se a própria área não demonstra que aquele curso é importante, que ele pode dar futuro para o aluno, um futuro bom, que ele é legal, tentar motivar, porque **se a pessoa escolheu aquele curso ele tem uma visão, se ele chega aqui com muita expectativa e esta expectativa é cortada, ele tem uma tendência enorme de evadir** e não vai ter meio nenhum que faça ficar, ainda mais em uma época quando se fala em crise. Então acho que a própria área, principalmente, deveria abraçar mesmo o curso e tentar agarrar o aluno aqui na maneira melhor possível (Cristina, 2018).

Para esta entrevistada o processo de motivação dos estudantes deve iniciar com o próprio processo seletivo, com apresentação melhor sobre os cursos ofertados. O estudante ao ingressar deve conhecer qual a sua perspectiva para área de atuação, quais são os itinerários formativos propostos para o curso, quais as habilitações possíveis e as especializações que ele poderá cursar para melhoria do seu perfil profissional. Se o estudante ingressante vem em buscar de conseguir ingressar ou melhorar no mundo do trabalho, essas informações fariam toda a diferença na tomada de decisão para escolha de sua formação.

A recepção a estes alunos também se torna ponto crucial para obter mais motivação e engajamento. Ao matricular-se o estudante preenche um questionário no qual é possível detectar sua condição acadêmica e socioeconômica, o perfil do ingressante pode ser montado nesse momento e, a partir de então, monitorar aqueles que se enquadram na condição de propenso a evadirem.

Percebemos na fala da entrevistada Amanda, que houve uma melhora no curso de diversas formas,

Apesar do histórico da primeira turma, o curso apresentou evolução. É um curso concorrido em comparação com os outros cursos técnicos subsequentes, **a maioria dos alunos consegue estágio nas mineradoras da região** e hoje apresenta baixa evasão (Amanda, 2018).

O fato de o curso apresentar uma boa aceitação nas empresas da região, para estágio, é um atrativo para os estudantes. Estas parcerias devem ser reforçadas e divulgadas amplamente na Instituição. Temos um perfil acadêmico de estudantes em vulnerabilidade social, que buscam o primeiro emprego ou melhoria profissional, o curso Técnico pode ser um meio de possibilitar essa ascensão almejada pelo estudante.

Diversos dos problemas ligados aos Fatores Institucionais e enunciados pelos estudantes no questionário, são apresentados como tentativas da instituição para prevenir a evasão, contudo, sem sucesso no caso estudado. No entanto, lembramos que, segundo as pesquisas de Rumberger e Lim (2008) a evasão é um acontecimento que envolve diversas categorias e subcategorias ligadas ao estudante, a escola e a comunidade. A evasão não ocorre de forma isolada, ela é um somatório destes fatores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objeto de estudos a Evasão no Curso Técnico Subsequente em Mineração do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG, Campus Congonhas, turma ingressante no segundo semestre do ano de 2014, sendo ela a primeira turma nesta modalidade. Chamou-nos a atenção altas taxas de evasão observadas logo no início da turma, no Módulo I saíram dezenove estudantes, o que corresponde a 80% do total da turma.

Para realizarmos esta investigação utilizamos dados do sistema acadêmico, análise documental, aplicação de questionário aos estudantes evadidos e entrevista semiestruturada com os responsáveis pela gestão acadêmica no campus. Buscamos estabelecer um diálogo com diversos autores, para entendermos melhor a questão da evasão na Educação Profissional, para ampliarmos nossa visão sobre esse fenômeno que atinge todos os níveis da Educação Brasileira.

Visando dar uma sequência lógica para melhor compreensão desta pesquisa, dividimos em três capítulos. No Capítulo I, realizamos uma breve contextualização da Evasão, dando ênfase à Educação Profissional, trazendo também as principais políticas públicas para esta modalidade de ensino. No Capítulo II, realizamos o delineamento da pesquisa, trazendo suas perspectivas metodológicas e sua qualificação como pesquisa qualitativa. Apresentamos o IFMG Campus Congonhas e sua inserção local e, em seguida, apresentamos os instrumentos a serem utilizados e explicitamos o Modelo Conceitual de Performance Escolar de Rumberger e Lim (2008), sobre o qual iremos aplicar e tratar os dados obtidos.

No Capítulo III, e último da pesquisa, apresentamos o Curso Técnico em Mineração com ênfase na implantação da modalidade subsequente, sua constituição e funcionamento. Após essa apresentação, trazemos a caracterização de dados básicos dos estudantes do curso para, em seguida, caracterizamos o perfil do estudante evadido. Por fim, damos início a avaliação dos Fatores Individuais e Institucionais de acordo com o Modelo selecionado para análise. E assim fomos construindo essa pesquisa.

Para definirmos o grupo de estudantes, realizamos uma pesquisa no sistema acadêmico, verificando o quantitativo de evadidos na turma e encontramos um total de 28 estudantes. Analisando com mais proximidade, encontramos uma razão entre o sexo masculino e sexo feminino, que se dividia igualmente. Para a questão da idade, prevalecia um público

razoavelmente jovem. O perfil jovem condiz com os achados relacionados ao estado civil, predominante de solteiros. Na condição socioeconômica, identificamos que os estudantes se encontram em um perfil de vulnerabilidade econômica e social, que residem em moradias alugadas ou cedidas. Quanto à escolaridade dos pais, identificamos uma maior escolarização do pai. Os estudantes evadidos, em sua maioria, são oriundos de escolas públicas. Quanto ao rendimento escolar dos estudantes no curso técnico em mineração, identificamos altas taxas de reprovação nos módulos, que podem estar diretamente ligados à evasão.

O questionário foi enviado por e-mail, aos 28 estudantes evadidos, e retornaram 22 respondentes. Fizemos o contato por telefone com os estudantes que não responderam, porém os mesmos se recusaram a participar da pesquisa.

Foram entrevistadas 03 servidoras do campus que fazem parte da equipe de gestão acadêmica e pedagógica que receberam os codinomes de Cristina, Luciana e Amanda, para preservar suas identidades. As entrevistadas mostraram que o acompanhamento dos índices de evasão não é realizado pelo campus. A Reitoria realiza o levantamento destes dados e encaminha para a Direção de Ensino dos Campi, que fazem os devidos encaminhamentos no campus. Portanto, a evasão é detectada apenas quando ela já se efetivou e o estudante não mais retorna para a Instituição. Percebemos que os setores de registro acadêmico e pedagógico, tentam prevenir o fenômeno antes que ele ocorra, mas sem sucesso e de uma forma isolada e não como parte de uma política da Instituição.

Na aplicação do Modelo Conceitual, a identificação dos fatores motivadores da evasão, foi considerada a menção explícita, a determinado fator nas falas dos estudantes. Quantificamos as incidências nas falas, com o intuito de mapear a frequência que ele ocorria, identificando assim o número de menções a tal fator.

Iniciamos a análise pelos **Fatores Individuais Categoria Atitude**, na qual encontramos as subcategorias: Objetivos, Valores e Autopercepção. Na Subcategoria Objetivos, identificamos motivadores como dificuldades financeiras, falta de vocação e a opção por trabalhar ao invés de estudar. Essa opção pelo trabalho condiz os achados de situação socioeconômica desfavorável, dos estudantes analisados. Na subcategoria Valores, o destaque foi para dificuldades de relacionamento com colegas e com professores. Para a Subcategoria Autopercepção, encontramos menções à falta de vocação, desinteresse, cansaço, mudança de nível de ensino e um grande número de enunciados reportando a dificuldades de aprendizagem. Essa dificuldade pode estar relacionada a defasagem de aprendizagem,

identificada também pela gestão, que apresenta juntamente com os estudantes, sugestão de disciplinas de nivelamento para sanar tal dificuldade.

Nos **Fatores Individuais Categoria Comportamento**, encontramos subcategorias como: engajamento, relações com os colegas, relações com professores, relação com a turma e emprego (aqui ligado ao trabalho). No que diz respeito ao engajamento, foram encontradas menções ao desinteresse, dificuldades de aprendizagem e faltas ou atrasos nas aulas. Esse último, citado por estudantes que afirmaram não coincidir o horário escolar com o do transporte coletivo, no qual devemos considerar também a distância do campus do centro da cidade (6 Km). Na subcategoria de das relações com colegas e professores, surge o enunciado falta de cooperação e apoio. Já para a subcategoria relação com a turma, surge o fato de a turma ser de muita conversa e bagunça, o que comprova o desinteresse. Na subcategoria emprego, constatamos que a jornada de trabalho, de todos os estudantes, é superior a 20 horas semanais.

Para os **Fatores Individuais Categoria Background**, encontramos a subcategoria Demografia como motivador para a evasão, o fato de morar longe da escola e do não atendimento do transporte público aos estudantes que dele dependem. Identificamos que os horários do transporte coletivo público para o campus, não atendem ao horário de início das aulas (18h:30min), o que dificulta a chegada a tempo para o primeiro horário e estes acabam recebendo faltas nas chamadas realizadas pelos professores.

Nos **Fatores Individuais Categoria Performance Escolar**, encontramos o maior motivador para a evasão da turma do segundo semestre do ano de 2014. Na subcategoria desempenho, encontramos os motivadores retenção e reprovação, como preponderantes. Percebemos que as reprovações causaram nos estudantes frustrações e baixa autoestima. As reprovações e retenções, nesta pesquisa, estão associadas ao baixo desempenho dos estudantes nas disciplinas que dependem dos conteúdos da área de ciências exatas, abordados no Ensino Médio.

Para os Fatores Institucionais foram avaliadas três categorias: Escola, família e Comunidade. Nos **Fatores Institucionais Categoria Escola**, encontramos na Subcategoria Práticas as menções ligadas à indisciplina, método de ensino rigoroso, necessidade de acompanhamento dos estudantes, mais aulas práticas e visitas técnicas. A questão de aulas práticas, também é reforçada no discurso da Instituição, onde uma das entrevistadas diz acreditar que “por a mão

na massa” pode tornar o curso mais atrativo. Para a Subcategoria Estrutura, aparece a questão do currículo rígido e não existência de aproveitamento de disciplinas. Foram identificadas pela Instituição, falhas em algumas disciplinas, os conteúdos da área técnica, eram cursados e que depois, em outros módulos e diferentes disciplinas, eles se repetiam. Essa descoberta se deu em função de reclamações dos estudantes, o que nos leva a acreditar que o processo de interlocução com os estudantes deve ser constante, pra melhoria do processo educativo. Quanto a equivalência de disciplinas, o campus não realiza, a queixa do estudante procede.

Na Subcategoria Recursos, foram identificados como motivadores a ausência de monitoria e da assistência estudantil. A monitoria não era possível nesta turma, em função de ser a primeira e não ter aluno apto a assumir tal atividade. Quanto a assistência estudantil, foi caracterizada pelos estudantes, como um processo burocrático e de difícil participação, fato confirmado pela Instituição ao afirmar que muitos desistem por não saberem como solicitar este auxílio.

Os **Fatores Institucionais Categoria Família**, foram destacadas as subcategorias Composição e Recursos. Ambas convergem para as questões apresentadas no perfil socioeconômico e educacional da família dos estudantes evadidos, corroborando também com os achados da categoria individual, no qual foram detectadas dificuldades financeiras e a necessidade de trabalhar. O fator família é considerado um dos mais importantes para o fracasso ou êxito dos estudantes. Quanto ao grau de instrução dos pais, encontramos uma escolaridade média de ensino fundamental completo, o que pode favorecer a decisão do estudante em evadir ou permanecer. Não identificamos relação entre a evasão e o fato de ter que cuidar dos filhos, nesta pesquisa.

Os **Fatores Institucionais Categoria Comunidade**, não encontramos enunciados diretamente ligados a ela mas, podemos salientar que, nela se aplicam as questões apontadas como demanda profissional na área da mineração, parcerias com empresas para estágios e visitas técnicas e articulação com o município no sentido de resolver o problema do transporte coletivo municipal. Essas questões são reflexos das relações construídas entre comunidade/escola e que repercutem diretamente na ação educativa.

Podemos concluir em nossa pesquisa, que a turma do segundo semestre do ano de 2014, possuía todos os requisitos favoráveis à evasão. Os estudantes foram motivados à evasão, por Fatores Individuais e Fatores Institucionais. Os individuais são aqueles ligados ao estudante

como: classe econômica desfavorável, defasagem de aprendizagem, dificuldades de transporte, dificuldades financeiras, necessidade de trabalhar, reprovações, desinteresse e falta de vocação para o curso escolhido. Os fatores institucionais estão ligados à instituição e as relações e práticas ali constituídas, como: currículo rígido, ausência ou ineficácia do atendimento ao estudante, inflexibilidade docente, horário de início das aulas, assistência estudantil de difícil acesso, entre outras.

Considerando a evasão como fenômeno multicausal, confirmamos aqui que, um somatório de fatores individuais e institucionais possibilitou a saída dos estudantes avaliados na turma do segundo semestre do ano de 2014, Curso Técnico em Mineração, do campus Congonhas.

Destacamos como facilitador dessa pesquisa, o fato da pesquisadora ter facilidade de acesso aos dados do sistema acadêmico do campus, em função de sua atuação profissional no mesmo. Outro facilitador foi a delimitação da pesquisa para o Curso Técnico Subsequente em Mineração, em sua primeira turma nesta modalidade. Essa foi uma oportunidade de detectar possíveis indicadores de evasão no citado curso.

Enfrentamos algumas dificuldades e, a principal delas, foi a dificuldade de aplicar o Modelo Conceitual sem perder de vista as questões ligadas aos estudantes, como por exemplo, a menção apresentada por um estudante de “ficar com fome” nas aulas, na qual tivemos que considerar como dificuldade financeira. Outra dificuldade encontrada foi a de contactar alguns estudantes para responderem ao questionário, seis deles se recusaram a responder, mas não comprometeu o resultado em função de termos uma parcela significativa de 78% dos estudantes evadidos que responderam.

Temos a certeza que este assunto não esgota aqui, mas, nos dedicamos a trazer o máximo possível de informações que podem dar origem a outros debates. A exemplo disso, sugerimos que seja pensado em um estudo inverso ao proposto aqui, o porque dos sete estudantes concluírem com êxito o curso: diante de tantas condições favoráveis à evasão, o que realmente motivou a permanência e êxito destes estudantes?

Outro estudo que seria interessante, a nosso ver, seria uma comparação entre os demais cursos técnicos subsequentes, estabelecendo uma correlação entre a evasão e permanência entre os cursos de Edificações, Mecânica e Mineração do Campus Congonhas. Da mesma forma que seria interessante realizar um trabalho em que pudesse ouvir o egresso e as contribuições que esta formação trouxe para sua vida acadêmica, social e profissional.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Gil Emerson Lima. **Permanência e evasão do aluno universitário: estudo da experiência do Centro Universitário São Camilo, São Paulo, à luz da Bioética**. 2012. Dissertação (Mestrado em Bioética) - Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2012.

ALMEIDA, E. E. de; SOUZA, Vanda Lúcia de Batista dos Santos; DINIZ, Adriana Valéria Santos. **O enfrentamento da evasão escolar no planejamento institucional do IFPB**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 256.

ALMEIDA, Ledir Júnior de. **A evasão escolar no Programa SENAC de Gratuidade (PSG): um estudo de caso no Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **Usos e abusos dos estudos de casos**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 637-651. set./dez. 2006.

ALVES-MAZZOTTI, A. J., GEWANSZDNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisas quantitativas e qualitativas**. São Paulo: Pioneira, 1998. v. 1. 203 p.

ANDRADE, R. de C. de A. et al. **Evasão na educação profissional técnica de nível médio do CEFET-MG: um estudo de caso**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 138.

AQUINO, Rafael Norberto de. **Aspectos Psicossociais da Educação Ambiental no curso Técnico em Agropecuária do Câmpus Colorado do Oeste - RO**. 87 folhas. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, UFRRJ/PPGEA, 2012.

ARAÚJO, C. F. de; SANTOS, R. A. dos. **A educação profissional de nível médio e os fatores internos/externos às instituições que causam a evasão escolar**. In: INTERNATIONAL CONGRESS ON UNIVERSITY - INDUSTRY COOPERATION, 4, Taubaté, 2012. Disponível em: <<http://www.unitau.br/app/webroot/unindu/artigos/pdf525.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

ARAÚJO, Cristiane Ferreira de. **A evasão na educação profissional de nível técnico: um estudo realizado com base na trajetória escolar e no depoimento do aluno evadido**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano: formação, políticas e práticas sociais) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2013.

ARAÚJO, E. de J. M. **Evasão no PROEJA: estudo das causas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/IFMA – campus Monte Castelo**. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

ARROYO, Miguel G. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997 (Coleção Educação popular – nº 8).

ARROYO, Miguel G. **Fracasso-Sucesso: O Peso da Cultura Escolar e do Ordenamento da Educação Básica**. Em Aberto, Brasília, ano 11, n.53, jan./mar. 1992. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/793/712>. Acesso em 29 de jul. de 2018.

ARROYO, Miguel G. **Fracasso-sucesso: O peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica**. In: ABRAMOWICZ, Anete; MOL, Jaqueline. Para além do fracasso escolar. São Paulo: Papirus, 2002, 5ª Edição, cap. 1 pag. 11 à pag. 26.

ARROYO, Miguel G. **Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1075-1432, 2010.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Educação e exclusão da cidadania**. In BUFFA, Ester. Educação e cidadania: quem educa o cidadão. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

AZEVEDO, Francisca Vera Martins de. **Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Expedito Alves”**. 2011. Disponível em: http://webservice.falnatal.com.br/revista_nova/a4_v2/...Acesso em: 11 ago. 2017.

BARBACOVÍ, Lecir Jacinto. **O professor da Educação Profissional e a conectividade orgânica entre formação e prática docente: Um estudo do IFET sudeste de Minas Gerais**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BARLEM, Jamila G.T.et al. **Opção e evasão de um curso de graduação em Enfermagem: percepção de estudantes evadidos**. In: revista Gaúcha de Enfermagem. Porto Alegre., v. 33, n. 2, p. 132-138, jun. 2012.

BASSO, Cláudia. **Aspectos pessoais e contextuais favoráveis à permanência de estudantes em cursos técnicos do PRONATEC**. Tese (Doutorado Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BEATRICI, Alexandra Ferronato; GALLINA, Franciele Silvestre. **Um olhar sobre a evasão escolar: do capital cultura à relação com o saber**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL - ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. Anais do X Anped Sul. Florianópolis: UDESC, 2014. Disponível em: <<http://xanpedsul.faed.udesc.br> > Acesso em: 10 jul. 2017.

BORGES, Sandra Marques. **Fatores determinantes da evasão escolar no ensino superior: o estudo de caso do ILES/ULBRA de Itumbiara**. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional) – Faculdades Alves Faria, Goiânia, 2011. Disponível em: <www.alfa.br>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Trad. Reynaldo Bairão. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRANDÃO, Zaia et al. **O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil**. In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 64, nº 147, maio/agosto 1983, p. 38-69.

BRASIL. **Documento Orientador Para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica** – MEC. Brasília, DF: 2014.

BRASIL. Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, DF: 29 de dezembro de 2008.

BRASIL. **Acórdão nº 506/2013** – TCU – Plenário, de 13 de março de 2013. Brasília, DF. Disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/Relatorio%20de%20Auditoria%20-%20Educacao%20Profissional.pdf. Acesso em: agosto 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.portal.mec.gov.br/setec/dec5154_23jul04/. Acesso em: 30/08/2017.

BRASIL. Decreto nº. 2.208 de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts.39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.portal.mec.gov.br/setec/dec2208_17abr97/. Acesso em: 30/08/2017.

BRASIL. **Diagnóstico e Diretrizes da Política Institucional para a Permanência e o Êxito dos Estudantes**. IFMG, 2017. Disponível em: <https://www2.ifmg.edu.br/portal/links/relatorio-evasao-completo-rev6.pdf>. Acessado em 10/11/2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2013**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 06/09/2017.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 25/08/2017.

BRASIL. Resolução no 6, de 20 de setembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Diário Oficial da União. 20 set. 2012, Sec. 1, p. 22.

BRUNO, E. e ABREU, L. **O coordenador pedagógico e a questão do fracasso escolar.** In: ALMEIDA, L.; PLACCO, V. (orgs). O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade. São Paulo: Loyola, 2006.

CAMARGO, Douglas B. **Evasão escolar na primeira série do ensino médio: desafios e superações.** Dissertação apresentada ao programa de mestrado em educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Santa Catarina, 2011.

CANÁRIO, R. **A escola: das “promessas” às “incertezas”.** Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 12, n.2, p.73-81, maio-ago./2008. Disponível em: revistas.unisinos.br/index.php/educação/ article/viw/5309/2556 Acessado em 22/08/2017.

CASTRO, T. L. de; DORE, Rosemary. **Evasão nos cursos de licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 160.

CASTRO, Tatiana Lage de; DORE, Rosemary. **Evasão nos cursos de licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 160.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira?** Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 247-270, 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber. Elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CHARLOT, Bernard. **Entrevista com Bernard Charlot à jornalista Daniela Arbex.** Educ. foco, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 213-220, set 2009/fev 2010.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

COELHO, Alexsandra Joelma dal Pizzol. **Permanência e abandono escolar na educação profissional: um estudo sobre instituições federais de Joinville e Jaraguá do Sul.** Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras – ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas.** Out. 1996.

COSTA, M. C. F. da S.; SOEIRA, Elaine dos Reis; BRASILEIRO, Reina Maria de Oliveira. **A evasão estudantil nos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Alagoas: a formação docente em questão.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. Anais do IV Colóquio

Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 23.

COSTA, Maria Adélia. **Políticas de formação de professores para a educação profissional: realidade ou utopia.** 1. ed. – Curitiba–PR, Apris, 2016.

COSTA, T. M. de A.; SILVA, I. C. de S. **Licenciaturas em química do IFG campus Uruaçu: a voz dos que optaram por evadir.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 236.

CRUZ, Anderson Paulo da. **Evasão nos cursos técnicos profissionalizantes: uma análise das principais causas e identificação de perfil dos alunos evadidos no SENAC Sete Lagoas.** Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2013.

CUNHA, Aparecida Miranda; TUNES, Elizabeth e SILVA, Roberto Ribeiro da. **Evasão do curso de Química da Universidade de Brasília: a interpretação do aluno evadido.** *Quim. Nova*, Vol. 24, No. 1, p. 262-280, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v24n2/4291.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

DELLORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortez, 1998. Apud DETREGIACHI FILHO, Edson. A evasão escola na educação tecnológica: estudo de uma unidade do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

DIGIÁCOMO, M. J. **Evasão Escolar: Não Basta Comunicar e as Mãos Lavar.** Disponível em: <http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/evasao_escola_murilo.pdf>. (2011)>. Acesso em: 21 jul. 2015.

DORE, R. INEP, 2011. **Projeto Educação Profissional no Brasil e Evasão Escolar.** Coordenadora: Rosemary Dore Heijman. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/observatorio-da-educacao/visualizar/-/asset_publisher/La44/content/projeto%3A-educacao-profissional-no-brasil-e-evasio-escolar?redirect=http%3A%2F%2Fportal.inep.gov.br%2Fweb%2Fobservatorio-da-educacao%2Fnucleo-unico>. Acesso em: 05 set. 2017.

DORE, R.; SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L. de. **Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais.** In: DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa (Orgs.). *Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento.* Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014, p. 379-414.

DORE, Rosemary et al. **Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais.** In: _____ et al. (orgs.). *Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento.* Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. **Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar**. Primeira Seção - Capítulo 5./ por Ana Zuleima Lüscher e Rosemary Dore. RBPG - Políticas, Sociedade e Educação, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147-176, dezembro 2011.

DUARTE, A. C. C.; ROCHA, D.; REGO, I. L. **Evasão, descontinuidade, retorno, conclusão de alunos na educação técnica tecnológica profissional: uma amostragem do IFTO – Palmas**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 166.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. **Ensino médio no Brasil: os desafios das políticas de garantia do direito a sua universalização**. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 17, n. 34, p. 507-525, set./dez. 2011. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/6243/5116>. Acesso em 03/07/2017.

FERREIRA, F.A. 2013. **Fracasso e Evasão Escolar**. Disponível em <http://educadorbrasil/escola.com/orientacao-escolar/fracasso-evasao-escolar.htm>. Acessado em 20jan2018.

FERREIRA, Maria Cristina Afonso. **Acesso, Evasão, Permanência Escolar Na Rede Federal De Ensino**. 2016. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23763_12666.pdf. Acesso em: 16 de novembro de 2017.

FIGUEIREDO, K. N. R. W. A. **Evasão escola: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – campus Porto Nacional**. 2015. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

FINI, Roberto; DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. **Insucesso, fracasso, abandono, evasão... um debate multifacetado**. In: Formação/Profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica fundamentos e reflexões contemporâneas. Daizy Moreira Cunha ET AL. (orgs). Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2013.

FRANCO, Jéssica Cristina Macedo; GANDOLFI, Peterson Elizandro; GANDOLFI, Maria Raquel Caixeta. **Principais fatores da evasão do programa de qualificação profissional PRONATEC SENAC/Ituiutaba – MG**. In: Encontro da ANPAD, 38., 2014, Rio de Janeiro. Anais do XXXVIII EnANPAD. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gedap/eventos-academicos/eventos-2014/enanpad-2014>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades**. Educação & Sociedade. Campinas, v. 32, n. 116, p. 619-638, jul-set, 2011. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

GATTI, B. A. **Estudos quantitativos em educação**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a02v30n1.pdf>>. Acesso em: 20 Jun. 2017

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo:Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Rodrigo Fernandes; LAUDARES, João Bosco. **Estudo dos fatores de evasão escolar do curso técnico em enfermagem do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais**. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 17-33, jan-abr., 2016.

GUGELMIN, Lisangela. **Evasão escolar na educação profissional : diagnóstico dos cursos técnicos subsequentes do Colégio Estadual de Pato Branco / Lisangela Gugelmin.** - - 2015.103p. Orientador: Prof. Dr. Edilson Pontarolo.Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco,2015.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 34. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 214 p.

IFMG. **Plano de Desenvolvimento Institucional: IFMG 2014-2018**. Minas Gerais: IFMG, 2015. 247 p.

JOHANN, Cristiane Cabral. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul – Rio - Grandense: um estudo de caso no campus Passo Fundo**. 2012. Dissertação de mestrado – programa de pós-graduação em educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. **Pesquisa pedagógica: do projeto à implementação**. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008. 328 p.

LEITE, F. G. M.; GUIMARÃES, E. R. **Evasão na educação profissional no Instituto Federal de Pernambuco: um olhar pedagógico**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 134.

LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LÜSCHER, Ana Zuleima; DORE, Rosemary. **Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar**. In: Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG), Brasília, v. 8, supl. 1, p. 147-176, dez. 2011.

LUSCHER, Ana. **Educação técnica de nível médio no Brasil e em Minas Gerais: Contextos de pesquisas**. In: Colóquio Internacional Sobre Educação Profissional e Evasão Escolar 1. Belo Horizonte. 2009. Disponível em: <http://sites.google.com/site/posfaerosemaryheijmans/arquivos..> Acesso em 20ago2017.

MACHADO, Marcela R.L.; MOREIRA, Priscila R. **Educação profissional no Brasil, evasão escolar e transição para o mundo do trabalho**. Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

MACHADO, Márcia Rodrigues. **A evasão nos cursos de agropecuária e informática/nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes (MG, 2002 a 2006)**. 2009. 131 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UNB, Brasília, DF, 2009.

MACHADO, Sérgio P.; MELO FILHO, João Massena e PINTO, Angelo C. **A evasão nos cursos de graduação de Química: uma experiência de sucesso feita no Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro para diminuir a evasão**. Quim. Nova, Vol. 28, Suplemento, p. S41-S43, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v28s0/26773.pdf>>. Acesso em: 17 Jun. 2016.

MARTINS, Velda Maria Amilton. **Evasão e repetência no ensino técnico agrícola: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Campus Agrícola de Vitória de Santo Antão - PE**. 2010. 100fl. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2010.

MATOS, I. A.; VASCONCELOS, D. M. B. P.; SANTOS, M. C. O. dos. **A evasão escolar no IFTO campi Araguaína e Porto Nacional: da estatística ao enfrentamento**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 16 p.

MEIRA, Cristiane Araújo. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no campus Cariacica no Instituto Federal do Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado. 118 f. UFES, 2015.

MELO, Ramásio Ferreira de; ROCHA, Rafael Pereira da. **Fatores influenciadores da evasão no curso técnico em informática para internet modalidade EAD polo Araguatins – TO**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 183.

MENEZES, A.; SCHIMITT, J. **Plano institucional de monitoramento e intervenção para a superação da evasão/retenção escolar Instituto Federal Catarinense – IFC 2015/2016**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 306 p.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete UNED (Unidade de Ensino Descentralizada). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/uned-unidade-de-ensino-descentralizada/>>. Acesso em: 13 de jun. 2018.

MENEZES, José Dércio. **A problemática da evasão escolar e as dificuldades de escolarização**. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/a-problematica-da-evacao-escolar-e-as-dificuldades-da-escolarizacao-2761092.html>>. Acesso 20 mai. 2017.

MOREIRA, P. R. **Evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA na rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

NARCISO, Luciana Gusmão de Souza. **Análise da Evasão nos Cursos Técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Arinos: Exclusão da Escola ou Exclusão na Escola?**/ Luciana Gusmão de Souza Narciso; orientador, Erni José Seibel– Florianópolis, SC, 2015.

NERI, Marcelo Cortês. **Tempo de permanência na escola e as motivações dos sem escola**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. **A escola primária noturna em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. 200 p.

NOVAIS, Lucimar de Freitas. **Educação profissional: uma análise sobre a evasão e a permanência no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Rondônia – Câmpus Colorado do Oeste**. 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

NUNES, E. F. P. A. et al. **Análise da evasão de alunos dos cursos de profissionalização da área de enfermagem no Paraná**. Maringá, Ciência, Cuidado e Saúde, v. 6, n. 4, p. 433-440, out./dez. 2007.

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO – CAPES/INEP. **Educação Profissional no Brasil e Evasão Escolar**. (Projetos). Disponível em: <http://observatorio.inep.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=17>. Acesso em: 18 ago. 2017.

OLIVEIRA, Carlos Victor de et al. **Diagnóstico e enfrentamento da evasão no âmbito do IFRJ**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 82.

OLIVEIRA, Gleice Emerick. **Permanência Escolar e a Política de Assistência Estudantil na Educação Profissional Técnica de Nível Médio: estudo de caso no CEFET-MG**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

OLIVEIRA, H. V. G. **Motivações, qualidade de vida e suas mudanças - percepções dos egressos do PROEJA/Bambuí-MG**. Tese (Mestrado Acadêmico em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, 2012. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

OLIVEIRA, Helen Maria Pedrosa; LEITE, Letícia Sepini Batista; CAMPOS, Katia Alves. **Descrição das possíveis causas do sucesso/fracasso escolar no Instituto Federal do Sul de**

Minas Gerais - Campus Machado. II Jornada Científica e Tecnológica – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Campus Machado, 2010.

OLIVEIRA, I. R. de. **A evasão no PROEJA ministrado pelo Instituto Federal do Espírito Santo campus Santa Teresa.** 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. **TCU aponta déficit de professores e evasão de 24% nos institutos federais.** 03/04/2013. Disponível em:<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/04/tcu-aponta-deficit-de-professores-e-evacao-de-24-nos-institutos-federais.html>. Acesso em: 25/07/2017

PACHECO, Eliezer (org.). **Perspectiva da educação profissional técnica de nível médio: proposta de diretrizes curriculares.** Ed. Moderna; Fundação Santilha. 2012. ISBN 978-85-16-06020-6. 146p.

PACHECO, Eliezer; REZENDE, Caetana. **Institutos Federais: um futuro por armar.** In: SILVA, Caetana Jurazy Rezende (Org.). Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009. 70 p.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** Editora Casa do Psicólogo: 1987.

PEIXOTO, M. C. L.; BRAGA, M. M.; BOGUTCHI, T. F. **A evasão no ensino superior brasileiro: o caso da UFMG.** Avaliação - Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas, vol. 8, n.1, mar, 2003, p.161-189.

PELISSARI, Lucas Barbosa. **O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a educação profissional técnica de nível médio.** Curitiba: UFPR, 2012. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

PEREIRA, Luiz Felipe Scherwenski. **Violência e evasão escolar.** (2003). Disponível em: <<http://www.al.urcamp.tche.br/ViolenciaEvasaoEscolar.doc>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar.** 2011. Disponível em: <http://www.educacao.go.gov.br/imprensa/documentos/arquivos/15...> Acesso em 03/03/2018.

QUEIROZ, Rômulo Mota de. **A não conclusão no curso técnico de piano: um estudo realizado na escola de música da Universidade Federal do Pará.** Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Doutorado Interinstitucional UFBA/UFPA. Belém: IFBA, 2012.

ROCHA, W. M. da. **Educação de jovens e adultos e a evasão escolar: o caso do Instituto Federal do Ceará – campus de Fortaleza.** 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Faculdade de educação, Fortaleza, 2011.

RODRIGUES, Fernando Moraes; RODRIGUES, Liliane Garcia da Silva Moraes; VIROLI, Sérgio Luis Melo. **Fatores que contribuem para evasão escolar na rede federal de**

educação profissional e tecnológica. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 188.

RODRIGUES, Sonia Maria Yassue Okido. **Investigando a evasão acadêmica para subsidiar propostas de políticas públicas de acesso e permanência na UNESPAR / FECILCAM.** 2012. Dissertação. (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

RUMBERGER, R. W.; LIM, S. A. **Why students drop out of school: a review of 25 years of research.** Research Report n.15, University of California, 2008.

RUMBERGER, Russell W. **Dropping Out Why students drop out of high school And what can be done about it.** Cambridge: Harvard University Press, 2011.

SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L. de; DORE, R. **Educação Profissional e evasão escolar: estudo e resultado parcial de pesquisa sobre a rede federal de educação profissional e tecnológica de Minas Gerais.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 3, Belo Horizonte - MG: 2013

SILVA, F. B. dos S.; LIMA, M. C. G.. **Estratégias de monitoramento contra a evasão na educação profissional.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 104.

SILVA, M. R. da. **A política de integração curricular no âmbito do PROEJA: entre discursos, sujeitos e práticas. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação.** Rio de Janeiro, v. 19, n. 71, p.307-326, set. 2011. Trimestral. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n71/a05v19n71.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

SILVA, M. R.; PELISSARI, L. B.; ESTEIMBACH, A. A. **Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio.** Educação e Pesquisa, São Paulo, Nov.2012.

SILVA, Silvana Vanessa Martins da. **A problemática da evasão de estudantes vinculados ao PROEJA no IF Baiano - campus Guanambi.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2012.

SILVA, W. A. **Fatores de Permanência e Evasão no Programa de Educação Profissional de Minas Gerais (PEP/MG): 2007 a 2010.** 2013. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SOUZA, Antônia de Abreu; SOUSA, Tássia Pinheiro; QUEIROZ, Mayra Pontes; SILVA, Érika Sales Lôbo. **Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos dilemas?** Vértices, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 13, n.1, p.25-37, jan./abr.2011.

SOUZA, Juarina Ana da Silveira. **Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

VALVERDE, D. O.; COUTINHO, F. S. de A. **Evasão escolar em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Instituto Federal de Brasília – campus Ceilândia.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 121 p.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – SÍNTESE DE ESTUDOS RELACIONADOS À EVASÃO DE ESTUDANTES

	AUTOR	ANO	TITULO	FATORES RELACIONADOS À EVASÃO
01	Ferreira	2016	Acesso, Evasão, Permanência Escolar na Rede Federal de ensino	<ul style="list-style-type: none"> - Motivação - Dificuldades financeiras - Falta de realção entre teoria e prática - Ausência de apoio da coordenação - Falta de laboratórios - Dificuldades com o sistema de registro acadêmico.
02	Gomes;Laudares	2016	Estudo dos fatores de evasão escolar do curso técnico em enfermagem do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de trabalhar - Falta de identificação com o curso - Embasamento teórico insuficiente / dificuldade com o curso - Dificuldade de transporte - Fatores familiares - Falta de conhecimento sobre o curso - Mercado de trabalho não é atrativo - Condição financeira desfavorável - Fragilidade no processo seletivo - Muito tempo fora da escola - Gravidez - Falta de avaliação dos resultados dos cursos - Reprovação - Problemas pessoais - Desejo pelo ensino superior
03	Oliveira et al.	2015	Diagnóstico e enfrentamento da evasão no âmbito do IFRJ	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de trabalhar - Falta de conhecimento do currículo - Dificuldades Financeiras - Dificuldades de aprendizagem - Problemas pessoais

04	Melo; Rocha	2015	Fatores influenciadores da evasão no curso técnico em informática para internet modalidade EAD polo Araguatins – TO	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades em disciplinas críticas, tais como: Lógica da Programação, Estrutura de dados, Banco de Dados e Programação Dinâmica para Internet - Interação entre professores e alunos - Adaptação a modalidade EAD - Insatisfação com a infraestrutura do polo EAD
05	Rodrigues; Rodrigues; Viroli	2015	Fatores que contribuem para evasão escolar na rede federal de educação profissional e tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> - Nível socioeconômico do aluno - Estrutura organizacional e pedagógica das escolas - Política educacional - Relação da escola com a cultura jovem - “Necessidade” de o jovem ter que optar por estudar ou trabalhar - Questões curriculares.
06	Narciso	2015	Análise da Evasão nos Cursos Técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Arinos: Exclusão da Escola ou Exclusão na Escola?	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade nas disciplinas e exatas - Atividades fora do IFNMG que atrapalhavam a permanência na escola - Trabalho - Falta às aulas - Notas baixas - Problemas com a instituição
07	Figueiredo	2015	Evasão escolar: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – campus Porto Nacional.	<ul style="list-style-type: none"> - Motivo de trabalho - Aprovação em vestibulares para cursos superiores - Período de durabilidade do curso - Docentes não tinham perfil para trabalhar na modalidade - Falta de experiência do docente em sala de aula - Não reconhecimento do aluno com o curso
08	Matos; Vasconcelos; Santos	2015	A evasão escolar no IFTO campi Araguaína e Porto Nacional: da estatística ao enfrentamento.	<p>Fatores externos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desinteresse nas atividades escolares - Desconhecimento da estrutura curricular da instituição - Desemprego dos familiares

				<ul style="list-style-type: none"> - Violência - Falta de transporte urbano e intermunicipal <p>Fatores internos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corpo docente insuficiente - Ausência de professores - Qualificação insuficiente - Infraestrutura insuficiente - Falta de refeitório no <i>campus</i> - Desmotivação - Despreparo - Desvalorização da classe - PCC Fragmentado <p>Fatores individuais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desmotivação - Despreparo - Desvalorização - Quadro de servidores insuficiente
09	Meira	2015	A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo	Análise de Fatores internos e externos apontam para motivos como necessidade de trabalhar e da própria escola
10	Valverde; Coutinho	2015	Evasão escolar em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Instituto Federal de Brasília – campus Ceilândia.	<ul style="list-style-type: none"> - Incompatibilidade do horário do curso com o do trabalho - Incompatibilidade de horário com outro curso - Segurança - Falta de transporte
11	Leite; Guimarães	2015	Evasão na educação profissional no Instituto Federal de Pernambuco: um olhar pedagógico.	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho - Problemas familiares - Excesso de atividades - Menor incidência de motivos relacionados à instituição e ao ensino-aprendizagem

12	Andrade <i>et al</i>	2015	Evasão na educação profissional técnica de nível médio do CEFET-MG: um estudo de caso.	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação para o ensino superior - Atividade profissional em área diferente do curso escolhido - Situação socioeconômica - Falta de afinidade com o curso - Problemas familiares - Dificuldades em conciliar trabalho e escola
13	Silva	2015	Evasão no Instituto Federal do Tocantins – campus Gurupi:	<ul style="list-style-type: none"> - Problemas de aprendizagem ou dificuldades nas disciplinas (em especial matemática, física e química); - Repetência; - Dificuldade de relacionamento do estudante (professor ou colega de sala); - Frustração de expectativas em relação ao curso; - Fatores como horário e carga horária do curso; - Excesso de disciplinas; - Formação precária do ensino fundamental; - Motivação, interesse ou compromisso com o curso
14	Gugelmin	2015	Análise estatística de evasão escolar na educação profissional do colégio estadual de Pato Branco	<ul style="list-style-type: none"> - Rendimento escolar - Frequência baixa
15	Castro;Dore	2015	Evasão nos cursos de licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.	<ul style="list-style-type: none"> - Problemas relacionados à formação e ao trabalho docente, como formação profissional ineficaz, baixo nível salarial e falta de condições apropriadas para o exercício da profissão. - Podem estar ligados à convivência com os pares, professores, com sua família, etc.
16	Costa; Silva	2015	Licenciaturas em química do IFG campus Uruaçu: a voz dos que optaram por evadir.	<ul style="list-style-type: none"> - Conciliar trabalho e estudo e/ou falta de disposição e tempo para o estudo - Metodologia e relação professor-aluno - Dificuldade nas disciplinas extas - Curso difícil - Falta de aptidão para o curso de Licenciatura

				<ul style="list-style-type: none"> - Rigor nas apresentações dos trabalhos (seminários) - Reprovações - Deslocamento (distância da residência) - Reopção de curso em outra Instituição de Ensino - Ordem pessoal - Problema de saúde devido à exigência do curso - Concurso público
17	Brandão; Queiroz; Santos	2015	Evasão na educação profissional: identificando caminhos de permanência sob o olhar da assistência estudantil.	<ul style="list-style-type: none"> - Questões relacionadas ao trabalho, tais como falta de tempo, jornadas excessivas e dificuldade de conciliar o trabalho - Imaturidade vocacional - Ingresso em curso superior
18	Franco; Gandolfi; Gandolfi	2014	Principais fatores da evasão do programa de qualificação profissional PRONATEC SENAC/Ituiutaba – MG.	<p>Fatores internos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desentendimento com professores - Desinteresse pelo curso - Início de outro curso ou graduação - Inserção no mercado de trabalho <p>Fatores externos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conciliação entre o curso técnico e as outras atividades que o aluno desempenha, como trabalho, vida pessoal e o ensino regular. <p>Motivos de ordem pessoal</p> <ul style="list-style-type: none"> - Casamento - Gravidez - Dificuldade em locomoção até o local das aulas - Mudança de cidade
19	Dore et al.	2014	Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento.	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas Públicas - Mudança de município - Ingresso no curso superior - Emprego - Estudos - Transporte

				<ul style="list-style-type: none"> - Saúde - Filhos - Não se identificou com o curso - Horário incompatível - Desistente/Sem justificativa - Gravidez
20	Novais	2014	Educação profissional: uma análise sobre a evasão e a permanência no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Rondônia – Câmpus Colorado do Oeste.	<ul style="list-style-type: none"> - Influências que se manifestam de forma individual e social - Conflito - Dificuldades de relacionamento com professores e colegas - Problemas Familiares - Problemas financeiros - Falta de apoio da equipe pedagógica
21	Beatrici e Gallina	2014	Um olhar sobre a evasão escolar: do Capital Cultural à Relação com o Saber	<ul style="list-style-type: none"> - Aborda a visão do Capital Cultural de Bernard Charlot - Mobilização do estudante para com o saber - Desconstrução da associação da evasão com condição socioeconômica
22	Coelho	2014	PERMANÊNCIA E ABANDONO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: um estudo sobre Instituições Federais de Joinville e Jaraguá do Sul	<ul style="list-style-type: none"> - Problemas Financeiros - Família - Necessidade de Trabalhar
23	Silva	2014	O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) em um Centro Estadual de Educação Profissional: evasão e remanescente.	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de condições de transporte - Compromissos com a família e com o trabalho - Localização da instituição - Falta de opções de cursos de qualidade próximos de suas residências - Mudança de curso - Falta de comprometimento do professor - Dificuldades no acompanhamento das aulas e das disciplinas - Dificuldades na realização do estágio - Relacionamento entre os alunos

				<ul style="list-style-type: none"> - Não sabe dizer a causa - Falta de professor - Problemas pessoais - Não gostar do curso
24	Sales	2014	Métodos de pesquisa para a identificação de fatores de evasão e permanência na educação profissional.	Apresenta Métodos de pesquisa para a identificação de fatores de evasão e permanência na Educação Profissional, como o Método baseado nos estudos de Rumberger e Lim (2008).
25	Souza	2014	Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Perfil/desempenho do corpo discente - Os recursos e estruturas físicas escolares; - Os processos e as práticas pedagógicas.
26	Basso	2014	Aspectos pessoais e contextuais favoráveis à permanência de estudantes em cursos técnicos no Pronatec	<ul style="list-style-type: none"> - relacionamento entre pais e filhos - relacionamentos interpessoais - necessidades de emprego - dificuldades financeiras - mudança de cidade
27	Fini, Dore e Luscher	2013	Insucesso, fracasso, abandono, evasão... um debate multifacetado	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de perspectiva quanto ao futuro profissional - vulnerabilidade social - Baixo desempenho escolar - Desemprego - Dificuldades financeiras - Ser arrimo de família
28	Silva	2013	Fatores de Permanência e Evasão no Programa de Educação Profissional de Minas Gerais (PEP/MG): 2007 a 2010.	<p>Fonte A</p> <ul style="list-style-type: none"> - Problemas financeiros dificultavam a permanência na escola - Dificuldade de dialogar com a coordenação da escola - Excessivo número de aulas teóricas - Falta de disponibilidade de laboratórios para as aulas práticas - Conciliar trabalho com o estudo - A dificuldade para a prática do estágio <p>Fonte B</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deixar o curso para trabalhar

				<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de conciliar trabalho com o estudo - Inadequação de turno - Condições financeiras para permanecer no curso - Tempo gasto com transporte. <p>Fonte C</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conciliar trabalho com estudo - A dificuldade financeira para permanecer no curso - Início dos estudos em curso superior - Tempo e dinheiro gasto com transporte
29	Severino et al	2013	Evasão nos cursos presenciais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Campus Uberlândia.	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de conciliar trabalho com o estudo - Inadequação de turno - Desmotivação - Imaturidade vocacional
30	Silva, Pelissari e Esteimbach	2013	Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio.	<ul style="list-style-type: none"> - visão essencialmente positiva, idealista e fetichizada sobre a tecnologia - Desinteresse
31	Cruz	2013	Evasão nos cursos técnicos profissionalizantes: uma análise das principais causas e identificação de perfil dos alunos evadidos no SENAC Sete Lagoas.	<ul style="list-style-type: none"> - O horário de trabalho era incompatível com o de estudo - Não apresentaram motivo - Mudança de domicílio, impedindo continuidade dos estudos - Problema relacionado à saúde pessoal ou familiar - Dificuldade de transporte para chegar à escola, sendo de outra cidade - Dificuldade de aprendizado - Realização de outro curso técnico concomitantemente ao do Senac - Mudança para outra cidade - Custo de transporte para chegar à escola - Sem ter com quem deixar os filhos
32	Araújo	2013	A evasão na educação profissional de nível técnico: um estudo realizado com base na	<ul style="list-style-type: none"> - Horário de trabalho - Necessidade de trabalhar

			trajetória escolar e no depoimento do aluno evadido.	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de acompanhar o curso e as matérias - Localização da escola - Aspectos de segurança, como assaltos e roubos no entorno da escola - Problemas de infraestrutura - Problemas didático-pedagógicos
33	Dore e Luscher	2013	Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais	<ul style="list-style-type: none"> - dificuldade nas disciplinas técnicas e exatas - trabalho - falta às aulas - notas baixas - problemas com a instituição
34	Aguiar	2012	Permanência e evasão do aluno universitário: estudo da experiência do Centro Universitário São Camilo, São Paulo, à luz da Bioética.	<ul style="list-style-type: none"> - Desemprego - Dificuldades financeiras - dificuldade de transporte e de moradia - Notas baixas - Desempenho acadêmico insuficiente
35	Detregiachi Filho	2012	A evasão escola na educação tecnológica: estudo de uma unidade do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza	<ul style="list-style-type: none"> -Dificuldades no início dos cursos, tais como: acadêmicas, acompanhar o desenvolvimento das disciplinas e deficiência na formação básica - Dificuldades financeiras e econômicas - Dificuldade em conciliar trabalho, estudo e família
36	Araújo e Santos	2012	A educação profissional de nível médio e os fatores internos/externos às instituições que causam a evasão escolar.	<ul style="list-style-type: none"> - Currículo - Trabalho - Desinteresse -Prática docente - Dificuldades financeiras - Família - Desmotivação - Não consegue conciliar trabalho e escola
37	Almeida	2012	A evasão escolar no Programa SENAC de	<ul style="list-style-type: none"> - Transferência geracional (nível de escolaridade dos pais)

			Gratuidade (PSG): um estudo de caso no Distrito Federal.	<ul style="list-style-type: none"> - Busca pelo emprego - Histórico anterior de reprovações e abandonos - Opção por curso superior - Conflito entre trabalho e estudo - Necessidade de sustentar a família - Cobrança do marido para cuidar do filho doente - Falta de apoio familiar para cuidar de filhos - “Vitimização” e transferência de responsabilidades - Turno em que estava matriculado - Impossibilidade de transferência de turno - Má comunicação entre escola e aluno - Impossibilidade de trancamento e retorno futuro - Burocracia escolar - Problemas no processo de avaliação - Conflitos com professores - Falta de coerência entre as ações tomadas e a percepção do mercado de trabalho - Dificuldade para custear o transporte - Decepção anterior com curso técnico - Falta de afinidade com o curso - Necessidade de cuidar dos serviços domésticos - Problemas de saúde
38	Barlem <i>et al</i>	2012	Opção e evasão de um curso de graduação em enfermagem: percepção de estudantes evadidos.	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação no curso de primeira opção - Desconhecimento acerca da profissão - Dificuldades financeiras - Desvalorização profissional
39	Araújo	2012	Evasão no PROEJA: estudo das causas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/IFMA – campus Monte Castelo.	<ul style="list-style-type: none"> - Alunos já tinham o ensino médio - Falta de conhecimento - Coincidência com o horário de trabalho - Projeto não fez jus ao produtivo - Faltas do professor em sala de aula

				<ul style="list-style-type: none"> - Atraso no pagamento de bolsas - Coincidência de horário de aula - Discussões com a coordenação do curso
40	Souza et al.	2012	Evasão escolar no Ensino Médio: velhos ou novos dilemas?	<ul style="list-style-type: none"> - Conteúdo pouco atraente - Professor despreparado - Falta de envolvimento com o aprendizado - Excesso de conteúdo - Falta de compreensão do estágio de desenvolvimento dos estudantes - Desemprego - Dificuldades financeiras - dificuldade de transporte e de moradia - Notas baixas - Dificuldades de aprendizagem
41	Moreira	2012	Evasão Escolar nos Cursos Técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais.	<p>Fatores individuais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade em conciliar o horário de trabalho e estudo - Necessidade de trabalhar - Escola ser distante do trabalho/casa - Dificuldades financeiras para realizar o curso - Falta de motivação para continuar os estudos <p>Fatores vinculados ao contexto da escola</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de assistência financeira - Falta de flexibilidade nos horários para cursar as matérias - Excesso de matérias no curso - Existência de professores muito exigentes
42	Pelissari	2012	O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a educação técnica profissional de nível médio	<ul style="list-style-type: none"> - A falta de clareza a respeito da área de atuação e dos conteúdos estudados - dificuldade em conciliar trabalho e estudo - uma falsa expectativa a respeito do mercado de trabalho na área de atuação do técnico

43	Geglio; Rosa;Dias	2012	As causas da evasão de alunos de um programa de educação de jovens e adultos.	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade em entender os conteúdos de algumas disciplinas - Impossibilidade de cumprir o percentual de 75% de frequência nas aulas - Ausência de professores - Demora em receber o material pedagógico - Cansaço dos alunos trabalhadores - Impossibilidade de conciliar estudos com as atividades da vida pessoal, principalmente os alunos que são chefes de família.
44	Joahnn	2012	Evasão escolar no Instituto Federal Sul – Rio - Grandense: um estudo de caso no campus Passo Fundo	<ul style="list-style-type: none"> - Incompatibilidade de conciliar os estudos com o Trabalho - Problemas Financeiros - Dificuldades de aprendizagem - Problemas com a própria escola
45	Queiroz	2012	A não conclusão no curso técnico de piano: um estudo realizado na escola de música da Universidade Federal do Pará	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades de aprendizagem - Conciliar trabalho e escola - Não identificação com o curso
46	Lüscher; Dore	2011	Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar.	<ul style="list-style-type: none"> - Emprego - Desistente/sem justificativa - Horário incompatível - Estudos - Ingresso no curso superior - Mudança de município - Saúde - Transporte - Gravidez - Achou muito difícil - Não se identificou com o curso - Filhos
47	Dore; Lüscher	2011	Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar.	<ul style="list-style-type: none"> - Mudança de município - Ingresso no curso superior

				<ul style="list-style-type: none"> - Emprego - Estudos - Transporte - Saúde - Filhos - Não se identificou com o curso - Horário incompatível - Desistente/Sem justificativa - Gravidez - Achou muito difícil
48	Borges	2011	Fatores determinantes da evasão escolar no ensino superior: o estudo de caso do ILES/ULBRA de Itumbiara.	<ul style="list-style-type: none"> - Mercado de Trabalho, - Baixa Remuneração do profissional, - Gravidez, - Dificuldades Financeiras, - Fatores Problemáticos do Curso - Carreira Instável, - Casamento, - Filhos - Falta de vocação - Falta de tempo para terminar a monografia - Perda de benefícios (por reprovação) - Valor do curso altíssimo
49	Silva	2011	Evasão escolar nos cursos técnicos integrados do IFBA campus Eunápolis.	<p>Fatores externos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situação econômico-financeira - Incompatibilidade entre os horários - Necessidade de trabalhar - Dificuldades de deslocamento - Estrutura familiar - Falta de aptidão para a profissão - Mudança de interesse profissional ou pessoal - Desconhecimento a respeito do curso

				<ul style="list-style-type: none"> - Adaptação à modalidade de educação profissional - Dificuldade de aprendizagem procedente das séries anteriores - Descompromisso com o autodesenvolvimento Fatores internos - Custo financeiro para manter o curso - Laboratórios e equipamentos para as aulas práticas - Falta de atenção e atendimento às solicitações - Pressão da sociedade e da família - Carga horária total de aulas - Reprovação em mais de uma disciplina no semestre - Exigência de estágio obrigatório - Realização do curso no período de quatro anos - Grau de dificuldade de exercícios e provas - Excesso de atividades e tarefas avaliativas - Falta de associação entre teoria e prática
50	Camargo	2011	Evasão escolar na primeira série do ensino médio: desafios e superações.	<ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento a respeito do curso - Dificuldades financeiras - Trabalho - Família - Dificuldades de aprendizagem
51	Oliveira	2011	A evasão no PROEJA ministrado pelo Instituto Federal do Espírito Santo campus Santa Teresa. 2011.	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de identificação com a especialização profissional oferecida que possui demanda restrita no mercado de trabalho - Despreparo do corpo docente para atuação na modalidade de ensino - Dificuldades relativas à acessibilidade, especialmente no tocante à falta de meios de transporte.
52	Azevedo	2011	Causas e conseqüências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Expedito Alves”.	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura familiar - Dificuldades de deslocamento - Dificuldade de aprendizagem procedente das séries anteriores - Rendimento escolar

53	Rocha	2011	Educação de jovens e adultos e a evasão escolar: o caso do Instituto Federal do Ceará – campus de Fortaleza. 2011.	<ul style="list-style-type: none"> - Currículo não contempla as especificidades da modalidade - Sistema de avaliação inadequado - Corpo docente não estava preparado e nem disposta a assumir o desafio imposto pela Direção - Infraestrutura material deficitária (principalmente laboratórios) - Material didático inadequado ao aluno
54	Pereira	2011	Politica publica de Educação do Estado de São Paulo e a Educação para inserção no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de trabalhar - Desmotivação com o curso - Falta de identificação dom o curso

Fonte: Elaboração a partir da pesquisa bibliográfica, 2018.

APENDICE 2 - QUESTIONÁRIO – PESQUISA DE CAMPO EX-ALUNOS

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Congonhas

Curso Técnico Subsequente em Mineração

Pesquisa	Evasão na Educação Profissional da Rede Federal em Minas Gerais: Olhares sobre o Curso Técnico Subsequente em Mineração do IFMG Campus Congonhas
Pesquisadora	Elza Magela Diniz
Orientadora	Profa. Dra. Vera Lúcia Nogueira
Data	/ /2018

Caro(a) ex-aluno(a):

Agradecemos por sua disponibilidade em participar de nossa pesquisa!

Esclarecemos que todas as informações coletadas neste questionário são CONFIDENCIAIS e que seu nome não aparecerá, em momento algum, como resposta individual.

Os conhecimentos resultantes desta pesquisa serão divulgados em revistas especializadas, em congressos e simpósios educacionais e em uma dissertação de Mestrado.

Esta pesquisa e este questionário foram submetidos ao Comitê de Ética do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

O questionário contém 10 (dez) perguntas abertas que você poderá responder livremente. Caso tenha alguma dúvida, você poderá solicitar esclarecimentos a respeito, em qualquer momento.

- (1) Por que você decidiu fazer este curso?
- (2) Você enfrentou dificuldades durante a realização do mesmo? Caso tenha enfrentado, comente sobre elas.
- (3) Qual foi o principal motivo que levou você a abandonar este curso?
- (4) Comente sobre outros motivos que também contribuíram para sua decisão de abandonar?
- (5) Você acha que a Instituição poderia ter feito algo para lhe ajudar a permanecer no curso? Comente sobre isso.
- (6) Quais eram as expectativas ao iniciar o curso?
- (7) Como você avalia o curso ofertado?
- (8) Você prosseguiu com os estudos? Qual seu nível de escolaridade hoje?
- (9) Você gostaria de retomar os estudos para concluir o curso? Comente sobre isso.
- (10) Você teria alguma crítica ou sugestão a respeito do Curso? Comente sobre isso.

APENDICE 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – PESQUISA DE CAMPO GESTOR

Roteiro da pesquisa: Evasão na Educação Profissional da Rede Federal em Minas Gerais: Olhares sobre o Curso Técnico Subsequente em Mineração do IFMG Campus Congonhas.

Caro gestor(a):

Agradecemos por sua disponibilidade em participar de nossa pesquisa!

Esclarecemos que todas as informações coletadas neste questionário são CONFIDENCIAIS e que seu nome não aparecerá, em momento algum, como resposta individual.

Os conhecimentos resultantes desta pesquisa serão divulgados em revistas especializadas, em congressos e simpósios educacionais e em uma dissertação de Mestrado.

Esta pesquisa e este questionário foi submetido ao Comitê de Ética do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

O questionário contém 5(cinco) perguntas abertas que você poderá responder livremente. Caso tenha alguma dúvida, você poderá solicitar esclarecimentos a respeito, em qualquer momento.

1ª Questão

Como o Campus realiza o acompanhamento dos índices de evasão?

2ª Questão

De acordo com levantamento realizado no sistema de registro acadêmico e documentos (diários de turma, mapas de turmas) no curso Técnico Subsequente em Mineração, turma pesquisada, percebe-se um alto índice de evasão (média de 80%). Segundo sua opinião, quais seriam os motivos que teriam levado os alunos a deixarem de concluir o curso?

3ª Questão

Quais são as ações que poderiam fazer frente a essa situação?

4ª Questão

O que a Instituição tem conseguido fazer para tentar minimizar ou impedir que haja abandono (ou evasão) do curso?

5ª Questão

Há alguma observação que você gostaria de fazer sobre este curso especificamente?

ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS E USO DO NOME

Congonhas, 19 de fevereiro de 2018

Prezado Sr. Joel Donizete Martins
Diretor Geral do IFMG Campus Congonhas

Venho por meio desta, solicitar a vossa senhoria autorização para realização da coleta de dados da pesquisa intitulada “Evasão na Educação Profissional da Rede Federal em Minas Gerais: Olhares sobre o Curso Técnico Subsequente em Mineração do IFMG Campus Congonhas” sob minha responsabilidade e orientação da Prof. Dra. Vera Lúcia Nogueira, do Programa de Pós Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Solicito ainda autorização para uso do nome do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Congonhas na referida pesquisa, visto que a mesma se constitui em um estudo de caso.

Este trabalho tem como objetivo analisar os fatores que influenciam os alunos do Curso Técnico Subsequente em Mineração a evadirem.

Informo ainda que este trabalho será submetido a avaliação ética da Plataforma Brasil, e me comprometo a enviar a vossa senhoria, cópia do parecer ético após sua emissão.

Coloco-me a disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida que possa surgir.

Agradeço antecipadamente pela colaboração.

Atenciosamente


Elza Magela Diniz
Pesquisadora responsável

Para preenchimento da Instituição Coparticipante

Deferido () Indeferido

Assinatura:  _____ Data: 02/03/2018.

Carimbo: **JOEL DONIZETE MARTINS**
Diretor-Geral
IFMG Campus Congonhas
Portaria 1.333/2015 - DOU 23/09/2015



ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PROJETO PESQUISA:

Pesquisador (a): **Elza Magela Diniz**

Orientador (a): **Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia Nogueira**

Co- Orientador(a): **Prof^ª. Dr^ª. Maria Adélia da Costa**

Nome da participante voluntária: _____

Idade: ____ anos

Carteira de Identidade: _____ CPF: _____

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa **“Evasão na Educação Profissional da Rede Federal de Minas Gerais: Olhares sobre o Curso Técnico Subsequente em Mineração do IFMG Campus Congonhas.”**

Para o desenvolvimento da pesquisa serão realizadas: observação das rotinas da escola e das turmas, análise de documentos, entrevistas e conversas informais com as professoras. Por isso, pedimos a sua autorização para gravar as entrevistas. Todos os dados serão utilizados **EXCLUSIVAMENTE** para fins de pesquisa. Portanto, sua imagem, sua identidade e suas informações serão utilizadas com padrões profissionais de sigilo e não serão utilizados para qualquer outro fim. Você será esclarecida sobre a pesquisa em qualquer aspecto e a qualquer momento que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou ônus. Pedimos apenas que você nos informe, em caso de desistência, por meio do telefone 31 98509-2196 e pelo e-mail elzamdiniz@gmail.com.

Os resultados da pesquisa serão enviados para você e permanecerão confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado - da Universidade do Estado de Minas Gerais (PPGE/UEMG) e outra será fornecida a você.

Caso você concorde com a realização desta pesquisa e o uso dos dados **EXCLUSIVAMENTE** para fins de pesquisa neste projeto, preencha a seguir:

Eu, _____ declaro ter sido, suficientemente, informada sobre a pesquisa e concordo em participar de sua realização. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e rever a minha decisão, se assim o desejar.

Fui cientificada de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais e de que não há ônus algum nessa participação. Em caso de dúvidas poderei contatar a pesquisadora, estudante do curso de Mestrado da UEMG, Elza Magela Diniz, cujos contatos me foram disponibilizados.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2018.

Participante
(Assinatura)

Elza Magela Diniz
Pesquisador (a)